

SINGULAR &

Nº 2 - JANEIRO 1979

Cr\$ 35,00

PLURAL



A Revolução
do
CORPO
polêmica de verão

Cardápio Político:

UM ANO DE CRISE

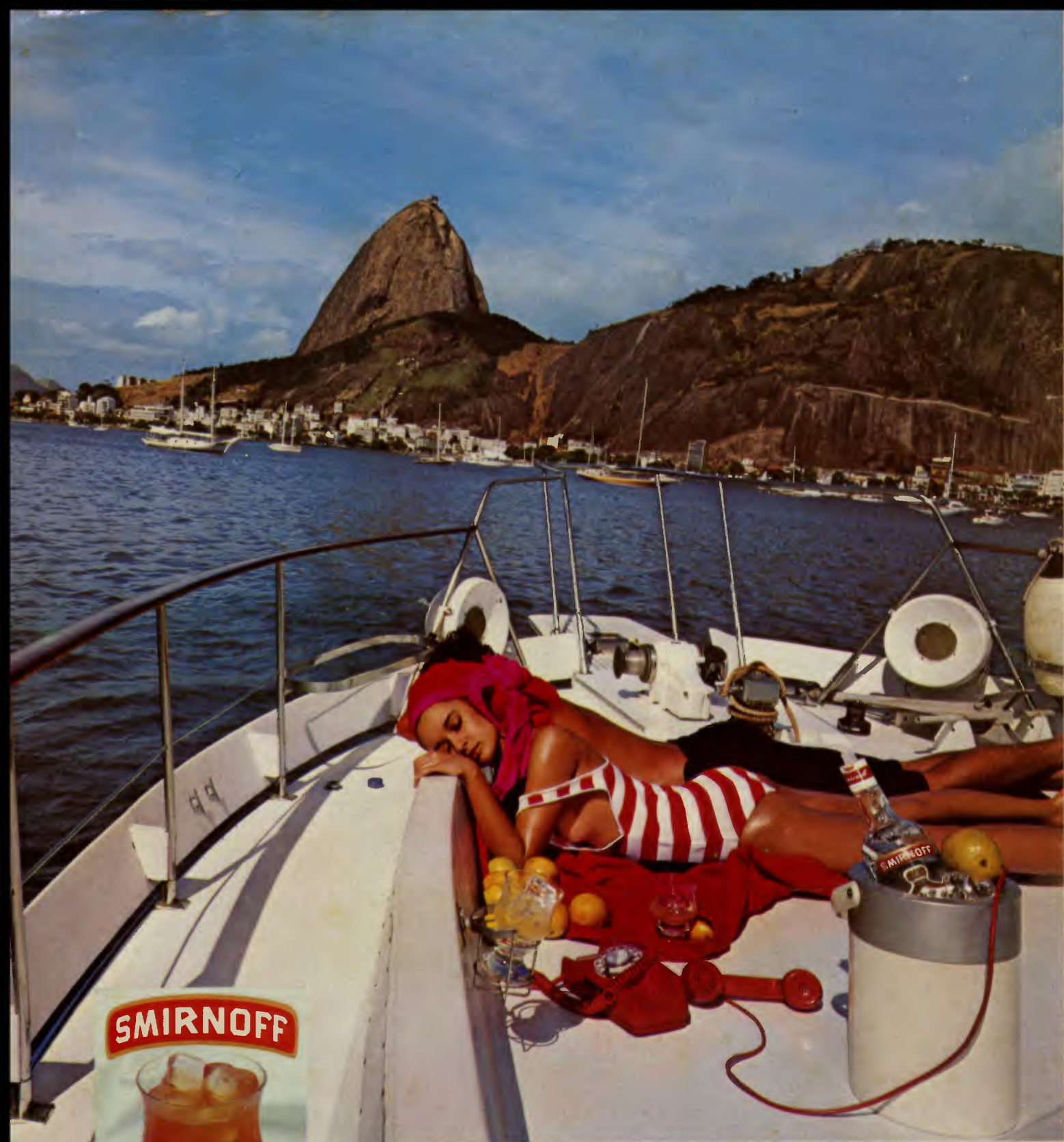
(Previsão de Getúlio Bittencourt)

TANCREDO NEVES

"É preciso negociar"

E mais: Hélio Fernandes, Rodolfo Konder, Lourenço Dialéria, Marcos Faerman,
Jacó Klintowitz, Florestan Fernandes, Augusto Nunes, Marcio de Souza, L. F. Verissimo.





Smirnoff, gelo, suco de laranja, sol à vontade

- Cadê a bebida?
- Está aqui.
- Me dá.
- Espera. Estou morta de preguiça.
- Que sede...
- Espera. Deixa passar essa nuvem.
- O que será que eles estão fazendo agora?
- Acho que na praia, como todo mundo.
- Que calor, uh!, que sede...

Você é o que você vive.



Lourenço Diaféria

GAROTO 79

Escapou da surpresa, do susto, da má vontade dos pais; escapou do aborto — no dia acertado faltou dinheiro para ir à casa escura da Barra Funda — escapou do infanticídio semiconsiente praticado à sombra dos barracos e nas encostas do depósito de lixo: de repente a barriga começou a crescer, os olhos se encaixaram fundo nas janelas das órbitas, a pele esverdeou, a meleca escorreu pela bundinha e a mãe diz, benze, isso não é nada. E nem benzer foi.

Ficou rolando na terra sob o sol ácido, o cachorrinho abanando o rabo e o menino nem se importava. E era o cachorrinho mais amigo.

Devagar, como goteira nova, o cabelo cresceu e a feiúra se acomodou entre os trapos. Quando completou cento e vinte dias de estágio probatório na carrasca da vida, fez o primeiro teste vocacional e serviu de anteparo para a vizinha — senhora de mais de quatro anos de poleiro e tristes histórias — que se instalou na esquina rente à vitrina iluminada: ajudou a faturar quatrocentos e vinte e um cruzeiros e dez centavos em notas pequenas e moedas prateadas. Um dia o garoto aprendeu a descascar laranja sem ajuda de ninguém. Menino sabido. A mãe esquecia-se de dar as mamadeiras cobertas de moscas pequenas e gordas, mas havia restos de restos pelos cantos dos jardins subterrâneos da favela: babilônia de sucata e retalhos de imaginação. Cresceu rebento, pimpolho, comia terra pura, brincava com minhocas e latas vazias de massa de tomate puro e puro.

Quando andou nas duas patinhas, ninguém disse, veja, nosso bebê está andando. Simplesmente andou, cercado de trastes e da indiferença geral. O barbeiro passou a máquina zero e a mãe tirou um berne da cabeça. Aos seis anos, aliviando maçãs e ameixas argentinas, atracou-se com um da súcia e com fina gilete azul desbelçou o concorrente, sagrando-se daí para a frente pessoa adulta e com currículo.

Aprendeu a discernir otário de malandro e especializou-se no organograma da Polícia e no horário das rondas, compenetrando-se de seus deveres e obrigações para com os tiras e motoristas das viaturas. Aos nove anos empreendeu fuga espetacular.

Aos dez, entrou pelo primeiro basculante de sobradinho.

Aos onze e meio afanou terno de brim e sapatos e embarcou de ônibus para veranejar na Cidade Ocian, com uma mina que foi sua companheira num HO da orla sem café da manhã.

Aos onze e três quartos arrumou estilete e assumiu suas funções na turma da Barão do Rio Branco e imediações, conferindo as bagagens dos salta-brejos que se escancaram de espanto na Rodoviária pensando que São Paulo é terra do maná. Varejou bolsas na Nova Barão e fez arreglo com um rapaz de cabelos brancos e estranhas exigências, que tinha apartamento na praça da República e depois se mudou para a rua do Arouche em decorrência das obras do Metrô — e tinha cama, mesa e vigílias noturnas imperiosas. Foi então que deu o primeiro tiro, e um homem de unhas polidas e solitário apareceu flutuando apagado como pavio de lamparina na última página do primeiro matutino. Então o garoto passou uns tempos em Minas, assaltando aleijadinhos e pequenos depositantes da caderneta de poupança que atravessavam mineiramente descuidados a rua Bahia.

Mas quando resolveu pedir um filé no Luca todos os contistas se viraram e tiveram idéia parecida, de modo que no dia seguinte a personagem resolveu mandar-se, que ninguém é louco de ficar dando sopa.

Outra vez a rua dos Timbiras, a rua do Triunfo, a cidade feita de cinza e pranto, poeira e zoeira, de correria e pontos de encontro, a face lésbica e devoradora da cidade amante, onde margaridas nascem pedras no concreto.

Sem querer, olhou-se num espelho de farmácia com cheiro de acetona e lanolina e descobriu que estava crescido, pronto, definitivo.

Usado pela experiência, fez um balanço e concluiu, a grosso modo, que não sabia tentar outra coisa senão se virar na vida. Homem feito: tinha um pedaço do centro, um maço de Continental, uma caixa de fósforo, um documento falsificado, boas relações de amizade passageira e esquiva, um banquinho de cimento e uma saudade.

Foi na Vinte e Cinco de Março, comprou um avião de plástico, um caminhão de madeira, e foi levar para os dois irmãozinhos no primeiro dia do Ano Internacional da Criança.

Você precisa da

coleção BASES

John Reed	DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO	Cr\$ 90,00
Maiakovsky	POÉTICA — COMO FAZER VERSOS	Cr\$ 40,00
Karl Marx		
	A ORIGEM DO CAPITAL: A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA	Cr\$ 50,00
Marta Harnecker	O CAPITAL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS ...	Cr\$ 80,00
Marx/Turgot	TEORIAS DAS MAIS-VALIA: OS FISIOCRATAS ...	Cr\$ 70,00
Alexandra Kollontai	A NOVA MULHER E A MORAL SEXUAL ...	Cr\$ 60,00
Leon Trotsky	COMO FIZEMOS A REVOLUÇÃO.....	Cr\$ 50,00
Wilhelm Reich		
	PSICOPATOLOGIA E SOCIOLOGIA DA VIDA SEXUAL	Cr\$ 140,00
Lenin		
	AS TRÊS FONTES E AS TRÊS PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO	Cr\$ 50,00
Stalin		
	MATERIALISMO DIALÉTICO E MATERIALISMO HISTÓRICO	Cr\$ 40,00

Nas livrarias ou pelo reembolso postal Pedidos à:

Caixa Postal 45329 - 01060 - V. Mariana - São Paulo - S. P.
R. José Antonio Coelho, 814 - Cep 04011 - Fone: 549-3137



Diretor-Responsável: Audálio Dantas.
Editor-Chefe: Marcos Faerman.
Diretor de Arte: Carlos Clêmen.
Secretário de Redação: Vitor Vieira.
Editores: Fernando Moraes, Carlos A. Dória (*Nacional*), Rodolfo Konder, Jorge Escosteguy (*Internacional*), Osmar Freitas Jr., Moacir Amâncio (*Nossa Época*), Cláudio Willer e Mirna Grzych (*Cultura*).
Textos Especiais: Marcus Pereira, Ruth Escobar, Fred Afllalo, Marco A. Rocha, Wagner Carelli, Isabel Vieira, Cecília Flosi, Mouzar, Lourenço Diaféria, Bresser Pereira, Sérgio Lima, Márcio Souza, Augusto Nunes, Getúlio Bitencourt, Roberto Piva, Raul Fiker, Hélio Fernandes, Florestan Fernandes, José Carlos Dias, Paulo (Silesth) Ludmer, Anthony dy Cristo.
Editores Regionais:
Rio de Janeiro: Mário Augusto Jakobskind
Rio Grande do Sul: Hamilton Chaves.
Produção: Marli C. Gonçalves.
Fotografia: Adriana de Queirós Mattoso.
Arte: André Boccato, Glen Martins, Regina Cassaro.
Ilustradores: Cavani, Lauro Luchesi, Marcotin, Michelle, Benê, Evandro Salles, Clêmen, Laerte, Duque Estrada, Paulo Caruso, Trimano, Guto Lacaz, Sálvio, Lapi, Sian.
Revisão: Sérgio Kraselis, Rita Pereira de Souza, Carlos Vicalvi e Vera de Barros Bella.
Correspondentes:
Nova York: Abdias Nascimento.
Espanha: Eduardo Galeano.
Israel: Marcelo Dascal.
Serviços Internacionais: Cuadernos del Tercer Mundo (México)
Redação: Rua José Antonio Coelho, 814. Vila Mariana. CEP: 04011. São Paulo — SP. Tel.: 549-3137. C. Postal: 45329.
Administração e Publicidade: Rua José Antonio Coelho, 814. Vila Mariana. CEP: 04011. São Paulo — SP. Tel.: 549-3137. C. Postal: 45329.
Distribuição exclusiva para todo o Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A. Rua Theodoro da Silva, 907. Rio de Janeiro — RJ. Tel.: 268-9192.
Preço de cada exemplar avulso: Cr\$ 35,00.
Composição: Helvética Produções Editoriais Ltda. Rua General Flores, 529. Bom Retiro. São Paulo — SP. Tel.: 221-5833.
Fotolito: Panorama Foto Reproduções Ltda. Rua Dr. Zuquim, 1031. Santana. São Paulo — SP. Tel.: 267-3430.
Impressão: Editora Obelisco Ltda. Rua Anhangüera, 66. Barra Funda. São Paulo — SP. Tel.: 66-3095.
Singular & Plural é uma publicação mensal da Global Editora e Distribuidora Ltda.
Diretores:
Luis Alves Jr.
José Carlos Venâncio
Registrada no D. C. D. P. sob o n.º 1.992 — P. 209/73
CAPA: ALDINNE MULLER FOTOGRAFADA POR DIMAS SCHITTINI.



MARCOS FAERMAN

HISTÓRIAS

I

Há um certo sadismo nesta história de “Ano Internacional da Criança”. Em quase todo o Planeta Terra, as crianças são maltratadas, tanto quanto os animais. Olhe para as esquinas da cidade em que você vive. Aos bandos, as crianças estendem as mãos ou disparam tiros de revólver. Depois, são caçadas, perseguidas, torturadas, mandadas para os reformatórios. É o mundo que é assim, ou esta parte do mundo em que vivemos?

II

Em algumas nações africanas e asiáticas, a UNESCO denunciou que os mercados de escravos ainda existem. A mercadoria preferencial é a criança. Nos “países brancos” da África, as crianças negras são destruídas física e emocionalmente. Há 40 anos atrás, crianças eram mortas a gás nos campos de concentração. Uma fumaça subia para os céus, depois, seus corpos cremados.

III

Alguns anos atrás, já no “ciclo revolucionário”, o livro de um escritor argentino foi retirado de circulação pelo Ministério da Justiça. O Ministro Falcão não gostou desta história em que se denunciavam maltratos contra as crianças internadas em reformatórios do “país irmão”. Doce estômago, o do nosso ministro.

IV

Sobre a qualidade de nossos reformatórios, diz mais a estatística que os revela como fábricas de criminosos. Nos últimos anos, um verniz foi passado sobre estas estruturas deformadas e deformantes. Mas as narrativas de sevícias e espancamentos podem ser ouvidas por quem quiser ouvir. Uma ou outra experiência mais estimulante não nos isenta do peso de todo o sofrimento que se esconde (ou não se esconde) atrás destas quatro paredes.

V

Os delinquentes são ainda felizes. Escaparam do massacre surdo da morte prematura, que atinge milhões de brasileiros, nos ventres das mães ou um pouco depois. Depois, virá a segunda fase desta Aushwitz monstruosamente oculta: as carências, as necessidades, vão abrir o campo das doenças endêmicas — e a morte vai trabalhar com sua precisão, cumprindo a tarefa da natureza.

VI

Cinicamente, torpemente, é sobre estes mortos que construímos a riqueza da nação. E é sobre seus corpos que vamos comemorar o “Ano da Criança”. E vale lembrar a frase de Exupéry, na “Terra dos Homens” (tão distante): “o que importa não é a falta da sopa popular. É o Mozart que morre em cada uma destas crianças.”

VII

Como os meninos escravos da África e da Ásia vão receber 79?

Como os meninos do nordeste brasileiro — os barrigudinhos — vão acolher este ano?

O que vai acontecer nas metrópoles?

E os meninos índios?

VIII

Lembre-se. Em todo o território nacional, há um canto em que as crianças são as donas da vida. Não são ricos. Não tem fartura. Comida até falta, às vezes. Mas o último e o melhor bocado é sempre delas, das crianças índias. Nossos sábios irmãos da selva protegem os velhos e as crianças. Existe um espaço para que eles vivam: os velhos são os ensinadores, os que recolheram o conhecimento e o passam. As crianças são o húmus da vida. E é neste Ano Internacional da Criança que esta civilização se vê mais cercada do que nunca.

IX

O escritor que melhor captou a alma do índio foi o boliviano José Maria Arguedas. É dele esta cena: um menino conversando com as pedras de uma cidade índia, ouvindo o vento, voltando às pedras-símbolos de um mundo que a civilização eletrônica tentou destruir, mas que poderão sobreviver à insânia de uma falsa civilização.



2 DEPOIS
DO AI-5

Peripécias do Doutor Tancredo

O ARTISTA



— “As portas do Palácio do Planalto estão sempre abertas para homens como o senhor” (do general Ernesto Geisel ao deputado Tancredo Neves, em março passado, numa conversa casual no Clube Naval de Brasília).

— “Depois das eleições, teremos de sentar-nos à mesa de negociações” (Tancredo Neves, em novembro passado, uma semana antes de ser eleito senador pelo MDB de Minas Gerais).

A resposta ao convite presidencial, como se vê, demorou seis meses. Mas o doutor Tancredo nunca teve pressa, e sempre soube intuir o exato momento da ação. “Não se tira o sapato antes de chegar ao rio”, costuma lembrar a companheiros menos pacientes. E, aos que pensam que tal frase só pode ser produzida por temperamentos hesitantes, responde com outra pérola do pessedismo mineiro: “Ninguém chega às margens do Rubicão para pescar”.

Aos 68 anos de idade e 45 de ininterrupta militância política, o senador Tancredo Neves — casado com dona Risoleta, três filhos, sete netos — se prepara para de novo cruzar o Rubicão: o general Figueiredo quer conversar com o MDB, e já se comenta em Brasília que um dos lugares de honra da agenda de encontros do general está reservado ao doutor Tancredo. É bom que Figueiredo se prepare: desde 1933 quando trocou o cargo de promotor em

São João del Rey, onde nasceu, por uma vaga na Câmara de Vereadores, negociações políticas são a especialidade do doutor Tancredo. E ele vem do PSD de Minas Gerais.

“Só me chamam para coisas complicadas”, diz, fingindo desânimo. É verdade. Em 1953, quando exercia seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, foi nomeado ministro da Justiça por Getúlio Vargas. Meses mais tarde, ao dizer ao presidente que pretendia deixar o posto para concorrer à reeleição, ouviu um apelo: Getúlio queria que ele permanecesse ao seu lado até o final do governo. “Senti o prenúncio de uma quadra dura e penosa”, recorda Tancredo. Mas ficou até o fim. Na madrugada de 24 de agosto de 1954, durante a famosa última reunião do ministério de Vargas que apressou o desfecho do drama, o ministro Tancredo sugeriu a adoção de represálias contra a oposição udenista e tentou induzir o governo à resistência. Correu para o quarto do presidente segundos depois do tiro no coração. “Ele morreu nos meus braços”, lembra. Ganhou de presente a caneta Parker, de ouro, com que Getúlio assinara a carta-testamento, e que ainda hoje carrega todo o tempo no bolso do paletó. A caneta, por sinal, tem sido um eficiente caboeleitoral de Tancredo, que em tempos de campanha a exhibe em comícios (antes da Lei Falcão, ela também estrelou alguns programas de televisão). E continua ajudando a escrever a História: os prin-

cipais manifestos e notas oficiais divulgados pelo MDB nos últimos anos só chegam aos jornais depois de passarem pelo crivo da caneta de Vargas, que suprime excessos, supre lacunas, sobe o tom aqui, baixa a voz ali. “Ele sempre consegue mostrar que o rei está nu sem se expor às armadilhas das democracias relativas”, diz um deputado federal mineiro, velho amigo de Tancredo. “Para mim, é o maior copydesk político do país.”

Nem sempre foi assim. Em 1932, quando ainda estudante de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais dirigia um jornalzinho oposicionista em São João del Rey, ele resolveu aderir à Revolução Constitucionalista deflagrada em São Paulo — e acabou passando 48 horas na cadeia. O pasquim do moço Tancredo morreu logo, mas ficaram a certeza de que a imprensa deve ser livre e a simpatia pelos jornalistas, cujo ego sabe cultivar. Os que frequentam o Congresso são frequentemente brindados com os elogios do doutor Tancredo. “Beleza de artigo, meu filho!” “Mas como você pegou bem o assunto, rapaz!” Não é fácil arrancar informações de cocheira do mineiríssimo Tancredo Neves. Mas todos gostam de ouvi-lo mesmo quando desconversa: esplêndido talento verbal, vive produzindo frases tão bem talhadas quanto seus ternos, de preferência puxados para o cinza. Com fotografos por perto, ajeita a gravata, tira os pesados óculos que usa quando lê e, de olho no voto conservador, esconde os copos de cerveja gelada que

**Mestre na arte de negociar,
especialista em conversações
impossíveis, mineiro por nascimento
e vocação, um político de centro, que
só esteve na extrema-esquerda há
muito, muito tempo, quando jogava
bola no interior de Minas.**



saboreia nos momentos de lazer. E pede (como não o entender?) para não ser fotografado quando cochila numa poltrona qualquer do Congresso: "Depois, vocês vão escrever na legenda que a oposição está dormindo", explica, risonho.

Só se deslocou para a extrema-esquerda uma única vez: adolescente, aceitou jogar com a camisa 11 do Esparta Futebol Clube, de São João del Rey — mas aceitou por absoluta falta de vaga no centro do ataque. Jogador de poucos recursos, cedo abandonou o futebol. Mas nunca mais saiu do centro. Deputado estadual em 1947, deputado federal em 1950, depois ministro da Justiça, diretor do Banco do Brasil, primeiro-ministro do regime parlamentarista, novamente deputado federal e agora senador, ele sempre se manteve rigorosamente equidistante das extremidades do quadro político. Ele explica: "A experiência demonstra que todas as vezes que tentamos radicalizar nós nos demos muito mal."

Um liberal à antiga? Nem tanto. O doutor Tancredo acredita que já não há lugar, em parte alguma, para a democracia liberal dos velhos tempos, e diz que o Estado moderno precisa de instrumentos legais que o defendam de ameaças de desestabilização. "Mas é preciso não confundir com princípios liberais a defesa das garantias da pessoa humana, necessárias em qualquer país de vida civilizada", adverte. E, ao se confessar favorável a um Poder Executivo forte, ressalva que "um Executivo forte não precisa ser discricionário, convivendo com um Judiciário transformado em serviço público e um Legislativo reduzido a subpoder."

— É isso que o senhor pretende dizer ao general Figueiredo?

— Não é hora de falar no assunto, meu filho.

O doutor Tancredo acha que ainda não chegou o momento de tirar o sapato.

Uma única vez, o político Tancredo

Neves, foi designado para uma missão que parecia fácil: candidatar-se ao governo de Minas em 1960, apoiado pela fantástica máquina montada pelo PSD, sob o comando do então governador Bias Fortes. Só que entraram em cena o poderio econômico de Magalhães Pinto, lançado pela UDN, e o carisma de Jânio Quadros, que apoiou Magalhães — e Tancredo acabou derrotado. "Foi a maior decepção da minha carreira", reconhece. O que não o impediu de continuar amigo de Magalhães, aliás seu vizinho no edifício da avenida Atlântica, no Rio (Meses atrás, Tancredo foi à procura do vizinho para perguntar se seria candidato ao Senado. Em caso afirmativo, disse, Minas estaria muito bem representada. Magalhães respondeu que preferia ser candidato a deputado. Certo de que não correria riscos, só então Tancredo aceitou ser candidato ao Senado pelo MDB Mineiro).

Uma derrota como a de 1960 abalaria qualquer carreira — mas a do doutor Tancredo não é uma carreira qualquer. Em agosto de 1961, no auge da crise provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, foi convocado às pressas pelo deputado Ranieri Mazzilli, presidente interino, para negociar o regresso ao país do vice-presidente João Goulart, surpreendido pela renúncia quando estava em missão na China. A princípio, os três ministros militares, líderes da direita das Forças Armadas, haviam vetado a posse de Jango, em quem viam "tendências comunistóides". Mas o primeiro ato da peça que teria seu desfecho com o golpe de 1964 foi um fracasso de público e crítica: nem todos os quartéis aderiram, a maioria do Congresso manifestou-se pela posse de Jango e o Rio Grande do Sul, governado por Leonel Brizola, ficou em pé de guerra. O PSD — sempre ele — teve a idéia de instituir o regime parlamentarista, e os militares resolveram conversar com Jango. Quem poderia ser o intermediário? Só mesmo o doutor Tancredo.

Em Brasília, o general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar, explicou-lhe que eram três as condições impostas para o regresso de Jango: aceitar a emenda parlamentarista, suprimir a escala em Porto Alegre e não levar a Brasília seu cunhado Leonel Brizola. Tancredo voou para Montevidéu, onde Goulart esperava, e geriu a crise com a habitual sagacidade. Dias depois, Jango estava no gabinete da presidência. E Tancredo era o seu primeiro-ministro.

A experiência parlamentarista não deu certo e o próprio Tancredo, apesar da sua conhecida simpatia por essa fórmula de governo, lutou pela restauração do regime presidencialista. Novamente eleito deputado federal, era o líder do governo na Câmara em 31 de março de 1964, como fizera com Getúlio, acompanhou Goulart



Tancredo Neves: O Articulador da "Conciliação"?

**“Tancredo
Neves
pratica a
conciliação pela
conciliação.”
(Fernando Lyra,
deputado do
MDB)**

até o fim. Estava no aeroporto ao lado de Jango quando o presidente deposto deixou Brasília, já a caminho do exílio. No enterro de Jango em São Borja, muitos anos depois, lá estava Tancredo ao lado do amigo, escolhido para pronunciar o discurso de adeus ao presidente morto. Foi um discurso direto, duro, magoado, Mas era hora de cruzar o Rubicão.

Maior que a fidelidade a velhos amigos, só mesmo a fidelidade ao PSD. "Não é possível matar afinidades com decretos, nem a saudade se pode apagar com borracha", diz. "No MDB, somos um pouco de cada um dos antigos partidos. Somos PTB na hora das reuniões, UDN nas idéias e PSD na tomada das decisões". Certo, o doutor Tancredo é capaz de derramar críticas ao regime no mesmo tom dos velhos tribunos petebistas, e encara os desmandos dos donos do poder com o mesmo rigor ético de alguns bacharéis que fundaram a UDN. Mas é, antes de tudo, um pessedista — e pessedista mineiro. Só um político formado na escola de espertezas do PSD de Minas poderia ter a idéia que ocorreu ao doutor Tancredo em 1972, quando a histórica divergência entre "autênticos" e "moderados" do MDB ameaçava mais uma vez descambar para o confronto. Um e outro grupo queriam indicar o novo líder na Câmara, ninguém cedia. Até que Tancredo propôs a fórmula salvadora: os "autênticos" fariam a escolha, mas o escolhido teria de ser um "moderado". E a paz voltou a reinar no MDB.

Esse mestre da conciliação às vezes exagera. Em 1977, por exemplo, resolveu pacificar o MDB do Rio, e conseguiu reunir na mesma mesa o ex-governador Chagas Freitas e o senador Amaral Peixoto, que sequer se cumprimentavam desde muitos anos. Tancredo propôs que os dois desafetos parassem de brigar. Em vez disso, argumentou, por que não garantir para o MDB o governo do Rio e dividir entre os dois grupos o bolo do poder? A dupla aceitou naturalmente. Só que Chagas, tão logo se sentiu seguro, reabriu as hostilidades, já como governador indiretamente eleito. Amaral ganhou, como prêmio de consolação, o emprego de biônico. Mas seu grupo acabou, e agora o genro de Getúlio vive maldizendo o acordo celebrado no apartamento de Tancredo.

Por essas e outras, muitos emedebistas "autênticos" não poupam o doutor Tancredo. "Ele pratica a conciliação pela conciliação", acusa o deputado pernambucano Fernando Lyra. E já há até quem suspeite de que no primeiro encontro com Figueiredo ele acaba ministro.

— Isso pode acontecer, doutor Tancredo?

— É fundamental, neste assunto, não confundir interesses do país com interesses pessoais, imediatistas. Ninguém aplaudiria

a convivência, ditada por objetivos mesquinhos e de natureza fisiológica, gerando entendimentos em torno de vaidades pessoais e honrarias. Mas é preciso negociar.

O doutor Tancredo sempre fala como se estivesse na tribuna. Mas, se vier uma abertura de verdade, podem anotar: ele ainda acaba ministro.

Um governo radical força inevitavelmente uma oposição ainda mais radical, ensina Tancredo. E um governo tolerante terá sempre uma oposição "lúcida e compreensiva". E o que diria a Figueiredo, caso o general resolva mostrar-se tolerante, um opositorista "lúcido e compreensivo"? "O Brasil precisa da anistia e da Constituinte", resume.

A campanha pela anistia, segundo Tancredo, tende a transformar-se num "abcesso de fixação" (em Medicina, o ponto de onde se irradia uma inflamação generalizada). Deve-se, portanto, extirpá-lo. E, para ele, só a Constituinte devolveria o país à normalidade constitucional. Depois disso, ficaria bem mais fácil implantar-se uma verdadeira democracia.

— E se o general Figueiredo não topar?

— Acredito que a liberalização virá por dois motivos: primeiro, porque a revolução de 64, se não está extinta, está exaurida por falta de mensagem: segundo, porque existe um certo cansaço nacional com relação ao tipo de governo que aí está.

Convém registrar que o doutor Tancredo nunca foi de bravatas.

Colhido pelo golpe de Estado de 64 no exercício da liderança do governo deposto, ficou vários anos na muda: não subia à tribuna, evitava reuniões comprometedoras e, a qualquer interpelação dos repórteres, encurtava a conversa com outra de suas frases clássicas: "Não é hora de falar neste assunto, meu filho". Foi um tempo em que os órgãos de segurança vasculharam animadamente o passado do doutor Tancredo, à procura de um pretexto qualquer

para a cassação. Nada encontraram, mas seus críticos mais amargos preferem atribuir a sobrevivência do doutor Tancredo a antigos laços de amizade como os marechais Castello Branco e Costa e Silva.

Só em 1977, Tancredo voltou ao palco — e em plena forma. Em abril daquele ano, ao perceber que os ventos sopravam à direita, tentou convencer seus companheiros de partido a não fecharem questão contra o projeto de reforma do Judiciário. O governo estava só à espera de um pretexto para entornar o caldo, argumentou. Mas foi voto vencido, e o MDB e o país acabaram atropelados, horas depois, pelo "pacote de abril". (Claro, se não ocorresse o fechamento da questão, o general Geisel encontraria outro pretexto qualquer. Mas o episódio serviu para atestar que o doutor Tancredo ainda é como nos velhos tempos sismógrafo especializado em tremores nos quartéis.)

A partir daí, não parou mais. Promoveu o desastrado acordo entre "chaguistas" e "amaralistas", voltou a movimentar-se ostensivamente no Congresso e, no ano passado, assumiu a liderança da bancada da oposição — venceu por apenas dois votos o paulista Freitas Nobre, apoiado pelos "autênticos". De volta à tribuna passou a fustigar com alguma dureza o governo, sem contudo fechar as portas a um eventual entendimento. E de novo alguns deputados da oposição, descontentes com o, para eles, exagerado espírito conciliador de Tancredo, acusaram-no de desrespeitar o programa do MDB. Só cessaram as críticas quando se lembraram de quem tinha sido o redator do programa do partido: o doutor Tancredo.

Em dezembro passado, quando um jornalista perguntou-lhe se julgava viável a volta do PTB, ele forneceu outra manchete: "O PTB e a rumba não voltam mais". O mais provável é que, em pouco tempo, pareça tão velho quanto a rumba, o estilo inconfundível dos remanescentes do PSD — homens afeitos à conciliação, conservadores em questões econômicas, politicamente liberais, fascinado pelo exercício do poder. Nesse caso, o doutor Tancredo provavelmente se recolherá ao seu sítio em Cláudio, um lugarejo a poucos quilômetros de São João del Rey, para ali se dedicar a um antigo projeto: escrever a biografia do Marquês de Paraná, que ao tempo do império promoveu uma surpreendente composição entre conservadores e liberais. Mas parece certo que por mais alguns anos o país continuará a vê-lo em ação. Desconfia-se de que a primeira etapa da transição para a democracia deverá esgotar-se em remendos liberalizantes no regime, sem profundas mudanças de conteúdo. Se a intenção for essa, convém procurar o escritório de negociações políticas do doutor Tancredo. São mais de quarenta anos de experiência no ramo.

"O PTB e a rumba não voltam mais."

Frase do doutor Tancredo 40 anos de experiência no ramo político.

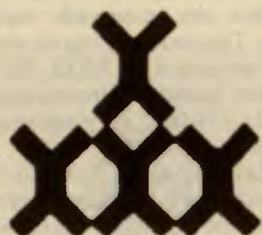
MUDOU A EDUCAÇÃO NO BRASIL.

VISITE-NOS E COMPROVE VOCÊ MESMO.

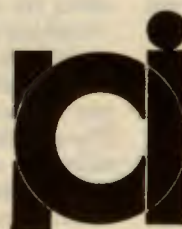
A RENAE — Rede Nacional de Educação que mantém o Pré-Universitário (Brasília e Goiânia), CAPI-Vestibulares e Colégio-SP criou o método SPE-RSD — o mais avançado estágio da Educação Contemporânea. Hoje você tem um encontro decisivo para seu futuro.

1º. Grau 2º. Grau Colégio Técnico Preparatórios aos Vestibulares

MATRÍCULAS ABERTAS



PRÉ
UNIVERSITÁRIO



CAPI
VESTIBULARES

A OPÇÃO INTELIGENTE

São Paulo: R. Américo de Campos, 9 (Metrô Liberdade)

Santo André: R. Senador Flaquer, 691

Mogi das Cruzes: Praça Dona Firmina Santana, 16

Brasília: Avenida W 5 - Quadra 912

Goiânia: R. 232, nº 168 (S. Universitário)

Previsões políticas para 79

UM ANO DE CRISE

por Getúlio Bittencourt

Poucas atividades expõem tanto ao ridículo como a previsão de acontecimentos políticos a curto prazo, e no caso de um País, doze meses é um prazo curtíssimo. No entanto, abstraído-se o imponderável, como a morte de personagens importantes, já se pode desenhar com razoável nitidez os contornos de 1979, o primeiro ano do Governo Figueiredo.

O aspecto fundamental é que será *um ano de crise*. O Projeto Brasil Grande Potência, criado pela Escola Superior de Guerra e colocado em prática sobretudo a partir de 1964, encontra-se enredado em suas contradições. Como fortalecer o Poder Nacional se a influência das em-

presas transnacionais é decisiva, principalmente nos setores mais dinâmicos da Economia, que envolvem tecnologia de ponta? Como produzir tecnologia nacional se a Universidade está marginalizada? Como produzir um amplo mercado interno se o tipo de industrialização sofisticada de que dispomos implica necessariamente em concentração da renda? Como compatibilizar as necessidades de incremento da produtividade sem a contrapartida da participação política?

As contradições do modelo econômico imposto pelo regime sob o qual vivemos, e do qual não gostamos, são ainda mais extensas. O que poderíamos chamar de "burguesia nacional", através de seus representantes nos setores mais modernos da Economia, aprofundam as propostas de um modelo alternativo, e que no fundo significa a transferência do poder político diretamente para ela. Empresários como Severo Gomes, José Mindlin, Cláudio Bardella, Einar Kok e outros entendem que é preferível afastar a mediação autoritária dos militares, porque a democracia liberal oferece as mesmas perspectivas de remuneração para o seu capital — e ainda substitui o capitalismo selvagem pela simples apropriação da mais valia.

A posição cautelosa das empresas transnacionais sugere que elas apesar de tudo apóiam o regime autoritário brasileiro, e o fato da maioria dos seus executivos serem eleitores do Partido Republicano nos Estados Unidos aparentemente reforça essa hipótese. Contudo, é estimulante a teoria desenvolvida por Nicos Poulantzas em seu livro *A Crise das Ditaduras*, a propósito da restauração da democracia liberal em Portugal, na Espanha e na Grécia. Observa Poulantzas que nesses três países não foi uma vasta mobilização popular que produziu a remoção dos regimes autoritários. Ele acredita que interessa ao próprio capital monopolista internacional a substituição dessas ditaduras por democracias liberais, porque só em regimes abertos se consegue uma ampliação dos mercados internos (via redistribuição da renda). E as taxas de remuneração do capital monopolista internacional dependeriam, para manter-se nos níveis atuais, de amplos mercados internos capazes de consumir novos tipos de bens, produzidos em massa. Nas ditaduras, como se sabe, é só uma pequena parcela da população que se apropria da riqueza nacional.

Mesmo deixando-se de lado as empresas transnacionais, o modelo econômico



Figueiredo terá mais problemas do que qualquer chefe de Estado da história brasileira.

apresenta suficientes sinais de esgotamento para produzir uma crise de proporções graves. Basta agregar aos elementos já indicados o novo papel da classe operária, hoje suficientemente amadurecida para identificar nesse regime um inimigo, e articulada ao ponto de combater o arrocho salarial através da greve.

As notórias dificuldades econômicas que esperam o general Figueiredo provavelmente produzirão uma crise política, caso as primeiras medidas de seu Governo não sejam o estabelecimento de uma pacificação nacional, através de mecanismos que reconciliem o Estado e a Nação.

Mas as probabilidades do general Figueiredo aderir ao programa do MDB (Assembleia Nacional Constituinte, anistia ampla geral e irrestrita, liberdade sindical, legitimação através de eleições) são mínimas, devido principalmente a duas razões:

— Como não dispõe de respaldo popular, o futuro presidente obrigatoriamente terá de assegurar a manutenção de seu mandato, ou seja, precisará obter garantias de que os militares não o afastarão do poder. Seu irmão Guilherme de Figueiredo vem afirmando a amigos que o próximo Governo usará os dois primeiros anos para executar um retrocesso, para o qual teria a adesão das instituições militares. É preciso ter em mente aqui o panorama ideológico das Forças Armadas, que expurgaram o que havia de esquerda em seus quadros nos idos de 1964, e depois expurgaram o que havia de liberalismo em 1968. Sobrou a direita e a extrema-direita.

Os ideólogos desse retrocesso de dois anos lembram que posteriormente o Governo Figueiredo teria mais quatro anos para abrir, dessa vez em definitivo, para um regime de alguma forma semelhante a uma democracia liberal.

— Além disso, há o aspecto extremamente importante do renascimento da sociedade civil no Brasil: as pessoas perderam o medo. O regime autoritário afirmou-se frequentemente, durante os últimos 15 anos, através da intimidação e da crueldade. Mas as sucessivas denúncias de tortura praticadas pelos militares anestesaram a população, quer dizer, produziram o antídoto. Nesse sentido, a repressão mais brutal exauriu suas possibilidades de intimidação. Da mesma forma, os trabalhadores chegaram aos seus limites mais profundos; além deles não se perde mais nada, e a vida ou a dignidade passam a valer tão pouco que qualquer risco vale a pena.

É claro que existe a possibilidade do Governo Figueiredo mostrar-se incrivelmente eficiente na reforma desse modelo econômico, a ponto de prolongar sua existência por certo tempo. Contudo, o caráter de continuidade dos Governos Geisel e Figueiredo impedirá modificações bruscas.

E, verdade seja dita, existem todas as condições para que o Governo Figueiredo fracasse no setor econômico em seu primeiro ano.

Pode-se presumir que a taxa de contestação ao Governo Figueiredo será alta, na medida em que, destituído de legitimidade de origem, ele precisará estabelecer prioridades numa Economia em crise — em outras palavras, necessitará beneficiar alguns grupos em detrimento de outros. Dentro de uma democracia liberal, essas opções são assimiladas na medida em que os grupos excluídos se aglutinam para assumir o poder no mandato seguinte: o poder é controlado alternadamente por segmentos distintos da burguesia. Num regime autoritário, porém, as decisões são arbitrárias, por mais lógicas que os tecnoburocratas pretendam que sejam.

Existe o que se poderia chamar de cansaço do autoritarismo. As obras faraônicas que produziam impacto no Governo Médici (Ponte Rio-Niterói, Transamazônica) simplesmente fracassaram no Governo Geisel (Ferrovia do Aço). As medidas econômicas que no Governo Médici eram aceitas (a concentração do capital financeiro) passaram a sofrer forte contestação no Governo Geisel (Porto de Tubarão). Ou seja, as propostas do regime autoritário passam a enfrentar resistências crescentes da sociedade civil.

Até agora, como quase todos os presidentes da República desde Getúlio Vargas, o general Figueiredo tem reafirmado sua proposta de fazer do Brasil uma Potência Agrícola. É preciso ver aqui em nome de quem ele fala, ou seja, que tipo de alianças afinal o conduziram ao poder. Os componentes mais óbvios mostram que o regime brasileiro, com nuances, expressa atualmente um pacto de poder entre os militares e as empresas transnacionais, os militares como fiadores de uma imensa dívida externa, as transnacionais como beneficiárias primordiais do modelo, onde controlam os setores de tecnologia de ponta. As ligações perigosas dos assessores mais importantes do Governo Figueiredo são igualmente conhecidas (Golbery do Couto e Silva: Dow Chemical; Heitor Aquino Ferreira: Grupo Ludwig). Por isso, pode-se traduzir a sua “ênfase na agricultura” por “introdução do capitalismo no campo através das transnacionais”.

Nesse sentido, o Governo Figueiredo reafirma as alianças dos militares com as transnacionais, aprofundadas em 1968, e recoloca a burguesia nacional num papel secundário e dependente. Entramos assim num aspecto ainda nebuloso mas cujos contornos gerais são identificáveis: a crise de identidade.

O perfil do general João Batista Figueiredo não inspira confiança à burguesia. Que perfil é esse? Um grupo de assessoramento que incluía agências de pu-

blicidade e conselheiros políticos tentou formular uma imagem de estadista para o general, por meio da cuidadosa montagem de entrevistas que o apresentassem à opinião pública como o homem talhado para ser presidente da República nos próximos seis anos. Creio que a entrevista que Haroldo Cerqueira Lima e eu fizemos com ele atrapalhou essa cuidadosa criação de imagem, mostrando que Figueiredo é em primeiro lugar um general da Cavalaria. Um homem franco, rude, agressivo, polêmico — e, porque não dizer, des-preparado.

Há poucas semanas, numa conversa em sua casa no Jardim Europa, o presidente nacional da Oposição, Ulisses Guimarães, me dizia perplexo que é capaz de discorrer com razoável segurança sobre as idéias e projetos políticos de Jimmy Carter ou Giscard d'Estaing, mas não é capaz de fazer o mesmo sobre o general Figueiredo. O futuro presidente da República continua a ser um general secreto até para as elites nacionais. Talvez se esteja procurando nele o que ele apenas não tem, e então o Brasil vai para o imponderável em 1979. Mas o grave é que esse personagem em crise terá de enfrentar a maior soma de problemas que um chefe de Estado já teve de enfrentar em toda a história brasileira.

Ele é, portanto, um personagem que não produz esperança. Por incrível que pareça, não há segmento da sociedade brasileira que encare o Governo Figueiredo com esperança. Este é talvez o primeiro caso na História do Brasil em que um Governo começa sem provocar pelo menos esperança, à falta de estímulos mais significativos.

Por fim, em 1979 a Nação enfrentará uma questão da maior relevância, e que até agora não recebeu tratamento satisfatório: será necessário encontrar um papel para os militares. O que amplia a noção de crise que temos hoje é a presença tão ostensiva dos militares no controle do Estado, por uma década e meia, e o consenso atual de que eles devem ser afastados dessa função. Ora, a auto-imagem dos militares não é a mesma que a sociedade civil faz deles, e convém não esquecer que os militares exercem o monopólio da coerção organizada.

Não faz sentido imaginar que sairemos desta crise por meio de um simples refluxo dos militares ao papel de obedecerem as ordens do presidente da República “dentro dos limites da lei”, isto é, à espreita de uma nova intervenção conservadora no sistema político.

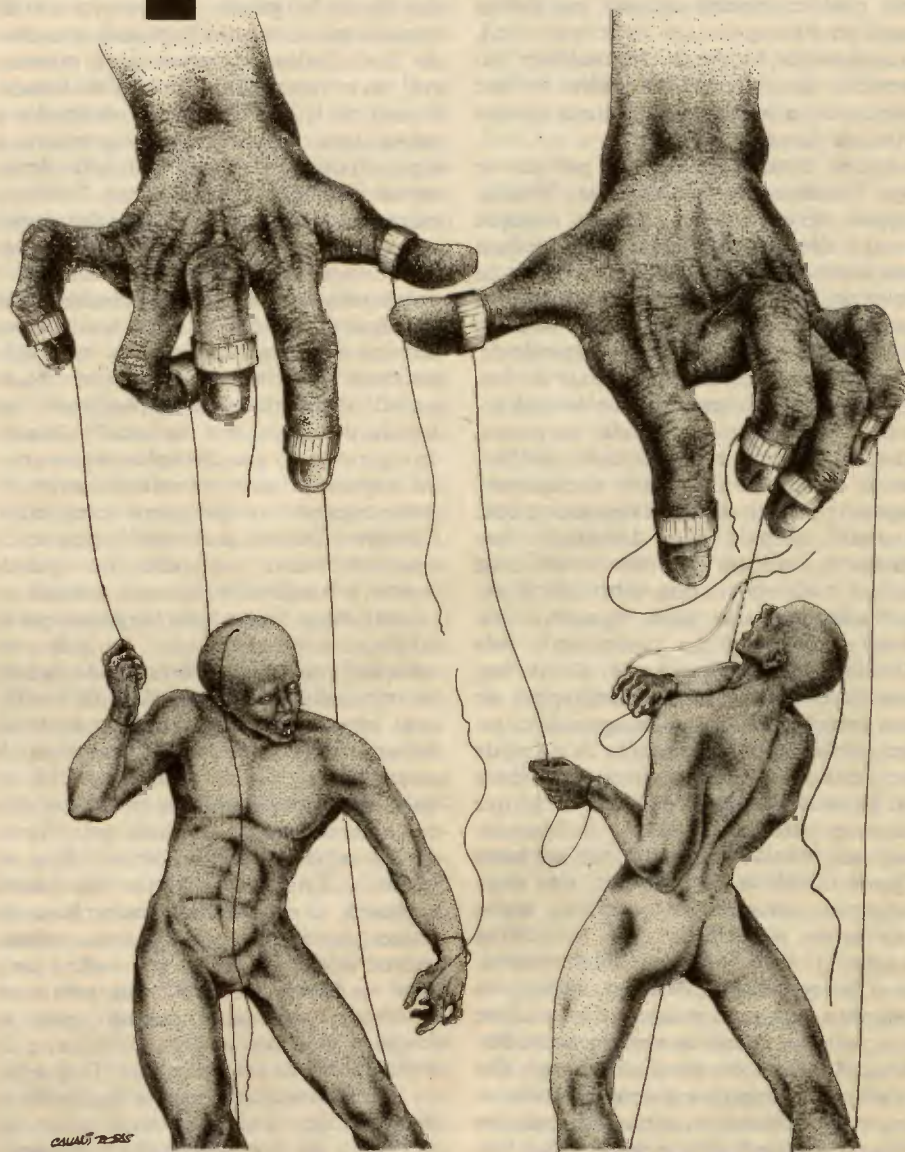
Talvez se possa resolver o problema situando os militares em papéis estratégicos como o do desenvolvimento da tecnologia nacional, via armamentos ou informática, satélites e Marinha Mercante — a ponto de ocupá-los com essas coisas enquanto vivemos em paz.

DEPOIS
DO A15

reflexões sobre o presente

Há razões
para
pensar com
otimismo as
perspectivas
do país?

Florestan Fernandes



O panorama político brasileiro está sendo reapreciado de uma "perspectiva otimista". Para muitos, o que poderia parecer *os piores dias* já foram ultrapassados ou estão em vias de se converter em uma página histórica que está sendo virada.

No entanto, as coisas não são tão simples. A contra-revolução institucional está se batendo dentro do terreno que ela própria escolheu e, até agora, não foi deslocada e, ainda menos, varrida das posições estratégicas no controle estatal e

governamental da situação. E é preciso que se tenha presente, para enfrentá-la, que ela teve muito êxito na tática que adotou de transferir o campo de luta para a esfera parlamentar. Não deixa de ser uma ironia política que a ditadura que esmagou ou tripudiou sobre todas as forças vivas da democracia tenha tentado fazer isso — e haja logrado fazê-lo! Mas, o fato é que passou das intenções às realizações e aí está o "Pacote de Abril", as artimanhas consequentes e toda a armação do sucedâneo



de Estado de Direito, consentido pelo regime vigente, para comprová-lo. O que deixa claro que a ditadura não está, pura e simplesmente, procurando compensar a perda relativa em suas bases de sustentação através de um *casuismo* farisaico. O "casuismo" existe. O que se precisa enxergar melhor fica além: a ditadura sobrevive, não só se reproduz como também se recicla e, no limiar de suas últimas batalhas, pretende gerar e deixar implantado um padrão de *estabilidade política* pelo qual continuará atuante por *outros meios* (o Parlamento, o Judiciário, etc.), conquistando foros de legitimidade no exercício do poder! Uma hidra de sete cabeças ou a tenacidade burguesa no uso bruto da força?

Apesar disso, o panorama político de hoje, independentemente das últimas eleições deixa evidente que se avançou acima e além dos obstáculos que impediam uma *abertura democrática* efetiva (não a do Governo, está claro!). O impedimento à concretização dessa abertura provinha das contradições do capitalismo dependente, da inviabilidade de uma hegemonia de classe fundada na autonomia dos setores internos da média ou grande burguesia, privada ou estatal. O requisito político básico do crescimento desse capitalismo, imposto pela articulação desses setores com as multinacionais e a dominação imperialista, consistia em uma estabilidade política rudimentar, que substituiu a *democracia burguesa* pela *segurança nacional*, os riscos do "consenso" pela eficácia do terror organizado. O que isso quer dizer? Que a democracia não pode ser uma criação das classes burguesas e, especialmente, que a hegemonia de classe da burguesia exige um Estado autocrático e um Governo ditatorial implacável. O que não quer dizer que a forma política democracia esteja condenada (e, se havia alguma dúvida a esse respeito, elas desapareceram com o protesto operário, com o movimento sindical e com as últimas eleições). O País caminhou, coletivamente, tanto no repúdio da ditadura, quanto na conquista de formas políticas democráticas — e isto pela primeira vez em nossa história. São alterações em processo, que ainda não se impuseram em nome de todas as suas consequências; mas elas são bastante claras (como indicadores políticos) e bastante fortes (como fatores de mudança política) para atestar o quanto as trans-

formações morfológicas e dinâmicas da sociedade civil se refletiam nas estruturas, nos ritmos e no funcionamento da sociedade política.

A "questão da democracia" volta a colocar-se, porém não mais como elemento da dominação burguesa e da "normalidade da ordem", isto é, da normalidade de um Estado *normalmente* iníquo e ilegítimo (para não pensar-se em suas "condições de exceção"). No passado, remoto ou recente, os estratos mais privilegiados e poderosos das classes burguesas sempre procuraram impedir que as massas populares e as classes trabalhadoras tivessem uma presença real nas estruturas e nas funções do Estado. Pondo de lado o ritualismo eleitoral e a manipulação pela demagogia populista, o espaço político deixado à fruição desses setores da Nação era igual a zero. Tudo isso manteve os estratos dominantes das classes possuidoras dentro de uma órbita conservadora de defesa sistemática da reação e de uso reiterado da contra-revolução aberta ou dissimulada. No extremo limite, esses estratos chegaram a negar a revolução nacional, fora e acima de qualquer "pacto social" democrático, e implantaram um Estado de "segurança nacional" (leia-se: de segurança do grande capital, estrangeiro ou interno, privado ou estatal), cujo objetivo expresso consistia em assegurar o "desenvolvimento acelerado" (leia-se: o desenvolvimento acelerado do grande capital, estrangeiro ou interno, privado ou estatal). Nesse limite, uma burguesia que se proclamara herdeira da "grande revolução" convertera-se no segundo escalão do imperialismo e nos quadros de um Estado capitalista *sui-generis*, que pretende fechar a ordem dentro das fronteiras de menos de um terço da população válida do País, como se a *democracia ideal* fosse uma democracia restrita, bitolada pela África do Sul ou pela Rodésia. Nesse limite extremo o Estado capitalista não possui nenhuma forma política democrática: as classes dominantes não cedem nenhum terreno às demais classes e o melhor seria falar em Estado autocrático-burguês e em autocracia burguesa. Quais são, pois, as forças sociais que repõem a "questão da democracia" na cena histórica? O que foi, na transformação do regime de classes, o elemento que precipitou esse giro? Na verdade, tudo parece *burguês* e a perversão da ótica política foi tão longe que se falou demais na "revolução das classes médias",

na "revolução dos tenentes", etc., e se insiste nessas fórmulas *mesmo depois* que se descobriu o que as classes médias procuravam — não a revolução democrática, mas o desnivelamento dos privilégios; e que elas ficariam igualmente contentes com qualquer tipo de regime, com tanto que sua luta por *status*, preservação de prestígio ou transmissão da situação social fosse atendida.

O que parece essencial, nos dias que correm, é que a ordem burguesa está sendo pressionada e alargada, mas essa pressão e o alargamento resultante não vem das classes burguesas, mas das massas populares e dos setores de ponta do proletariado. Temos, de um lado, forças sociais espontâneas e desorganizadas, e elas se mostraram amplamente através da ira popular que a farsa eleitoral não conseguiu esconder; de outro, há um setor organizado, que opera como uma vanguarda, e surgiu nos centros urbanos mais adiantados e nos ramos mais avançados da produção capitalista. Pela lógica da situação histórica, esse setor se caracteriza como "a nata do proletariado" e, quando ele se manifesta, o que entra em jogo são os dinamismos de luta de classes ao alcance do proletariado e do movimento sindical. É importante apanhar os dois pólos em conjunto. A pressão amorfa dos "malditos da Terra" teria escasso significado político sem a pressão radical de baixo para cima do proletariado e do movimento sindical. Por sua vez, essa pressão acabaria assumindo os contornos de um particularismo de classe sem a ressonância que lhe é conferida pela existência de uma maioria marginalizada e excluída, em estado de desespero ou de exasperação. Para todos os efeitos, o setor de ponta do proletariado e o movimento sindical — não mais o "político", o "burocrata" ou o "patrão" das classes médias e altas — convertem-se na voz política dessa imensa massa de deserdados. Por conseguinte, tomados em sua inter-relação e em seu fortalecimento mútuo, os dois elementos configuram uma ampla e profunda transformação qualitativa da situação, não importa quão rudimentares sejam os seus efeitos, o seu grau interno de coalescência ou as formas de solidariedade assumidas por sua ação recíproca. Além disso, ambos possuem o mesmo significado na relação com a democracia como forma política. A democracia, aceita primeiro como símbolo de privilégio, repelida e



... estamos diante de uma típica “revolução dentro da ordem”

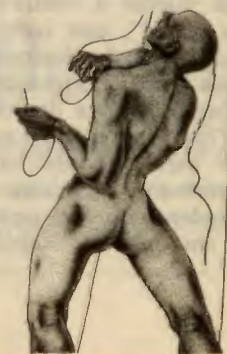
adulterada depois, quando poderia aparecer como uma realidade de todas as classes, se objetiva como uma entidade nova: ela se desvincula da condição burguesa e da hegemonia das classes possuidoras, pois agora ela surge pelas mãos da massa dos desvalidos e pela vontade da vanguarda do proletariado. Do último quartel do século XIX aos dias que correm temos mais de cem anos de vacilações e de subterfúgios. No momento de crise da concentração vertical do poder burguês menos de uma década e meia foram suficientes para provocar uma irrupção tão dramática, que altera todo o processo político e planta a esperança no solo histórico da sociedade de classes — não em nome da burguesia e para a burguesia, mas pela ira da plebe e pela voz política do proletariado.

Essa guinada histórica, cuja importância

política é óbvia, não pode ser banalizada ou vista como uma espécie de “abre-te-sésamo”. Irrupções dessa envergadura em um contexto de crise de uma forma de poder e de crise de legitimidade são perigosas. O que separa a democracia burguesa “normal” da democracia burguesa “excepcional” ou uma *ditadura que se autolimita* do fascismo puro e simples? Estamos dentro do barco e esse tipo de argumentação não deve ser invocado para brear o processo político, pelo menos na seara socialista. Ele merece ponderação porque é patente, uma burguesia que não vacilou diante de alternativas de “revolução dentro da ordem”, controláveis por seus quadros e por suas elites, não fará menos diante de uma “revolução dentro da ordem” que escapará largamente ao seu controle direto ou indireto. No entanto, o que merece o centro de nossa atenção, como socialistas, são outras coisas, vitais para o nosso conhecimento da situação e para a avaliação dos rumos a seguir na orientação e na intensificação desse processo. Embora seja cedo para aproveitar todas as lições dos fatos que estão ocorrendo, por sua relevância pelo menos três coisas são de extrema importância.

Primeiro, é evidente que a incorporação às economias centrais e a “aceleração do desenvolvimento econômico” não trabalharam apenas em proveito das classes possuidoras e, especialmente, dos seus estratos mais privilegiados e poderosos. O padrão de desenvolvimento capitalista inerente ao capitalismo monopolista, com a industrialização maciça resultante, tiveram um impacto global, graças ao qual se alterou todo o regime de classes (o que explica como e porque a capacidade de luta relativa da vanguarda do proletariado cresceu tão rapidamente, a ponto de converter-se no foco central de desobediência civil e de desagregação do regime). A hipótese que levantei, a esse respeito, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, recebida com ceticismo, está comprovada. Os fatos demonstram em que direção caminha a transformação qualitativa do regime de classes, com rapidez ainda maior do que seria previsível nos meados das décadas de 60 ou de 70. Segundo, por que uma ditadura tão opressiva e repressiva não pôde impedir semelhante evolução política (ou, pelo menos, por que meios de coação tão formidáveis não silenciaram os sindicatos ou

não reduziram a pó a pressão operária)? Muitos preferem atacar a questão pelo viés da “fraqueza da ditadura” em um momento de colapso de sua base econômica e social. Ora, isso significa que todo dinamismo construtivo só creditado à ação ou à omissão das classes possuidoras e de suas elites no poder. Por que não procurar outra ótica interpretativa? Toda ditadura — e quanto mais cega e violenta for a ditadura em sua instrumentalidade ao terror burguês mais evidente vem a ser a correlação — ao fechar espaços às classes subalternas, obriga-as a criar o seu próprio espaço; as classes subalternas vão ao fundo do poço e *emergem com os seus próprios meios de luta por seus próprios meios de luta*. Em suma, buscam a autodefesa e a autoafirmação por meios autônomos de organização e conflito de classe. Essa lógica política pode parecer simplista. Pense-se porém sobre a desagregação do czarismo e reflita-se, em consequência, sobre o seu alcance. Não se pode dizer que “a história se repetiu na cena histórica brasileira”. Ao contrário, a história mal está começando: o proletariado e o movimento sindical tentam tomar as rédeas em suas mãos e atestam que uma prolongada e vacilante acumulação de forças atingiu um climax, irrompendo, de um lado, contra a ditadura e pressionando, de outro, pela autonomia das classes trabalhadoras e sua afirmação política. Terceiro, estamos diante de uma típica “revolução dentro da ordem” (as massas populares e o setor de ponta do proletariado lutam pela autonomia de classe do proletariado e pela revolução democrática *mantida a ordem existente*), contudo as transformações pretendidas não caem na esfera da concessão ou de uma inovação decidida de cima para baixo. Os “donos do poder” estão duplamente acuados, porque as pressões de baixo para cima não visam apenas à ditadura — elas visam a criar novos estilos de vida e, em particular, conferir eficácia aos direitos sociais e políticos das massas populares, das classes trabalhadoras em geral e do proletariado (o que *antes e depois* de 1964 nunca passou de uma ficção constitucional e de uma ficção legal). O que projeta essa revolução dentro da ordem em um contexto peculiar: passamos, automaticamente, da retórica da “democracia burguesa” para a viabilidade de uma democracia popular e proletária. Tudo isso ressalta o caráter



contraditório da presente situação e o quanto ela poderá ser explosiva, pois as classes possuidoras — em particular seus extratos mais poderosos internos e externos — terão muita dificuldade em assimilar as consequências (para não falar da filosofia política) de tal revolução dentro da ordem.

Ai estão vários pontos que merecem uma análise política cuidadosa dos socialistas. Ela será feita certamente. Neste momento de eclosão cumpre localizar o processo em curso no imenso e complexo painel em que ele se desenrola. No último quartel do século XX surgem dentro do regime de classes e por sua própria *lógica intrínseca* as “forças maduras” que nos poderiam colocar no umbral do século XXI. Depois de uma década e meia de terror burguês, vemos que a mudança social construtiva vem de baixo para cima, dos setores tidos como “incultos”, “incapazes” e “causadores do atraso do País”. Eles não só nos retiram da humilhação e da frustração; rompem com a apatia e o ponto morto, conferindo conteúdo humano, igualitário e libertário à causa da democracia como alavanca da revolução nacional. Os socialistas precisam avançar nesse terreno, para não ficarem abaixo das exigências da situação histórica, no plano teórico tanto quanto no plano prático. É preciso que se entenda a que responde essa oscilação da história nas relações e lutas de classes e, em especial, impõe-se dar todo apoio direto possível ao reforçamento dessas tendências. A revolução democrática põe-se como alternativa histórica — *para todos*, dos “miseráveis da Terra” aos trabalhadores semilivres e aos setores de ponta do proletariado. O que equivale a dizer que a revolução democrática se configura, nesta etapa, como sendo para “toda a sociedade”, inclusive para aliviar a burguesia de um fardo que ela não soube como enfrentar — a condução da revolução nacional — e para libertar a Nação da tutela imperialista, quebrando as últimas cadeias coloniais. Ao impor seu padrão de autonomia e de auto-realização como classe o setor de ponta do proletariado e do movimento sindical não diz um simples “basta” à ditadura. Ele exige que o regime de classes, sob o capitalismo, *funcione para todas as classes* (o que deveria ser normal) e busca instaurar a célebre norma do “Homem Livre na Pátria Livre”, traída pela Abolição e pela República, no respeito universal aos trabalhadores e aos cidadãos pobres comuns. Em contrapartida aos desígnios da reação, que pretende manter a contra-revolução por “outros meios”, esse setor busca a viabilidade da revolução democrática por “outros meios”, ou seja, fora do circuito burguês, pela ação direta das classes subalternas. O que repõe o Brasil na história que se abre para o futuro: aos vários períodos amorfos da República burguesa poderão suceder-se outros períodos orgânicos de uma possível República popular.

“O AI-5 não deveria morrer”

lamúrias de um pai

Augusto Nunes conversou com o professor Luiz Antônio Gama e Silva, criador do AI-5. Aqui, o seu relato.

As mãos pequenas e ágeis capturam um exemplar da Constituição na estante enorme e, num golpe, abrem o volume exatamente na página procurada. Por trás das lentes grossas, os olhos miopes se espreguem na leitura, guiados pelo anular gordinho que segundos depois passeia no ar, sublinhando a voz do dono. “Basta ler o texto constitucional”, ensina o professor Luiz Antônio Gama e Silva. “Está claro que só o presidente da República pode revogar o AI-5. Se o Congresso faz isso, a revogação é inconstitucional”. O professor baixa a voz e, em tom cúmplice, sugere: “Por que você não publica isso como se a tese fosse da revista?”

Dez anos atrás, a voz do ministro Gama e Silva, da pasta da Justiça, além de soar bem mais áspera, não era desperdiçada em pequenos pedidos. Eu a ouvi na noite de 13 de dezembro de 1968, pelo rádio, anunciando a nós todos que o Brasil mudara. Até então, o regime que resultara do golpe de Estado de 1964 fora uma ditadura encabulada, às vezes cheia de dedos com os maus brasileiros. Naquela sexta-feira 13, porém, o advento da era do AI-5 removeu todos os disfarces, todos os cosméticos, e o país pôde ver por inteiro o rosto sombrio da ditadura militar. Anunciada pela mesma voz — pausada, paulista e civil — que agora, a um passo de mim, chora a morte do Ato.

“O AI-5 não deveria morrer”, lamenta Gama e Silva. Sentado na biblioteca do sobrado onde mora, nos elegantes arredores do Jockey Club de São Paulo, ele ainda exhibe a aparência de aplicado gerente de banco que o país conheceu em seus tempos de ministro do marechal Costa e Silva. A antiga arrogância acabou, é verdade. Mas Gama e Silva não mudou muito. Diz que o AI-5 foi bom para o país, embora ressalve que, de 1974 para cá, nem sempre foi bem aplicado. “Ele nada tem de antidemocrático”, suspira. Lembra que o Ato seria “uma boa advertência” aos candidatos à subversão. Inquieto com a volta das greves operárias e passeatas estundantis, acha que a qualquer momento o Brasil pode reeditar os agitados idos de 1968.

Os idos de 68. A tormenta já se desenhava desde cedo, e no entanto não a pressentimos. Jovens, confiantes, preferíamos vagar pelas ruas, movidos pela certeza de que afinal se encontrara a receita que daria um jeito na geléia geral brasileira. Cutucamos a fera com vara curta, e estávamos expostos às suas garras quando elas se mostraram naquele dezembro. No começo não sentimos medo, ingenuamente convencidos de que o AI-5 era apenas o agônico arranco de um regime atropelado pela esquerda. Mas o regime não estava prestes a sucumbir, como aprenderíamos em longos anos de gritos e sussurros. Gritou-se, gritou-se muito nos porões do país, enquanto cá fora a tragédia era aprisionada em sussurros. À meia voz, falava-se de prisões, torturas, mortes, desaparecimentos. E se dizia que mais e mais brasileiros haviam sido escoraçados para o exílio.

Agora que o Ato se vai, alguma espécie de remorso aflige o professor Gama e Silva? “Fiz o que devia”, replica, cortante. O professor não gosta de receber jornalistas. “Sempre deturpam o que digo”, queixa-se. Não há entrevistas há alguns anos. Nada irrita mais Gama e Silva que versões que atribuem a outras mãos a autoria do AI-5, cuja exclusiva paternidade faz questão de reivindicar. “O Ato é meu”, afirma. Mas dona Yolanda Costa e Silva não diz que viu o marido escrevendo o rascunho do AI-5 a bordo do avião presidencial? Gama e Silva não resiste: “Entre nós, você acha que ele tinha preparo para isso?”. E ensaia seu segundo sorriso em hora e meia de conversa. O primeiro ocorrera ao comentar que, agora, “todos os que assinaram o Ato fingem que nada tiveram a ver com a história”. Aqui, a mágoa parece pertinente. Veja-se o caso do ex-ministro Delfim Netto, que também assinou o Ato e enriqueceu a noite de 13 de dezembro com um comentário empolgado. “Vai ser uma paulada”, comemorou Delfim. Agora, o mesmo Delfim diz que em 1968 cuidava exclusivamente de problemas econômicos. E jura jogar de centro-esquerda. Gama, não: se o convidassem, redigiria de novo um ato institucional que “acabasse com a baderna”. E com a mesma presteza com que produziu o AI-5: o documento foi datilografado em quatro horas, durante a madrugada, num quarto de hotel, e sem consultas a códigos ou livros. Estava tudo na cabeça de Gama e Silva.

Aos 64 anos, o ex-ministro ainda advoga, com escritório montado na avenida Paulista, e dá aulas na Faculdade de Direito do largo de São Francisco. Frustrado o velho sonho de governar São Paulo, garante ter desistido da vida pública. Por via das dúvidas, continua a cultivar seu largo círculo de amizades militares, formado em 1964 e consolidado em 68 — vai a casamentos, festinhas de batizado, jantares. Certo de que está bem com a História, despede-se no portão do sobrado. “Você era muito moço, não se lembra do que houve”, diz. Sim, guardo difusas lembranças do dia 13 de dezembro de 68. Mas me lembro bem de que naquela noite envelheci, envelhecemos todos.



**Todo escocês é pão-duro,
menos na hora de beber Ye Monks!**



Ye Monks'
Meridional Distillery

Andradas, 1234 - 6º andar

Fones: 24-2760 e 24-2761 - Porto Alegre - 90.000



Soldado profissional ou soldado político?

POR ANA LAGOA

(Um impasse que nasceu com o próprio Exército)

Ana Lagoa é repórter da Folha de São Paulo, sucursal de Brasília. É especialista na área militar.

O Exército Brasileiro teve sua primeira organização por Lei Imperial de 1.º de dezembro de 1824. Logo a seguir, já se envolvia no episódio da Abdicação. De lá para cá, ao longo da história, perdura o impasse: o Exército deve estar voltado exclusivamente para as atividades profissionais, ou deve acumular essas atividades com a participação política direta.

Ainda no Império, caracterizava-se a força militar como "essencialmente obediente; jamais se podendo reunir sem que lhe seja ordenado pela autoridade legítima" e, então, "todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do Império, e defendê-lo de seus inimigos internos ou externos". Como a República, a Constituição passou a definir "as forças de terra e mar" como "instituições nacionais permanentes" (...) "essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições nacionais" (...) destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior".

Com poucas alterações, a destinação constitucional das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) passou pelas Cartas Magnas de 1934, 1937, 1946, 1967 e chegou a 1969, com a seguinte caracterização: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares (...) organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei (...) essenciais à política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem".

Esses limites de atuação do Exército, porém, se sempre reafirmados ao longo do tempo pelos altos chefes militares, não impediram que na prática o impasse perdurasse até hoje. No mês passado, por exemplo, essa questão possivelmente ocupou as conversas entre os oficiais da ECEME — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na praia Vermelha e dos oficiais do Quartel General do 1 Exército, os dois grupos de oficiais escolhidos para assistirem palestra do general Ariel Pacca da Fonseca, chefe do Estado-Maior do Exército.

Embora a palestra tenha sido reservada, comentários em "off" e a coerência do general — que sempre aborda o tema da profissionalização — deram conta afinal de que os conceitos de disciplina, hierarquia, profissionalismo e missão constitucional do Exército foram all

desenvolvidos. Como em outras ocasiões o general Pacca deve ter recomendado, mesmo que nas entrelinhas, que os oficiais não se envolvem em questões políticas. Essa colocação, na verdade, é rotineira nos meios militares. Mas desta vez assumiu um significado maior, na medida em que o Exército, basicamente no eixo Rio-São Paulo-Brasília, nos dias que precederam a eleição do futuro Presidente da República, catalizou as atenções ao serem detectados em suas fileiras, indícios — algumas vezes bem concretos — de movimentação política rumo à dissidência, transparecendo a imagem de uma instituição à mercê da crise. A rebelião que era então atribuída a um grupo de limites indefinidos não aconteceu; a disciplina e a hierarquia prevaleceram. Mas o impasse entre a vida castrense e a política deve permanecer.

QUESTÃO PERMANENTE

O militarismo, fenômeno político presente hoje em muitos outros países, se definido como a participação das Forças Armadas na política, aparece na História do Brasil praticamente em todos os momentos decisivos. O início dessa atuação se registraria após a guerra do Paraguai, quando se formou a consciência da necessidade de uma força armada capaz de enfrentar inimigos externos. Nasceu o Exército, como um corpo militar politicamente consciente e que passaria a ser estimulado por grupos políticos civis a tomarem o poder, como ocorreu em 1889.

Episódios como a Abolição da Escravatura, primeira questão nacional importante surgida depois da Guerra do Paraguai, afetaram as Forças Armadas. A Escola Militar se tornou um foco de propaganda abolicionista. O Exército se recusava a ser empregado na caça aos negros fugidos. Aos poucos a conscientização cresceu e os militares passaram a reivindicar o direito de se manifestarem politicamente. No sul, por exemplo, foi criado um jornal, para se opor à redução de tropas, pretendida pelo Governo. Esse mesmo grupo de oficiais tentou fundar um partido político, pois os partidos civis "eram surdos às queixas da nação e cegos às suas necessidades".

Com a República, os oficiais continuaram a contestar a obediência passiva e duvidar dos políticos civis. Havia proclamado a República e, por ela, se sentiam responsáveis, conforme cita um dos autores que se ocuparam do tema (1). A influência do positivismo, lançado no meio militar pelo professor Benjamin Constant, juntava-se a esse ponto de vista. Os positivistas militares justificavam a atividade política como necessária para regenerar a Nação e favorecer o

progresso. "A crença no direito e no dever das Forças Armadas de guardar o destino do Brasil pressupunha a participação ativa dos oficiais no processo político".

"O nascer desta autoconsciência e auto-estima militares não fora acompanhada, entretanto, da criação de instituições, valores e ideais e de perspectivas propriamente profissionais (...) e o Exército como organização, entre em processo de degenerescência, impelido aos níveis mais baixos de consciência profissional" (2). Os oficiais-científicos, seguidores de Benjamin Constant, fundamentavam sua crítica na tese do soldado-cidadão a partir da qual reivindicavam a livre manifestação do pensamento, contrapondo-se aos chefes mais antigos — os soldados tarimbados — formados no Império. Para Benjamin Constant, o Exército deveria ter uma "ciência da guerra: a ciência da paz; e mais necessária que a instrução militar, para o desempenho dos altos destinos sociais e políticos que, neste século, os exércitos são chamados a desempenhar, era uma longa instrução científica, moral e cívica" (3).

Dividiam-se assim as Forças Armadas, nos primeiros anos da República, em soldados-profissionais, herdeiros dos velhos chefes essencialmente militares e soldados-cidadãos ou científicos, herdeiros das idéias positivistas, que reivindicam atuação política. E assim continuaram divididas, até a Revolução de 30, marcando na década de 20, uma intensa atividade nos bastidores políticos, quando alguns grupos se aproximaram dos líderes populares, sobretudo em São Paulo.

No seu governo, Prudente de Moraes, para consolidar o poder civil, reduziu o efetivo militar, diminuiu os gastos e fortaleceu a posição dos oficiais menos preocupados com política. Os sucessivos governos civis reprimiriam os movimentos militares. Mas o movimento de oposição se fortalecia, colocando os oficiais superiores de um lado e os oficiais subalternos de outro.

Ainda no início do século, a partir de 1915, quando Olavo Bilac iniciou a campanha pelo serviço militar, atuaram também de forma marcante, os chamados "Jovens turcos", quase todos tenentes, que no governo Hermes da Fonseca haviam estagiado no Exército alemão e que defendiam a função primordial do Exército na defesa externa. E essa função só poderia ser desempenhada por um Exército altamente profissionalizado, equipado e excluído das lutas político-partidárias. Essas idéias eram manifestadas na revista então criada, "A Defesa Na-

cional", cujo lema "rumo à tropa", já manifestava a crítica às idéias positivistas.

As necessidades impostas pela I Guerra Mundial e a posterior influência francesa fizeram com que se iniciasse o aperfeiçoamento da instituição, sem entretanto, solucionar o impasse político-profissional, pois foi justamente durante a Missão Francesa que estouraram os movimentos de 22 e 24. O impasse desemboca finalmente como um dos componentes da Revolução de 30, quando começa a se esboçar um período de equilíbrio, graças à liderança de Goes Monteiro, que acabou por conceber uma doutrina militar, que na sua essência veio a se assemelhar em muito à Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Uma doutrina, a de Goes Monteiro, baseada na repressão interna e no nacionalismo (4), progressista economicamente e reacionária politicamente. A coesão, finalmente, poderia ser mantida pela percepção de um inimigo maior comum, o que realmente ocorreu em 1964, quando os diferentes grupos políticos que continuavam existindo nas Forças Armadas, se uniram para o 31 de março.

Passada a fase de acomodação do movimento, os mesmos impasses anteriores voltaram à cena. Enquanto alguns chefes militares deram atenção especial à modernização operacional e à nacionalização de equipamentos, outros atuaram também politicamente, alguns em dados momentos, defendendo mesmo "a volta aos quartéis". Euler Bentes elaborou os planos para a criação da IMBEL. Souto Malan, em 1971 criticava o desvirtuamento da missão do Exército, que, segundo ele, passara a desempenhar funções que eram destinadas à polícia.

O tema recebeu nova força no ano passado, quando oficiais da reserva se dirigiram a outros colegas, em cartas, dando entrevistas depois, pregando o abandono da política. Mas ao mesmo tempo em que crescia a corrente inclinada pela volta aos quartéis, seus próprios componentes, em alguns casos, iniciavam articulações políticas. no meio militar. Surgiam as fitas do MRD — Movimento Revolucionário Democrático. E caminhavam para a formação de um grupo dissonante dos rumos revolucionários, que acabou gerando a candidatura Euler Bentes, "uma candidatura militar, para contestar uma candidatura militar".

Certamente com base na observação dessa contradição, os jovens oficiais, dentre os quais muitos devem ter assistido a palestra do general Ariel Pacca, no Rio, que discordam essencialmente da responsabilidade política do Exército, tenham mantido durante os últimos meses uma atitude de distanciamento das articulações e, ao final do processo, na sexta-feira que antecedeu o 15 de outubro, explicavam em conversas informais, o propósito de trabalhar pela conscientização de seus colegas sobre a necessidade de passar o poder para os civis — mesmo descrentes da atuação parlamentar — e, mesmo respeitando o general Euler como chefe militar, discordavam da sua candidatura.

A Global está lançando o livro "Os Militares como Categoria Social", da socióloga Heloisa Fernandes. Neste trabalho, Heloisa desenvolve uma crítica ao conceito sociológico de categoria social, procurando desvelar seu conteúdo ideológico, o que lhe serve de base à análise da situação de classe do quadro dos subalternos da categoria militar. Professora do Departamento de Ciências Sociais da USP (onde fez mestrado e doutorado em Sociologia) desde 1969, já publicou a monografia "Política e Segurança" (1973), sobre a formação e evolução da antiga Força Pública do Estado de São Paulo.

(1) — HAHNER, June E. — Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898).

(2), (3) e (4) — COELHO, Edmundo Campos — Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira.

L.F. Veríssimo



Escolha seu Partido

Sian

Depois de tantos anos, o difícil vai ser a gente escolher, de novo, um partido ao qual se filiar. O ideal seria escolher um partido como quem entra numa loja para comprar, sei lá, uma roupa. Um chapéu.

— Estou procurando um partido político...

— Pois não, cavalheiro. De que tipo?

— Não sei bem... O que é que vocês têm?

— Temos para todos os gostos.

— Pois é. Estou meio desacostumado...

— O partido é para o senhor mesmo?

— É.

— O senhor é de esquerda ou de direita?

— Sabe que eu não me lembro mais?

— Temos um interessante partido de centro. Sóbrio. Elegante, sem chamar a atenção. Conservador, mas não em excesso. Não compromete. Adequado a todas as ocasiões.

— Sei não...

— Também temos este centro-direita. Um pouco mais conservador sem ser radical. Junto o senhor leva algumas frases como "a consciência social do capitalismo responsável", "o lucro é uma das molas mestras da civilização cristã" e "reacionário é a mãe, sou um progressista gradualista".

— Não é bem o que eu estava procurando. O que vocês tem de centro-esquerda?

— De centro-esquerda temos uma grande variedade. Modelo inglês, modelo alemão, talvez alguma coisa escandinava.

— Quem sabe algo mais adequado aos trópicos?

— Bom, temos um modelo italiano que talvez lhe sirva.

— Italiano, acho que não.

— Esquerda moderada, quem sabe? O lema deste é "Socialismo já, desde que ninguém se incomode."

— E mais para a esquerda?

— Temos esquerda-esquerda, esquerda mesmo, esquerdão, esquerda roxa e a linha "É hoje!"

— E na direita?

— Na direita temos a linha ordem e respeito, a linha ordem respeito e propriedade, a linha ordem, respeito e a minha propriedade, a ala lunática e a ala espumante, uma dissidência da ala lunática.

— Está difícil...

— Entre o centro e a centro-esquerda temos os liberais desencantados, em três versões: secos, "demi-secs" e doces. Acompanha cachimbo e frases como "o que falta ao marxismo é uma cosmogonia".

— Olha, nenhum destes me atrai. Eu queria um partido mais, assim, abrangente. Mais flexível, entende? Que permitisse à gente variar, conforme a ocasião. Sabe como é, é bom estar preparado para mudar de posição, nunca se sabe...

— Sei exatamente o que o senhor quer. É o nosso modelo mais procurado.

— Como se chama?

— Ainda não tem nome, mas estamos pensando em chamá-lo de PSD Filho.

— É esse!

DEPOIS
DO AI-5

à espera da confluência

(Para onde vai a economia brasileira no governo Figueiredo?)

"Oh, que doçura, poder sobreviver à força deste dia!" — disse, citando o poeta Paul Valery, o ministro Roberto Campos, ao apresentar na Câmara dos Deputados, em 13 de agosto de 1964, o programa de ação econômica da então jovem revolução.

O inesperado rompante literário denotava que Campos estava inebriado com uma antevisão certamente épica de sua missão — a menos que tenha sido apenas uma tentativa de evocar o beneplácito das musas para exorcizar os presságios de data tão agourenta.

Na verdade, o que ele tinha para apresentar, não justificava muito a grandeza do intróito: tratava-se de arrumar a casa após o vendaval dos meses precedentes, e nisso consistiam, basicamente, as medidas então anunciadas.

O formulador da política econômica do governo que assumirá dentro de três meses, não precisará ter lido Valery, nem precisará externar literariamente suas emoções. Mas, seja ele o que for (ministro da Fazenda, da Economia, do Planejamento, da Produção — como queiram), e seja quem for (festejado professor ou diligente financista), não lhe fará mal uma razoável dose de consciência épica, devidamente temperada por senso político e sabedoria popular de velho pescador.

A política não é a arte do possível, como proclamam os clínicos, mas sim a arte de tornar possível aquilo que é necessário. E há fortes motivos para que o futuro mandatário da política econômica deva ser alguém em condições de compreender profundamente essa definição modificada.

Pela primeira vez, desde 1964, a mudança de governo não deverá ser apenas a troca de tripulação no barco brasileiro. Para ela confluem também os imperativos de uma dupla transição: a transição político-institucional e a transição de "modelo" econômico. Resolver cada uma de per si, de modo adequado, já justificaria

um pedestal de glórias para qualquer governo que encare seriamente seu papel. Conciliar e suportar construtivamente as pressões geradas pelo casamento de ambas, certamente requererá um poema comemorativo — muito melhor que os de Valery.

Seria possível resumir em poucas palavras a essência da inquietação que desencadeou as amplas e profundas discussões do nosso "modelo" econômico e que se desdobram continuamente? Talvez não seja. Mas, vale à pena tentar. Eis a tentativa, na forma de indagação: que direito tem o governo (o Executivo, principalmente) de decidir em circuito fechado o que é melhor para toda a sociedade em termos econômicos? Quem lhe conferiu semelhante poder e por que ele o exerce tão desembaraçadamente?

Enfim, tomou-se consciência da existência do arbítrio autoritário e o que se vem discutindo, a partir daí, são suas inconveniências, despautérios, fracassos e efeitos funestos. Em cada discussão, tudo isto se torna mais conhecido, e a acumulação de tal conhecimento só reforça a certeza de que a gestão arbitrária da economia não é um bom caminho, e a sociedade precisa recuperar para si, o poder de formular as diretrizes e estratégias, das quais, o verdadeiro papel do governo, é ser o executor (diligente e honesto).

Aquela tomada de consciência não foi um fato econômico, embora influa nos fatos econômicos. Foi um fato político, e acabou invadindo a área econômica — os sindicatos, os meios empresariais, os centros de estudos econômicos, e, até mesmo, a máquina tecnocrática governamental, através dos seus núcleos mais sensíveis.

Houve um momento, na história recente brasileira, em que o arbítrio se tornou claro — numa dimensão trágica — aos olhos de todos. E podemos talvez situar naquele momento a corporificação do fato político:

paradoxalmente, foi um momento de singular silêncio o do culto ecumênico na Catedral da Sé de São Paulo, no final de outubro de 1975, à sombra do martírio de Vladimir Herzog. Mas foi um silêncio que falou mais às consciências, politizadas ou não, do que qualquer oratória poderia fazê-lo.

Até onde nos levará a arbitrariedade? — foi a indagação que calou, embora ofuscada, naquele instante, pelo desejo de saber como Herzog morreria. O fato é que ele morreria porque o arbítrio tinha livre curso.

Não é sensato imaginar que muitos empresários, trabalhadores, líderes sindicais — agentes da produção enfim — tenham estabelecido qualquer relação imediata entre os acontecimentos daqueles dias e os seus problemas e dificuldades. Mas também não é possível afastar a hipótese de que tal relação tenha se implantado aos poucos, até de maneira inconsciente.

Pois um ano depois, em dezembro de 1976, os empresários do setor de bens de capital não experimentariam também a força do arbítrio? De outra maneira, é claro, menos trágica, mas com análoga violência: com um simples decreto o governo, assumindo um Poder que ninguém tivera intenção de conferir-lhe, passava por cima da Lei e derrubava o "veto" legal que os empresários brasileiros haviam oposto à importação de equipamentos para a Ferrovia do Aço e a Açominas. E isso era somente a gota d'água a extravasar do tanque de arbitrariedades, pequenas e grandes.

E os trabalhadores não perceberiam por sua vez os descaminhos da arbitrariedade ao tomarem conhecimento das operações mágicas introduzidas no cálculo sobre a inflação de modo a subtrair-lhes parte do reajuste a que teriam direito? Até onde poderia ir o "arbítrio" que não respeitava sequer as regras por ele próprio estabelecidas? E isso também foi apenas uma gota a somar-se às dissipações do PIS e

FGTS — fundos dos quais os trabalhadores são proprietários — em discutíveis operações de “salvamento” financeiro.

“Que país é este?” — indagou um áulico do sistema sem se aperceber, ele próprio, da profundidade do que estava indagando.

Terá sido, pelas evidências do arbítrio, e para tentar definir justamente que país é este, que círculos cada vez mais amplos da sociedade — inclusive da área econômica — iniciaram uma marcha que tem encontro marcado, a 15 de março, com o futuro presidente da República.

O batalhão econômico dessa longa marcha, como de resto muitos dos seus integrantes, ainda não dispõe de programa — não tem idéia muito clara daquilo que quer fazer e de como fazer. Anos de autoritarismo e dirigismo deixam as pessoas com a imaginação embotada. Mas, das frequentes discussões já despontam alguns indicadores daquilo que ninguém deseja mais. Ninguém mais quer que o governo decida sozinho, a portas fechadas e arbitrariamente o que fazer na área econômica — o que, aliás, vincula as aspirações do batalhão econômico às de outros setores da sociedade.

O empresário Dilson Funaro resumiu isso de maneira clara numa mesa-redonda do Jornal da Tarde de São Paulo: para ele o Congresso Nacional deve ser o fórum de convergência das propostas e sugestões partidas dos agentes econômicos, e com elas formular as grandes diretrizes de política econômica às quais o Executivo precisa estar subordinado.

Num segundo plano, ninguém mais deseja também os gêneros de administração econômica que até hoje tivemos. E isso nos conduz a uma apreciação histórica. Na República Velha a administração da economia era caracterizada pelo clientelismo. Após 1930 ela passou a orientar-se pelo populismo. Os desencantos do público levaram-no à mitificação do técnico: passou-se a acreditar que todos os problemas econômicos deveriam ter uma solução puramente técnica e que era preciso deixar os técnicos trabalharem. Esse mito auxiliou o endeusamento da tecnocracia a partir de 1964, e sua ascensão na vida pública foi ainda auxiliada pelo poder dos militares — técnicos também, em grande medida. Com os técnicos no poder e a administração liberta do clientelismo e do populismo, a sociedade poderia ir dormir tranquila, confiante em que os problemas seriam solucionados sem que ela interferisse — e melhor solucionados quanto menos ela interferisse.

Pois bem, não foram solucionados. E a administração tecnocrática, sucessora confiável das precedentes, começou a ter seu conceito abalado junto ao público desde que se percebeu que ela não era infalível. A sua hegemonia foi relativamente curta, talvez, porque seus quadros, na grande

maioria jovens e inexperientes — já que o ensino técnico no Brasil é relativamente recente, com exceção da engenharia — não tivessem realmente a competência que deles se esperava. Ou talvez porque tivessem recebido uma missão acima de suas possibilidades. O fato é que a chamada “crise” do petróleo comprometeu definitivamente aos olhos do público a sabedoria e a infalibilidade que se supunha peculiares à administração tecnocrática.

O que se verificou, a partir de 1973, é que os técnicos — pagos e endeusados pela sociedade — estavam tão perplexos quanto ela própria diante dos novos fatos econômicos internacionais. E, pior que isso, não tinham previsto aquilo e não souberam sequer encaminhar uma solução adequada, até hoje.

Isso tudo levou à compreensão de que, se a Economia é ciência e técnica enquanto disciplina acadêmica, torna-se, na verdade, Política quando aplicada. Inúmeros economistas inclusive já entenderam isto — embora nem todos. Verifica-se também, nas discussões, uma noção crescente de que, se a gestão econômica é demasiadamente complexa para ficar inteiramente entregue a políticos, é também socialmente muito séria para que os economistas a manejem como quiserem.

O desenvolvimento econômico é um processo cujo fluxo não apresenta grande dificuldade de compreensão. Só há desenvolvimento quando uma sociedade pode produzir mais o que consome. Esse excedente, sob forma de poupança, deve ser captado, de um lado, e, investido de outro na expansão das atividades econômicas. Sobre isso não há discussão. O que se discute é a maneira de conduzir ou orientar o trânsito desse fluxo. Quanto poupar, como poupar, quem captura essa poupança; quanto investir, como investir, quem faz esse investimento — é isso que se discute, pois é isso, em última análise, que define o chamado “modelo” econômico.

No “modelo” que a tecnocracia nos trouxe deu-se substancial ênfase à construção do Brasil Grande (!). O triunfalismo de Grande Potência futura magnetizou a maioria das mentes e engolfou a Nação. Partiu-se para fulgurantes investimentos que ultrapassavam de muito a capacidade de poupança real da sociedade brasileira. E isso nos levou a dois caminhos perigosos: a estatização da economia, porque só o Estado podia programar e arcar com investimentos de tal grandeza; e o endividamento externo, porque só através de empréstimos se podia ampliar a poupança interna no ritmo e no volume que se tornou exigido. Os efeitos estão à vista de todos: tremenda concentração de poderio econômico nas mãos do governo, com seus reflexos inibidores para a efetivação de uma democracia política, cujo pressuposto

A transição de “modelo” econômico é indissociável da transição de “modelo” político.

deve ser menos autonomia econômica da máquina burocrática governamental; e, elevado grau de dependência em relação ao endividamento, cujo crescimento anual, nos dias de hoje, chega a ser praticamente anulado pelas transferências de poupança daqui para o exterior. O que leva a ameaça desse endividamento se tornar não um fator de ampliação complementar da capacidade de investimento interna, mas, ao contrário, um foco de drenagem e de redução da capacidade de investir, ao contrário do que se pretendia.

Há maneiras de se alterar esse quadro. E uma delas é de se programar um “modelo” de desenvolvimento que invista mais em setores que exijam menos financiamentos externos; que tenham resposta mais imediata sobre o nível de oferta de bens e serviços; que requeiram menos importações de componentes e insumos.

Um desses setores é sem dúvida a agricultura — e por isso a intuição do general Figueiredo não o está traindo quando fala do fortalecimento da agricultura. Outras possibilidades são oferecidas, com iguais efeitos, pela produção de artigos populares (vestuário, calçados, mobiliário, utensílios etc), os chamados “bens de salário”.

Mas, esse tipo de “modelo”, voltado para as carências mais imediatas do mercado existente e real, e menos para os sonhos de Brasil Grande, exige também um maior grau de confiança e de apoio à iniciativa privada nacional. Pois, em se tratando de investimento muito mais pulverizados na economia, resultando também num a produção desconcentrada, dificilmente podem ser realizados por gigantescas empresas estatais ou multinacionais.

Eis porque, a transição de “modelo” econômico é indissociável da transição de “modelo” político, e, na verdade, o sucesso de uma depende do sucesso da outra. Não será pois nenhuma “doçura” sobreviver à confluência das transições marcada para o dia 15 de março. Mas é necessário, e precisa, portanto, tornar-se politicamente possível.

Hélio Fernandes, quem você não perdoou neste Natal?



A pergunta da revista *Singular & Plural* é maniqueísta, o que não chega nem a ser surpreendente, pois quase todas as perguntas são maniqueístas. Você é contra ou a favor da pena de morte? Contra ou a favor da anistia ampla? Contra ou a favor da arrogância e da falsa sabedoria do general Geisel? Tudo maniqueísmo, tudo imposição, tudo exigindo uma resposta direta, imediata, conclusiva e fulminante. Pois a humanidade quer cada vez mais respostas objetivas mesmo que as perguntas sejam cada vez mais subjetivas. Submetamo-nos pois, ao jogo da maioria e vejamos a quem eu perdoei ou quem eu não perdoei neste Natal.

Para um homem que tem combatido tanto como eu (e até sou acusado de combater demais, mas jamais acusado de combater para baixo e sim para cima, ou melhor, só combato os que estão no Poder, quando eles são derrubados ou se despençam sozinhos, na verdade deixam de me interessar como personagens) na verdade eu não tenho a quem perdoar, do que perdoar, porque perdoar. Se eu fosse homem de ódios, de rancores, de ressentimentos, de mágoas, decepções ou frustrações, começaria por não perdoar o Natal (ou melhor: os Natais) da minha própria infância, que na verdade se esvaíram ou se esgotaram sem que eu tomasse conhecimento deles até mesmo no calendário.

Filho de uma família relativamente abastada, órfão de pai aos 5 anos e de mãe aos 10 anos, daí em diante não via Natal nem pela vidraça, nem pelas janelas de uma casa ou de um quarto, porque raramente eu tinha um quarto e ainda mais raramente uma casa ou uma família. Dormi em baixo de quase todos os viadutos do Rio de Janeiro, e até ir para o Exército, aos 18 anos e meio de idade, como manda a Lei, eu não tive nenhum Natal inesquecível. Alguns desses Natais eram passados na rua, quando havia algum dinheiro eu ia dormir num cinema, e dos 11 aos 13 anos tive realmente muitas

mulheres em volta de mim no Natal. É que dos 11 aos 12 anos eu morava na zona (meretrício mesmo), e dos 12 aos 13 anos já morava na Conde Lage, onde ficavam os grandes "casarões" do Rio de Janeiro, controlados pelas francesas "madames", e frequentados pelo que o Rio de Janeiro tinha de melhor. Era a época da invasão do meretrício carioca pelas francesas e pelas polacas (mulheres lindíssimas), e então sem a participação de ninguém, eu vivia e trabalhava nesses casarões, mudando de um para outro, à minha vontade. Posso dizer que na minha juventude, a única formação rigorosamente certa e Universitariamente perfeita que tive, foi a educação sexual. Dormindo diariamente com as maiores profissionais do Rio de Janeiro (e profissionais importadas a peso de ouro), tive um aprendizado sexual perfeito, o que me livraria mais tarde do contato e da necessidade dos analistas.

Dessa época, nada para perdoar em ninguém, nem para perdoar em mim mesmo. Mas também, nada para não perdoar.

Entrei para o Exército, cumpri meu tempo, saí do Exército, e começando no jornalismo posso dizer com orgulho que jamais baixe o fuzil. Fiquei sempre de arma engatilhada, pois considero que o jornalismo é uma continuação do Exército, é uma luta permanente. E continuei lutando. Incansavelmente. Inflexivelmente. Inabalavelmente. Desde o primeiro momento em que recebi uma recomendação para procurar o então diretor de *O Jornal* (na época um dos maiores jornais do Rio de Janeiro), e não esperei mais de 15 minutos, eu já estava combatendo. Mas não fiquei nem um pouco aborrecido pelo fato do diretor desse jornal não me receber, nem fiquei com vontade de não perdoá-lo no Natal, embora esse episódio tivesse ocorrido no dia 18 de dezembro de 1945.

Até fiquei muito amigo desse jornalista, anos depois fomos ligadíssimos, seu

nome era Carlos Frederico Werneck de Lacerda. Não havia mesmo razão para não perdoá-lo, ele não sabia sequer que eu existia, eu é que jamais gostei de esperar por alguém.

A minha primeira demissão ocorreu também quase na véspera de um Natal, mas novamente eu não tinha do que perdoar ou não perdoar. Acontece que eu era chefe da redação da revista *O Cruzeiro*, na sua grande fase dos 750 mil exemplares por semana, tive uma divergência puramente jornalística com Assis Chateaubriand. Houve uma greve de alunos na Escola Naval, Chateaubriand no *O Jornal* defendia os Almirantes, eu na revista *O Cruzeiro* defendia os alunos. Chateaubriand, na altura da terceira reportagem sobre o assunto que foi emocionante na época, mandou que eu não publicasse mais nada. Eu mandei dizer que não podia. Ele reiterou a ordem, dizendo peremptoriamente: "Sobre esse assunto não sai mais nada". Eu, teimoso e com 25 anos, mandei dizer que ou saía a reportagem já pronta, ou saía eu. Chateaubriand, complacente com um jovem repórter feito na casa, me telefonou pessoalmente e disse carinhosamente: "Olha, meu filho, eu não quero que você saia de *O Cruzeiro*. Mas a reportagem não sai de jeito nenhum."

Era o jeito dele, como odiá-lo no Natal que se aproximava? E na verdade, até mesmo segundo o testemunho insuspeitíssimo do meu próprio irmão Millôr Fernandes, já àquela altura estrela do jornalismo, eu não deveria sair de maneira alguma de *O Cruzeiro*. Mas como sempre faria inúmeras vezes na minha vida de assalariado que ditou sempre as condições de trabalho, sentei na máquina, escrevi uma carta de demissão, coloquei em baixo o indispensável irrevogável, e fui embora para nunca mais voltar. Passei fome nesse Natal, briguei com Millôr, como o salário que eu ganhava era altíssimo e o mercado de trabalho não ab-

sorvia facilmente o profissional que eu era, de um tempo só, sem função pública, sem bico ou sem fazer jornalismo-tram-polim, como tantos fizeram no passado e ainda fazem hoje, fiquei um tempão desempregado. Mas nesse tempão, não tive tempo para odiar alguém, para não perdoar ninguém, para marcar meu caminho com pedaços de ressentimento. Isso nunca existiu, e continuou não existindo pelos tempos que foram passando. Tempos que fui vivendo com muita pressa e ainda maior convicção. E sem tempo para ódios ou rancores.

Continuei meu aprendizado de vida e de jornalismo (um evidente pleonismo, pois nada é mais vida do que jornalismo, nada é mais jornalismo do que a própria vida, sofrida, existida, suada, trabalhada, confeccionada com as próprias mãos), lutei muito, viajei muito, trabalhei muito. Mas jamais pensei ao mesmo tempo em Natal e em ódio, mesmo porque, enquanto vou desfolhando a vida para mim mesmo nesse escrever sem fim que é o meu exercício diário de existir, de coexistir e de sobreviver, posso dizer sem orgulho mas com evidente satisfação, que jamais odiei alguém. Combati e combato muitos. Não odeio ninguém. O fato de não fazer concessões não significa odiar. Não faço concessões, mas também não peço concessões.

Quando o general Jair Dantas Ribeiro todo poderoso Ministro da Guerra me mandou prender em 1963 (eu fui o único civil preso no governo de João Goulart, enquadrado na Lei de Segurança e julgado pelo Supremo Tribunal Federal, com uma sentença pedida de 15 anos), e me deixou incomunicável durante 3 dias e preso durante 7, eu nem me lembrei de ter ódio dele. Nem pelo fato dele ter me separado dos meus filhos pequeninhos, não deixando que eu visse minha filha Ana Carolina que tinha nascido 13 dias antes, nem assim eu tive ódio dele. Era julho e não dezembro, e Natal estava longe, mas como a vida é dinâmica demais, no Natal eu estava solto e nem me lembrei do general Jair Dantas Ribeiro.

Minha única vingança em relação aos poderosos que exorbitavam de suas funções, era escrever ou dizer a eles quando me permitiam: "O chato para vocês, é que eu vou durar muito tempo, o meu jornalismo cada vez se consolida mais enquanto vocês passam e desaparecem". Depois as prisões foram se sucedendo, a violência foi crescendo, passei a ser o mais perseguido de todos, o mais confinado, o mais preso, o mais censurado, o mais tudo, apenas porque me recusava a fugir do Brasil. Nas piores ocasiões, nos momentos de maior tormenta quando parecia que o barco realmente não aguentaria a velocidade do vento, ou a altura

das ondas, aprendi a remar contra a maré, desci a torrente várias vezes de cabeça para baixo, mas jamais odiei ninguém. Ao mesmo tempo em que intensificava a luta, menos eu odiava os que estavam do outro lado, e não houve um só Natal que eu me lembrasse de alguém de quem não devia gostar. Antes, quando era garoto, passava o Natal andando na rua, nos cinemas, dormindo na calçada do Alvear, um café que existia na Avenida Atlântica quase esquina da República do Perú. Esse café tinha cadeiras de vime, me lembro de um Natal em que eu fiquei esperando alguns fregueses que não queriam ir embora, e só fui deitar nas cadeiras enfileiradas por volta das 5 da manhã. Mas não tinha a quem não perdoar, pois ficar no café era um direito dos fregueses. Depois, mais tarde, passei alguns Natais na prisão, por força do arbítrio, da ilegalidade, da prepotência dos que pensavam que mandavam, mas assim mesmo não tive raiva de ninguém.

O Natal de 1968 passei outra vez na prisão, no "Caetano de Farias. Mas poderia ter saído no dia 22 ou 23, se concordasse com a "amável sugestão" dos meus carcereiros (um deles o hoje memorialista general Jaime Portela), de ir para a casa num desses dias e voltar ao quartel no dia 26 pela manhã. Disse que jamais aceitaria essas condições, se quisessem que fossem me buscar em casa no dia 26, pois para a prisão eu só iria com ordem judicial ou pela violência, como sempre aliás. Pela violência, quero dizer, pois jamais tive uma prisão legal. Não aceitaram, parece que queriam testar a minha resistência e as minhas convicções, se queriam tiveram uma resposta que não esperavam. Pois passei não só o Natal mas também o Ano Novo na prisão, me saltaram no dia 2. Uma pura vingancinha, uma falta de grandeza muito comum nestes dias de vida pública exercida por gente do mais baixo nível. Mas fiquei na prisão com Mário Lago e outros que também não aceitaram essas condições, perdemos a companhia de alguns que aceitaram e se foram para casa. Perdoei a todos, ou melhor, não tinha a quem não perdoar, nem aos que impuseram condições que não podíamos aceitar, nem aos que aceitaram as condições que só deveriam ser aceitas em bloco. Eu sempre soube por intuição, (aliás, tudo que não aprendi eu sei por intuição) que a humanidade não é homogênea, uns fraquejam mais rapidamente, outros são tão duros que não quebram nem a pau.

Eu na verdade não tenho ninguém a quem não perdoar. Tudo o que fiz foi

com a maior sinceridade, com a maior convicção, em defesa daquilo em que continuo acreditando. Acho que é a consciência de muita gente que não vai se perdoar nem neste nem em outros Natais, o mal que fizeram ao Brasil. No silêncio e na solidão sem amigos do próximo dia 24 de Dezembro, o que estará pensando o general Geisel? Em mais vingança, em mais raiva, em mais enquadramentos na Lei de Segurança.

E o general Médici, terá tranquilidade no dia de Natal, para pensar nas milhares de pessoas perseguidas, mortas, torturadas, esfaqueadas, desaparecidas no seu obscuro e obscurantista reinado de 1969 a 1974? Não acredito que a consciência (?) do general Médici possa perdoá-lo. E o general João Figueiredo que também sabia de tudo, que participou de todos os governos, que se não matou nem esfaqueou com as próprias mãos pelo menos ajudou com a sua omissão ou a sua displicência, terá tranquilidade para passar mais um Natal rezando? E os srs. Roberto Campos, Delfim Netto, Mário Simonsen, os grandes testas de ferro e entreguistas do Brasil, terão consciência e tranquilidade para mais um Natal de riqueza, enquanto por causa deles, única e exclusivamente por causa deles, 100 milhões de pessoas passarão um Natal de miséria, de fome, de doença, um Natal sem amor, sem futuro e sem esperança?

Por mais que eu faça força, não encontro ninguém a quem eu não perdoaria neste Natal. Nem mesmo o trêfego e irresponsável Gama e Silva que me mandou para Fernando de Noronha, não vive na minha lembrança em nenhum Natal, nem agora nem nunca. E o episódio que provocou a minha ida para Fernando de Noronha continuou um dos episódios mais lúcidos e mais coerentes dentro da minha carreira jornalística. Se eu precisasse repetir o artigo da morte do general Castello Branco, faria sem a menor hesitação, e sem que eu tivesse nada a me aborrecer no Natal ou em qualquer outra data. Pois continuo achando que a morte é um episódio puramente físico, o fato do coração de um homem ter deixado de bater não tem nada com a sua grandeza, com o seu desprendimento, com a sua generosidade. Eu não perdoo os homens que traem o seu País, meu combate a eles é implacável e duro. Mas combato o objetivo sem nunca me lembrar do homem. Nem no Natal nem em outra data qualquer.

Fiel está morto. O silêncio é medonho.



—“Chefe, o omelete está feito.”

Depois houve um “silêncio medonho”. Os gritos pararam, o rádio ligado ao volume mais alto para abafar as vozes dos torturados ficou quieto. Na cela forte, o operário morto; Manoel Fiel Filho, metalúrgico, pai de família, sequestrado na fábrica onde trabalhava havia quase vinte anos. Estava para ser solto, desculpem-se os que o mantinham preso no CODI-DOI, a casa do terror.

A frase que abre este texto foi dita por um policial que entrou abruptamente em uma sala onde era interrogado um outro preso, por volta do meio-dia do dia 17 de janeiro de 1976. O interrogatório foi interrompido, os policiais nervosos, o preso devolvido às pressas à sua cela. Depois, o silêncio medonho que causou espanto a todos os presos cujos ouvidos entravam na rotina do pânico dos gritos e do rádio. Poucos minutos se passaram e eram chamados a testemunhar que um corpo estava estendido na cela forte, meias atadas ao pescoço, calçado, com a cabeça próxima à “latrina turca”.

Um policial, sei lá como chamá-lo, de feições asiáticas advertiu a todos: “vejam, este louco se matou. Se disserem lá fora outra coisa, ai de vocês”... E todos foram obrigados a escrever declarações em que afirmavam o suicídio do companheiro, o companheiro Fiel que teria atado ao pescoço suas meias, na perspectiva próxima da liberdade, depois de haver calçado os sapatos nos pés nus.

Fiel teria sido encontrado morto, de dentes cerrados, em decúbito dorsal, pelo carcereiro que lhe levava o almoço. Os policiais estariam tranquilamente almoçando, quando teriam sido chamados pelo carcereiro. E assim, com a notícia, todos teriam corrido para ver Manoel, o enfermeiro pegando às pressas o estetoscópio; teriam chegado e visto o corpo ainda morno, nada se fazendo para reanimar a vida, nem ao menos desatado o nó que comprimia o pescoço do operário “para não alterar o quadro, para não prejudicar a perícia”... Clínica afirmação contida no inquérito policial militar a denunciar a obsessão médico-legal dos subterrâneos homens da opressão, convivas da morte. Um dos presos, o que mais chorava, lembrava-se de alguns momentos antes, quando fora acareado com Fiel; pedira-lhe que confirmasse sua alegação de inocência e Fiel assim fez, o que lhe valeu um violento golpe de cotovelo na região esquerda do abdômen: um gemido gutural e o corpo arqueado para frente, cambaleante e arrastado para fora da sala; não dissera o que os homens queriam.

Por que Fiel, cuja libertação era eminente, “de pouca implicação”, foi encontrado numa cela forte, de porta de aço blindada, tão diferente das outras celas de portas gradeadas, em uma das quais o próprio Fiel permanecera preso até a última sessão

de “interrogatório”, pouco antes de morrer, quando seus gritos mal disfarçados pelo rádio foram ouvidos?

Naturalmente porque o carcereiro não poderia ver o “auto-estrangulamento” naquelas circunstâncias talvez inédito e que os peritos médicos chegam a afirmar ter sido exercitado com o propósito de atribuir o ato a terceiros...

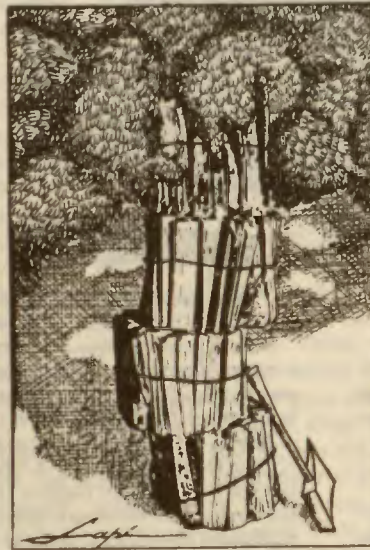
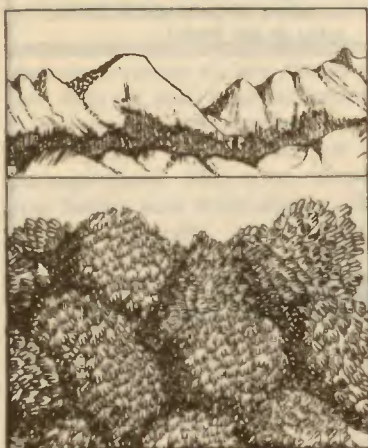
Reabre-se hoje o caso, graças à crença na Justiça que a sentença no caso Herzog despertou. A Comissão Justiça e Paz de São Paulo recebeu o apelo de D. Thereza Lourdes Martins Fiel, ouviu e eventualmente ouvirá mais depoimentos com que municiará os advogados contratados para dar à família do operário assistência jurídica no plano penal e civil. Depois de ler o IPM e ouvir os testemunhos perante nós prestados, disse à imprensa que fiquei estarrecido. Não encontrei outro adjetivo para refletir melhor meu inconformismo. Nem ao menos o crime de abuso de autoridade praticado pelos arbitrários responsáveis pela prisão foi objeto de ação penal.

É de indagar-se, então: se Manoel Fiel Filho nada mais significou na história do submundo do regime do que um caso a mais acrescentado ao rol dos “suicidados”, por que o próprio sistema mudou o Comandante do 2.º Exército horas depois da tragédia?

A importância política do episódio é incontestável. Se a morte de Vladimir Herzog marcou um instante de “basta” e de conscientização da opinião pública contra a tirania, o operário morto teve a marca de um reconhecimento de que “agora fomos longe demais” do próprio Poder. E a história registra, pela primeira vez, que um operário removeu um General Comandante de Exército.

O “silêncio medonho” sentido no porão do sistema foi a ressonância do silêncio medonho rompido naquele momento. As vozes que já se inconformavam a partir da imolação de Vlado, juntaram-se tantas e tantas, que é possível vivermos hoje um instante de esperança pelo muito chão de liberdade conquistado a duras penas e a custa de muitos corpos. Um longo inventário se vem construindo. E com ele a consciência de nossas responsabilidades no plantar com segurança nossa opção democrática, vencendo a barreira do medo com que conta o sistema para sustentar-se. Se falharmos, se vacilarmos, corremos o risco de voltarmos ao silêncio, um “silêncio medonho”...

NOTA: As frases transcritas e as afirmações contidas neste artigo foram extraídas do IPM instaurado para apurar a morte do operário e dos depoimentos prestados perante a Comissão Justiça e Paz de São Paulo.



Os mistérios do inferno verde não são tão misteriosos assim

(por Anthony Cristo)

Um extenso questionário precisa ser respondido antes que as discussões sobre a exploração da Amazônia escorreguem pela ribanceira das idiossincrasias dos conservacionistas e economicistas. Onde há fumaça, há fogo. Mas é preciso saber se o que está sendo queimado são apenas os troncos do Inferno Verde. No caso, a densa copa da floresta esconde minérios, muita água, um grande território, reservas indígenas, empreendimentos agropecuários e industriais, além de controvérsias internacionais, científicas e até mesmo religiosas.

Primeiro, usando o passado mais recente — é preciso redes-

cobrir o Projeto Radam (que fez um cuidadoso retrato da área) e pesquisar os seus resultados. Ao mesmo tempo, compondo a história dos grandes suspiros da Amazônia, será necessário fazer e refazer as perguntas sobre a Serra e o Projeto Carajás (com seus minérios). Não se pode esquecer, de forma alguma, de rebuscar os arquivos e a biblioteca do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, para saber o que foi descoberto em anos e anos de investigações tipicamente nacionais. Dizem as lendas, por exemplo, que os pesquisadores de lá encontraram uma árvore nativa capaz de produzir

celulose de melhor qualidade para a fabricação de papel. E que, além disso, essa árvore pode ser cultivada racionalmente e ficar disponível ao corte em muito menos tempo que o pinus. Correm sérios boatos, até hoje, que a maioria das espécies vegetais da região ainda não foi classificada e estudada. Mas, mesmo assim, as poucas conhecidas poderiam substituir, com vantagem, complicados remédios sintéticos fabricados (sob licença) no país. Histórias que precisam ser confirmadas.

Não há dúvida que as águas que correm na Amazônia podem gerar bastante energia e que, também, podem servir para



Afinal, como discutir com clareza e ponderação os problemas da Amazônia?

levar muitos navios de um lado para o outro, todos eles transportando matérias-primas, produtos acabados (ou semi-acabados) e progresso. Isso é muito interessante para a indústria e para o comércio e pode servir, também, para atrair muita gente disposta a trabalhar, fazer turismo e, quem sabe, até prestar serviços. Feitas as contas, em tempos de combustível escasso, não custa nada tentar o mais barato.

Depois que esses retalhos iniciais estiverem reunidos é bom tomar um pouco de fôlego para começar um trabalho mais

complicado. Primeiro, reunir as informações que os satélites de várias nacionalidades retiraram da região e remeteram para seus computadores, nas terras de origem. Depois, com um pouco de pressa, medir, tim-tim por tim-tim, as terras da área, anotando os respectivos registros de propriedade e os chamados usos preponderantes. Trabalho gigantesco, mas muito importante. Só assim é possível fazer o que os homens costumam chamar, ao longo da caminhada pela História, de balanço energético.

Deixar a Amazônia explorada é uma grande baboseira. Conservá-la numa redoma, intacta, significa perder, para o país a oportunidade histórica de se tornar sujeito do seu próprio destino. Mas é preciso saber o que vai ser explorado, em que velocidade e com quanta força, senão vamos arriscar construir uma imensa hidrelétrica para acender a lâmpada do jardim da casa do vizinho.

Por falar em vizinho, os passos que terão que ser dados na nossa Amazônia Legal estarão ressoando, sempre, na casa dos nossos amigos do Pacto Amazônico (a recíproca também é verdadeira). Não existem alternativas — ao nível do bom senso científico — de se explorar a Amazônia por pedaços, sem levar em conta, inclusive, os aspectos políticos e de segurança de todos os países que acolhem as suas riquezas e as suas mazelas.

A Amazônia precisa de médicos — muito especialistas, muito especiais. Também precisa de uma educação muito especial, em escolas mais especiais ainda — daquelas que

talvez ainda não tenham sido criadas. A Amazônia necessita de uma carteira de identidade, onde, além da foto, filiação, data de nascimento e impressões (digitais?), esteja expressa, de maneira inequívoca, a sua proposta de crescimento como região única no mundo. E dessa enrascada não dá para sair: não existe nada igual na face da Terra. Quando não há similar, a única forma é usar o autêntico. No caso, ainda, o autêntico é puramente nacional. E não existe forma de resolver o enigma da identidade Amazônica que não seja a de convocar os brasileiros para quebrarem a cabeça até descobrirem a solução.

É muito fácil discutir sobre a Amazônia. Muitas pessoas, até, já passaram por Manaus e compraram sua cota de equipamentos de som, sem entretanto trazer a lembrança deliciosa, por exemplo, de um banho de igarapé (coisa mais típica que os watts de saída de um amplificador). Tem sido muito fácil suspirar com os suspiros que, vez por outra, os noticiários fazem explodir nas primeiras páginas dos jornais. Mas a seriedade das discussões não parece ter chegado à proximidade das coisas sérias, daquelas que conseguem atingir, de forma dramática, o sentimento de nacionalidade. Ou a Amazônia perde a distância que ostenta diante do país e se revela como um desafio típico e inalienável da Nação, ou estaremos, mais uma vez, correndo os riscos da regionalização de problemas políticos insolúveis. “Afinal de contas” — como diria a Dra. Ana Aslan — “se vocês têm o guaraná, por que vêm buscar o Gerovital na Romênia?”



A BRUTALIDADE DO MERCADO DE EMBALAGENS

Os interesses da sociedade brasileira têm sido brutalizados pela desordem, falta de normas e de fiscalização do mercado de embalagens. É imensurável e, talvez, irreparável a profundidade dos prejuízos que a passiva coletividade vai ingenuamente acumulando.

O governo não assumiu a urgência de enfrentar o desafio da racionalização da produção e do emprego das embalagens no Brasil, conquanto estejam em jogo questões ecológicas e sanitárias, financeiras e políticas, da maior monta.

Do Produto Interno Bruto do País, mais de 2% derivam da indústria de embalagens: isto supera hoje os 2,5 bilhões de dólares anuais. Já o consumo interno per capita anual subiu de 10 para 22 dólares, de 1970 para 1977.

No entanto, o desenvolvimento do setor, ainda é incipiente aqui (no Japão, o consumo per capita é 5,5 vezes maior). Mesmo assim ele mostrou-se aleatório, sem planejamento e considerações, por exemplo, com a qualidade de vida da população ou graus mínimos de respeito à sociedade.

Releve-se que o desperdício no acondicionamento dos nossos produtos de consumo não duráveis (canetas esferográficas, lâminas de barbear *et cetera*) não corresponde a erros banais. Trata-se de uma sofisticada violência em cima da fraqueza de um povo pobre e mal informado. O governo estuda a possibilidade de proteger por leis o solo do País: ruas, sarjetas, bueiros, praias, margens de rios e lagos, etc., contra as embalagens não degradáveis... Bolas, isso ocorre depois que milhões de toneladas de entulhos de plásticos entupiram as paisagens brasileiras onde algum homem já tenha pisado. E seguem sendo despejadas.

Para se formular uma idéia mais precisa do problema veja a tabela ao lado, do trabalho de José Carlos de Castro Rios, apresentado no I Congresso em Embalagens (Cobem).

Vale repetir que 100 mil caminhões de 25 toneladas seriam o mínimo necessário para começar a varrer o chão da casa...

AEROSSÓIS

Todavia é ingênuo pensar — porque há uma legislação protetora para o ar — que a atmosfera já está *de fato* imune às barbaridades das embalagens impingidas ao consumidor brasileiro. Os aerossóis ilustram os descabros.

Em vários estados norte-americanos, desde 15 de outubro último, os gases propelentes dos aerossóis estão condenados e oficialmente proibidos. Os fluorcarbonetos ou hidrocarbonetos cloro fluorados foram ali rejeitados pelos ecólogos e demais cientistas. Isso porque o gás destrói o ozônio da estratosfera, que filtra raios cósmicos infravermelhos, provocadores de câncer na pele do homem.

A Food & Drug Administration (FDA), dos Estados Unidos recomendou a substituição de antitranspirantes à base de aerossóis por bastões, embalagens "roll-on", loções, líquidos e cremes. Ela contraindicou, também, o clorohidrato dos propelentes dos aerossóis, além do zircônio-alumínio, que provocam lesões nos pulmões.

E as multinacionais não ignoravam estes problemas. Desde maio, a Gillette e a Bristol Myers vêm lançando, naquele mercado, desodorantes e laques para cabelos, entre outros cosméticos, contendo no rótulo a informação "não contém fluorcarbonetos". A Gillette gastou 11 milhões de dólares em propaganda do seu antitranspirante em "roll-on", enquanto a Bristol aplicou 17 milhões de dólares na sua publicidade. Naturalmente, para os brasileiros, toda esta estória manteve-se na "moita".

Contudo, no Brasil, estão, sendo despejados, em quantidades crescentes, estes propelentes descartados no Hemisfério Norte. Eram 80 milhões de unidades, em 1975; 120 milhões, em 1977 e 135 milhões em 1978. Nada menos dos 29% da josta destinam-se a cosméticos, no País; 38%, a inseticidas, 11% a produtos domésticos; 3% a farmacêuticos e 19% a outros. Na-

par do problema do fluorcarboneto, omitiram maiores explicações ao público. "Evitaram" o assunto.

ALIMENTOS

No outro extremo do universo das embalagens no Brasil, perdem-se 25% dos alimentos do campo por deficiência no seu acondicionamento. Falo de uma circulação de 5 milhões de t/ano de trigo; 12 milhões de t/ano de soja; 18 milhões de t/ano de milho; 11 milhões de t/ano de açúcar e ponha toneladas nisso.

Não são apenas sacarias que rasgam na epopéia dos transportes. Há o ataque de insetos e de outros seres vivos, como ratos, nos armazéns do País.

Nos interstícios das fibras de juta ou de algodão penetram os inimigos dos alimentos. A irradiação nuclear do saco não evita a formação de uma nova leva de pragas, vindas de fora do armazém. A solução seria a sacaria de papel, mas milhares de trabalhadores (principalmente no Norte) colhedores de juta, rami e malva, ficariam desempregados, enquanto a lavoura do algodão agregaria mais um desestímulo. Se hoje o saco de plástico participa desta batalha, com amplas vantagens até aqui, é porque o governo ainda não obrigou os fabricantes a acrescentarem amido na resina, de modo a torná-la menos inóspita à natureza. E de forma a estimular as culturas de mandioca, batata e milho capazes de suprir de amido este segmento industrial.

A propósito, pouca gente sabe que quem se diverte com isso são as companhias seguradoras. Claro, pô: seguros das cargas transportadas são tanto mais caros quanto maior o risco oferecido pelas mercadorias e respectivas embalagens.

Ensaios da Internacional Trade Center

Unctad/Gatt, Packaging for Exporters, da Insurance Company of North America - INA e extensos trabalhos da Revista Comércio Exterior, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil entre outros, revelam que 30% das cargas exportadas pelos países em desenvolvimento (e Brasil) se perdem por inadequação das embalagens.

Isso no Brasil poderia representar pelo menos 0,5 bilhão de dólares por ano.

FALTAM PROFISSIONAIS

Na opinião de Lincoln Seragini, uma autoridade em embalagens, no País, um ponto fraco de todo este sistema está na inexistência da formação profissional no Brasil. Embalagem, como profissão, requer um conhecimento especializado e longa e intensiva preparação acadêmica.

Diz Seragini que inexistem escolas de embalagens e literatura especializada por aqui, enquanto em outros países há mestrado e doutorado. Veja-se por exemplo, em termos de perdas de alimentos em exportações as providências da Alemanha Ocidental. De início, ela conta, somente em Hamburgo, com o Instituto de Embalagem de Frachthochschult, único no mundo especializado em projetar e testar embalagens para o transporte marítimo.

Também em 1976 (últimos dados disponíveis) foram gastos aproximadamente 1,0 bilhão de dólares em propaganda no Brasil e mais ou menos 2,2 bilhões na indústria de embalagens, enquanto havia 38 escolas de Comunicação e Propaganda e nenhuma de embalagem.

Além disso uma questão central é a inexistência de uma política industrial brasileira, de médio e longo prazo. Não há, no País, um balizamento sério e eficaz às indústrias de bens não duráveis. E elas representam mais de 30% da formação bruta do capital setorial no País.

Assim, as fábricas de alimentos, de medicamentos, higiene e limpeza, de quinilhanias em geral, bebidas e fumo, não têm motivos para se preocupar, porque não há sinais reais de cobrança social em torno da sua participação no processo econômico brasileiro.

Uma indústria pesada, outra de matérias-primas (insumos básicos) e até de bens duráveis, ainda respondem a dezenas de requisitos e explicações, o que não assegura a sua inocência. Porém, no âmbito dos não duráveis o capitalismo brasileiro não é apenas perverso.

Para desfazer dúvidas, o setor alimentício consome 58% do total das embalagens no País: 58% das de plásticos; 40% das de madeira e papel; 64% das de metais; 75% das de vidro e 84% das demais. Bem entendido?

turalmente empresas internacionais do porte da Hoechst e da Dupont entucham-nos os gases, enquanto uma Rhodia os compra servida pela Válvulas de Precisão do Brasil, subsidiária da Precision Valver Corporation, especializada no dispositivo que expele os aerossóis.

Vale a pena destacar que a Petrobrás poderia oferecer uma sucedâneo ao fluorcarboneto: o seu precioso gás liquefeito de petróleo (GLP), usado nos fogões domésticos. O butano e o propano prestam-se a isso, mas oferecem uma mistura de pressão menos constante e mais impurezas, para cosméticos e artigos farmacêuticos. Talvez a Petrobrás atendessem aos inseticidas menos exigentes, mas os GLP requisitam cuidados adicionais no processo de fabricação, por serem mais inflamáveis. Ainda assim, esse produto purificado, livre do mau cheiro, quebraria o galho das firmas internacionais (que seguem despejando o propelente entre nós), as sobrecarregaria o consumo de derivados de petróleo no Brasil. Um ônus a mais nas importações? A verdade é que a Petrobrás se desinteressou (problemas de economia de escala) uma atitude de explicações a ver.

Outra solução, como a do emprego de válvulas tipo "pumps", fabricadas no Brasil, já foi adotada pela L'Oreal de Paris, da Nestlé, que emprega este dispositivo num desodorante. Porém, sabe lá porque, a L'Oreal, a Nestlé, a sua agência de publicidade, todas juntas, perfeitamente a

Estimativa de embalagens plásticas jogadas no lixo (ruas, bueiros, rios, praias, etc.) — 1972/1982 (em toneladas)

ANOS	POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE	POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE	POLIPROPILENO (só sacaria)	TOTAL PLÁSTICOS EM GERAL P/ EMBALAG.
1972	79.385	4.893	7.472	91.730
1973	100.531	7.425	11.935	119.891
1974	121.695	9.713	16.398	147.806
1975	142.862	12.123	20.861	175.846
1976	164.028	14.532	25.324	203.884
1977	185.193	16.942	29.787	231.922
1978	206.354	19.352	34.250	259.956
1979	227.524	21.762	38.713	287.999
1980	248.690	24.171	43.176	316.037
1981	269.856	26.581	47.639	344.076
1982	291.021	28.991	52.102	372.114
TOTAL	2.037.119	186.485	327.657	2.551.261

SINGULAR & PLURAL



*Da Amazônia ao Rio Grande do Sul,
o primeiro time é nosso. Isto
é, de Scliar & Verissimo a
Márcio de Souza. E os treinadores desta
equipe Faerman & Audálio. O plantel tem
(só tem) players de Selecionado:
os bravos Marcus Pereira e Hélio Fernandes,
a polêmica Ruth Escobar, o arguto Jacob
Klintowitz, os elegantes Diaféria & Carelli,
os decididos Marco A. Rocha, Escosteguy &
Anthony Cristo, os duros Galeano e
Abdias Nascimento, o ardiloso Moacir Amân-
cio, o combativo Roberto Piva, o analítico Cláudio
Willer, o promissor Osmar Freitas Jr., o penetrante
Fernando Morais, o sutil Rodolfo Konder,
o infatigável Augusto Nunes, o falado Getúlio
Bittencourt.
E muitos, muitos outros, da seleção brasileira
do jornalismo & das letras — SINGULAR & PLURAL.
Na camisa 12, está você, que vai ajudar nossa
equipe a vencer.*

*Assinaturas anual
(12 números) Cr\$ 350,00
(Você economiza
Cr\$ 70,00 e ainda ganha
um bom livro!)*

Agency Glens

Foto Adriana Rodrigues

Enviar cheque ou vale postal nominal à Global Editora e Distribuidora Ltda
Rua José Antonio Coelho, 814 CEP-04011 - São Paulo - Sp

Estou anexando um cheque, vale postal no valor de Cr\$ 350,00 para
uma assinatura anual de Singular & Plural. Desejo receber
como oferta o livro

Nome

Endereço

CEP

Cidade

Estado

• Poética - Como Fazer Versos - Malakóvsky • Como Fizemos a Revolução - Trotsky • Homens de
Papel - Plínio Marcos • Crônicas da Vida Operária - Roniwalter Jatobá • A Nova Mulher e a
Moral Sexual - Alexandra Kollontai • A Espada Quebrada - Poul Anderson



CODECRI: A editora do rato que rugue.

Quem não sabe o
que dizer com estas
palavras está por
fora da linguagem
da Comunicação

Fique por dentro. Chegou o dicionário que faltava. DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO, de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa, com a colaboração de Muniz Sodré. A definição clara e atual dos 4 mil verbetes que você precisa saber. O vocabulário técnico, os neologismos e a gíria dos profissionais de Jornalismo, Propaganda, Editoração, Artes Gráficas, Relações Públicas, Marketing, Televisão, Rádio, Cinema, Teatro, Fotografia, Audiovisual, Telecomunicações, Cibernética. E todas as palavras-chave da Teoria da Comunicação.

Compre o DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO enquanto é tempo.

Se não, qualquer dia uma palavra dessas pode atropelar você.

GOMES RIBEIRO O SEU LIVREIRO FAZ A OFERTA DO MÊS: GRACILIANO RAMOS OBRAS COMPLETAS EM 12 VOLUMES POR APENAS

* CAETÉS * INSÔNIA * ALEXANDRE E
OUTROS HERÓIS * INFÂNCIA * VIVENTE
DAS ALAGOAS * MEMÓRIAS DO CÂR-
CERE * MEMÓRIAS DO CÂRCERE vol. 2 *
LINHAS TORTAS * VIDAS SECAS * AN-
GÚSTIA * VIAGEM *

ILUSTRAÇÕES: POTY
CAPA: FLORIANO TEIXEIRA

Desejo receber as obras completas de "Graciliano Ramos", pelo sistema de Reembolso Postal.
Simples remessa (c/cheque visado)
A domicílio (em São Paulo)

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

FONE: _____ CEP: _____

"SÃO PAULO VENDE O LIVRO
MAIS BARATO DO BRASIL; GOMES
RIBEIRO — O SEU LIVREIRO, VEN-
DE O LIVRO MAIS BARATO DE SÃO
PAULO."

Gomes Ribeiro — Distribuidora de
Publicações Ltda. Rua Flor de Tília, 140
— CEP 04051 — Fone 577-0185

RO POR DENTRO PO

**CÁ
ENTRE
NÓS** de Mário
Augusto
Jakobskind



Rio politizado

Aqui, sol, praia, biquínis mls, calor de quase 40.º graus. Até aí, nada demais. Afinal de contas o verão está batendo às portas desta cidade balneário e (diz o rádio) capital mundial do futebol. A grande novidade destas últimas semanas é que, apesar do encerramento das eleições, os/as cariocas continuam curtindo política. Em outras palavras: a política, depois de um longo e tenebroso inverno, voltou à "moda" e é discutida nas casas, festas, bares, etc, nos mais diversos setores sociais. Nas rodas da zona sul, centro, norte e subúrbio discute-se política sem paranóias. Diferente portanto de alguns anos atrás quando a matéria era considerada "careta" e "por fora". Em bares era im-

possível a discussão porque se temia quem poderia estar na escuta nas proximidades. Era tempo de Médici, tempo de tortura, obscurantismo, falta de liberdade e, fundamentalmente, tempo de medo.

Ainda estamos longe de uma democracia. Se engrenar (a democracia) a tendência, por aqui e naturalmente em outras bandas, é o aumento do interesse em relação à política. Com liberdade e sem medo vão surgir novos analistas políticos e o humor político vai incrementar. Em suma: de-mo-cra-cia é sempre bem vinda. Com de-mo-cra-cia o povo pode começar a mudar o estado de coisas absurdo dos dias de hoje. Estamos com pressa.

Anúncio Classificado

Compositor e autor teatral, duas vezes ganhador do 1.º lugar do Concurso de Dramaturgia do Serviço Nacional de Teatro (SNT), procura produtor para sua peça "BOCA DO INFERNO", premiada em 1978 no referido concurso. Há subvenção para a montagem. Pede-se que não se habilitem produtores burros e desonestos. Nem antidemocratas, pois a peça fala da liberdade de expressão. Cartas para esta revista em nome de Marcus Vinícius.

Urnas 79

Dois "experts" políticos apostaram. Um diz que sim, outro que não. Teor da aposta: no próximo ano de 79 vão ser realizadas eleições diretas para Governadores e Senadores em substituição dos biônicos.

Urnas para sepultar Maluf, Chagas, Eurico Resende, Francelino, Antonio Carlos Magalhães! Maravilha. Aguardar.



Mouzar

EPITÁFIOS

Parece nome de deputado nordestino, mas não é. Quem já perdeu seu tempo lendo a revista Seleções, por exemplo, já deve ter visto vários e sabe que epitáfio é o que o Aurelião define como "inscrição tumular". Ou seja, alguma coisa dita por um cara ou sobre ele, que é depois escrita em seu túmulo. Coisa de norte-americano. Mas, tentemos transplantar esse costume para o Brasil (já transplantaram mesmo vários outros para incomodar os vivos, vamos passar a incomodar também os mortos), para ver o que é que dá.

Vejamos alguns exemplos:

No túmulo das frenéticas: "quero ver você morta, muito morta, dentro de mim";

No do Armando Falcão: "nada a reclamar";

No de um sertanista qualquer (de preferência os a favor — se é que há — do projeto do Rangel Reis): "pitou o cachimbo da paz";

No do Marcos Tamoyo: "este túmulo, de 35 andares, foi cons-

truído por Gomes de Almeida, Fernandes";

No de um alfaiate: "abotoou o paletó";

No de um senador biônico: "continua o mesmo";

No do Delfim Neto: "morto de inanição quando lhe pagaram segundo seus próprios índices de custo de vida";

No do Francelino: "que túmulo é este?";

No do Laudo Natel: "da Cidade de Deus, direto para o Inferno";

No do Harry Sbibata: "mereceu o nome";

No do José Bonifácio: "enterrado com alguns anos de atraso";

No de um arenista qualquer: "afinou tanto que finou";

No de um jogador de baralho: "depois de muito perder, bateu com as dez";

No do coveiro: "de enterrador a enterrado";

No da Sônia Braga (a "Dama da Lotação"): "a terra também comeu";

No do Figueiredo: "na última missão, caiu do cavalo".



Happy
Days

**um bar muito
"single and plural"**

informações pelo telefone: 212-7092



Brasil de Cristo e Xangô

Mesmo separados por injunções históricas, por idiomas e nações diferentes, os negros, desde o êxodo iniciado em 1501 rumo ao novo mundo, mantiveram a unidade imposta pela cor e pela herança comum da memória coletiva. O chamado culto afro-brasileiro, a exemplo dos de Cuba e Haiti, figura como a mais notável derivação de contato multi-racial. Cada uma é um tipo de organização sócio-religiosa, baseada em padrões comuns da tradição africana, em crença, adoração e língua — língua aqui entendida como desempenho na acepção de Chomski — mais ação e menos reflexão.

A herança evolucionista se arrasta até hoje. Desde bruxaria, magia, sistema de superstições, fetichismo e animismo, até às mais variadas classificações de cultos afro-brasileiros, todo um espectro de denominações traz implícita a negação de um caráter religioso deixado pelos africanos e reelaborado pelos seus descendentes.

Uma ideologia elitista emanada de um sistema oficial de valores perpetua, consciente e inconscientemente, estereótipos tipo exótico/folclórico/turístico. A perspectiva de um todo nos permitiria uma compreensão do sistema simbólico, que participa do brasileiro e do latino-americano colocando o continente na órbita de uma comunidade transatlântica, a ser ainda conscientizada. Como sentiu Gabriel Garcia Marques, que colombiano, mestiço, se descobriu negro na África.

Proibidos pela polícia, taxados de feitiço pela cultura oficial, folclorizados e "sincretizados", os cultos afro-brasileiros vão digerindo, triturando, devorando as manifestações cristãs, kardecistas, orientalistas, caboclas, podendo-se dizer hoje sem qualquer sombra de dúvida que uma religião brasileira seria o somatório de todas essas tendências, com uma base africana. E que essa religião estaria viva, atuante, em constante transformação, cada vez atingindo segmentos mais altos na escala social. Isto é, pode-se dizer inclusive que hoje é "in" frequentar um terreiro, saber da cosmogonia dos orixás, reconhecer algum ponto de gira, se vestir seguindo a cor do dia ou envergar, bem visível, uma guia no pescoço.

A identidade nacional a partir disso revela-se pluri e hetero-cultural, caracterizando dois sistemas institucionais — um compulsório e oficial e outro paralelo, alternativo e complementar. Uma estrutura dentro da outra, não estando ambas nem integradas nem isoladas, mas que fazem parte de uma peculiar experiência histórica, contraditória e complexa.

Algumas características que diferen-

Olhe para as encruzilhadas de nossas cidades. Olhe para as flores de Iemanjá no litoral.

por
Mirna Grzych

ciam os cultos afro-brasileiros das religiões reveladas:

caráter de possessão — é estabelecido um liame entre a terra e o cosmos, durante a possessão. Como se através do cavalo, isto é, quem recebe o santo ou entidade, se configurasse uma grande ambição humana: a luta contra a morte.

linguagem oral — o AXÉ, a energia, o conhecimento iniciático, não se aprende nem nos livros nem na escola. Se aprende na relação interpessoal, única. Como pode uma cultura oral resistir a 4000 anos de opressão?

dialética em vez de maniqueísmo — ao contrário da dualidade mal e bem, o princípio filosófico africano é dialético. Por exemplo, EXU não significa o Diabo, muito pelo contrário. Ele é o princípio da revolução, aquele que vem mudar as coisas. O que os padres do século quinze confundiram com chifre foi o seu imenso falo, ele que significa toda sexualidade e fecundidade africana. E porque pros padres a sexualidade livre era um verdadeiro demônio... Neste princípio, nada é completamente bom ou mal. Já na umbanda ou espiritismo, que cristianizaram o candom-

blé, a coisa é vista como uma roda da fortuna (olha aí um mito europeu!), onde quem faz — paga!

relação com a morte — todas as culturas têm determinada relação com a morte. Isso inclusive é o que determina toda a moralidade de uma cultura. O branco racionalizou a morte, e a teme. E se neurotiza com isso. Na cultura ioruba, a morte e a vida fazem parte de um mesmo sistema — *olorum* — e o morto retorna, sempre que é invocado, segundo o ritual, para auxiliar no equilíbrio social da comunidade, dando conselhos, proibições, chamando atenção ou fazendo exigências. Há a tristeza da morte, mas não o temor.

o som e o corpo — no país de origem os deuses africanos falavam pela música, pela dança, pela pantomima. É a grandiosa tentativa do homem de estender sua personalidade além da medida humana. O atabaque, por exemplo, tem uma significação que não se esgota na simples qualidade de instrumento de ritmo musical. Muito mais que isso: o atabaque é fonte de ritmo cósmico, arquivo de complicadas harmonias do universo, poder que suscita poderes que regem a ordem do mundo. Nas religiões africanas, dança-se. Aliás, que me perdoem os materialistas dialéticos, mas é isso que significa *odara*, em ioruba. Essa força da dança, do ritmo, do corpo. Nem tudo é só cabeça, concentração.

o tom assistencial — desde a macumba de esquina, passando pela mesa branca kardecista até o candomblé de ralzes tradicionais, persiste um profundo respeito pelo sofrimento humano, seja ele social, afetivo, psicológico.

É um padre, chefe dos diocesanos da América Latina, padre François, quem nos explica, para finalizar: "Em termos de fé, de filosofia mesmo, a Igreja Católica perdeu terreno no Brasil. Esse terreno foi ganho por um sistema dinâmico, em constante reelaboração, um sistema sincrético de base africana, colorido de influências indígenas, católicas, pentecostais, judaicas, orientalistas e cabalistas. Um sistema sincrético que permite a mobilidade social — onde à noite empregada vira patroa, sereia, rainha, deusa maior. E onde a patroa, se assim tiver que ser, será uma simples espedadora ou serviçal dos trabalhos. Mas não tenha dúvida: nos apartamentos de classe média, nas praias, nas tendinhas, nas mansões, nas encruzilhadas, nas coberturas e nos terreiros, há algo de africano no ar."

FINALMENTE DISCO É CULTURA!

discos MARCUS PEREIRA

Anuncia o lançamento

do 1º LP de
CHICO MARANHÃO
"lances
de agora"



"Aqui començaremos a antiga historia chamada Quicne. Aqui escribiremos, començaremos el antiguo relato del principio, del origen, de todo lo que hicieron en la ciudad Quiché los hombres de las tribus Quiché. Aquí recogemos la declaración, la manifestación, la aclaración de lo que estaba escondido, de lo que fue iluminado por los Constructores, los Formadores, los Procreadores, los Engendradores; sus nombres: Maestro Mago del Alba, Maestro Mago del Día (Gran Cerdo del Alba), Gran Tapir del Alba, Dominadores, Poderosos del Cielo, Espíritus de los Lagos, Espíritus del Mar, Los de la Verde Jadeita, Los de la Verde Copa; así decíase. Rogábase con ellos, invocábase con ellos, a los llamados Abuela, Abuelo, Antiguo Secreto, Antigua Ocultadora, Guarda Secreto, Ocultadora, Abuela (que forma parte) de la Pareja (Mágica de Abuelos), Abuelo de la (misma) Pareja. Así está dicho en la historia Quiché todo lo que ellos dijeron, lo que ellos hicieron, en el alba de la vida, en el alba de la historia. Pintaremos (lo que pasó) antes de la Palabra de Dios, antes del Cristianismo; lo reproduciremos porque no se tiene (ya más) la visión del Libro del Consejo¹, la visión del alba², de la llegada de ultramar, de nuestra (vida en la) sombra³, la visión del alba de la vida, como se dice."

El Popol-Vuh, que puede traducirse Popol, comunidad, consejo, y Vuh, libro, Libro del Consejo o Libro de la Comunidad,

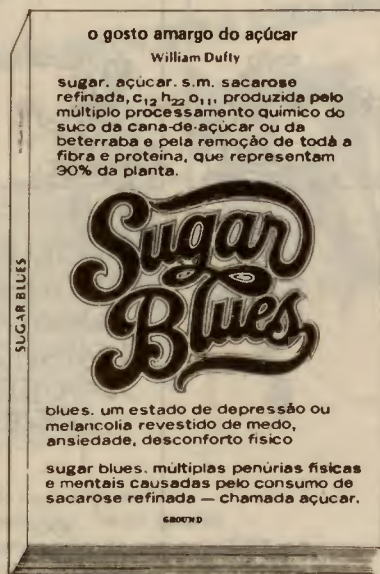
LIVRARIA DIADORIM
literatura & ciências humanas

LIVROS ESPANHÓIS E HISPANOAMERICANOS

RUA SANTA ISABEL, 152 - CEP 01221
FONES: 221-8482 - 221-7573

SÃO PAULO - S. P.

EDITORA GROUND
LIVROS PARA UMA NOVA CONSCIÊNCIA



Agora você vai conhecer toda a verdade sobre
O MAIS DISSIMULADO ÓPIO DO POVO

O uso indiscriminado do açúcar refinado é uma ameaça à saúde pública.
É preciso combatê-lo!

Simone Veil, Ministro da Saúde da França, revista Le Point, 24 a 30/7/78.

Uma droga destrutiva, formadora de hábito é impunemente adicionada a todo e qualquer produto utilizado na alimentação moderna, dissolvendo os ossos e os dentes de toda uma civilização.

Este é o livro que denuncia, com base em evidências histórico-científicas, os inúmeros distúrbios físicos e mentais causados pelo consumo indiscriminado do açúcar refinado e oferece alternativas saudáveis para reabilitar o organismo dos malefícios do alimento que mais prejudizos causa à saúde das pessoas.

Uma rara oportunidade para diabéticos, obesos, hipoglicêmicos... e toda uma legião de dependentes do vício institucionalizado da sacarose refinada - comumente chamada açúcar.

À EDITORA GROUND INFORMAÇÃO

R. Siqueira Campos 143 Sobreloja 56
22031 Copacabana Rio de Janeiro RJ

Desejo receber pelo Reembolso Postal exemplares do livro SUGAR BLUES, pelo qual pagarei Cr\$ 95,00, somente depois de receber a notificação do correio.

Nome

End.

Cidade. Bairro

Estado. CEP.

IMPORTANTE: NÃO MANDE DINHEIRO AGORA!

michele/achados & perdidos

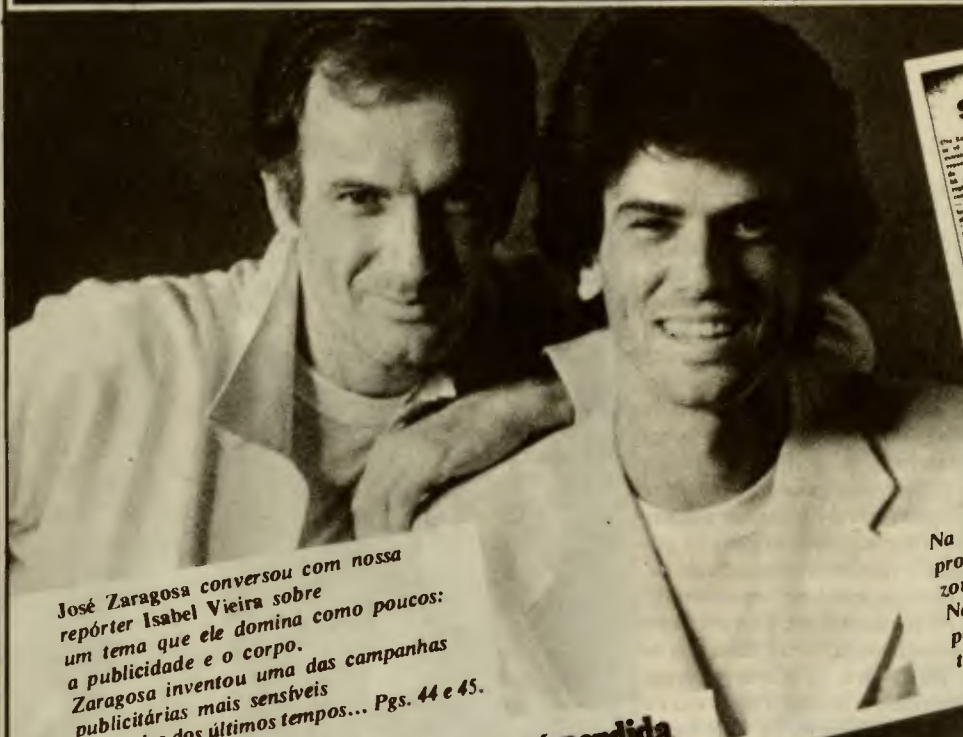


NOSSA ÉPOCA



**O corpo está
na moda. E S & P,
neste verão de 79,
publica um dossilê sobre
o corpo: no cinema,
no teatro, na fotografia,**

**na moda, na dança,
na publicidade...
Um tema
que se desdobra por
duas editorias**

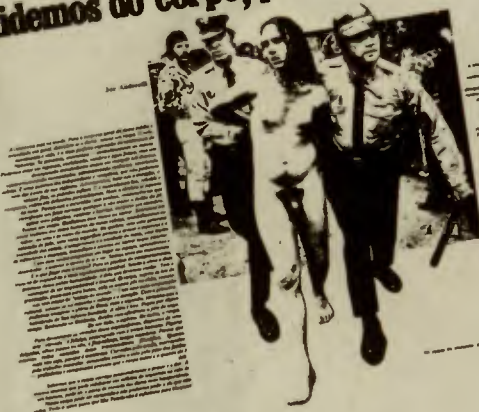


*José Zaragosa conversou com nossa
repórter Isabel Vieira sobre
um tema que ele domina como poucos:
a publicidade e o corpo.
Zaragosa inventou uma das campanhas
publicitárias mais sensíveis
e ousadas dos últimos tempos... Pgs. 44 e 45.*



*Na Europa, o corpo vive uma
profunda revolução. Em que até as
zonas erógenas se transformam.
Na Itália, uma atriz nua é apalpada
por todo o público. O que significa
tudo isto? Página 40.*

Cuidemos do corpo, que a alma está perdida



*José Andreolli - com sua peculiar
cisão crítica - acha que, nesta questão
de corpo, há um profundo mal-entendido.
E propõe a todos uma luta: nada de
curtir o corpo nas "horas vagas". É
preciso transformar o próprio sentido da
vida e do mundo, para que o corpo seja
curtido no trabalho. Página 39.*



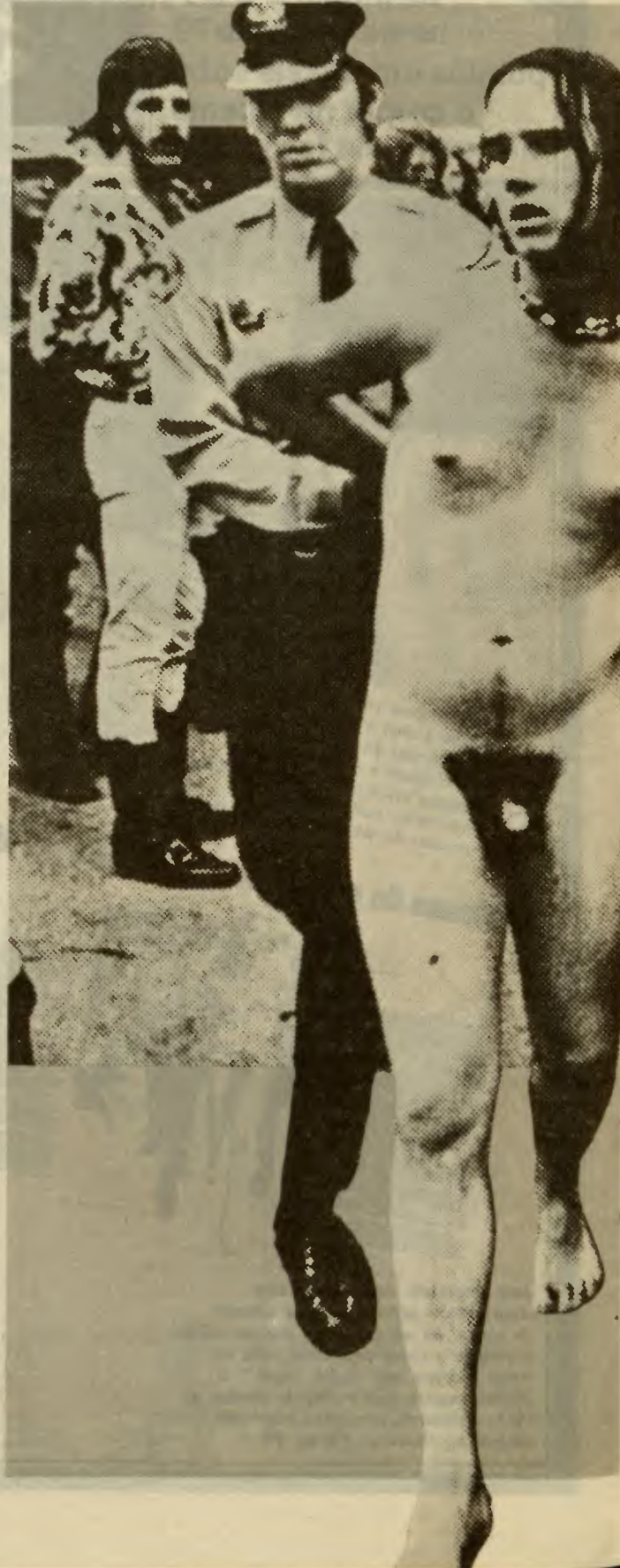
*No Brasil, a censura vigia o que
é feio e bonito no corpo humano.
O fotógrafo Marcos Magaldi - numa
entrevista - diz que isto é uma
violência. E explica as relações
entre corpo & fotografia. Página 41.*



cuidemos do corpo, que a alma está perdida

Joe Andreolli

A cinestesia está na moda. Para a surpresa geral da classe média e remediada em geral, descobre-se o óbvio: temos um corpo. E nele, movimento é vida, é a mais perfeita expressão do contínuum da Natureza. Se paramos, morremos — simbolicamente ao menos. Podemos estar em repouso, cochilando, sombra e água fresca, mas um desesperado metabolismo insiste em cumprir seu destino, vasocomunicando necessidades, administrando carências, reciclando sobras. É uma química tão independente e complexa, que não podemos nem dar conta de sua vigência. Adormecidos, bate-nos o coração, o sangue flui, os pulmões inflam. E a musculatura lisa, rebelde e rompante, coleia em delicados peristaltismos. Nem o cérebro se aquieta no sono. Povoamos a escuridão com sonhos, reminiscências que eletrificam um feixe nervoso qualquer e vão mexer o dedão do pé, agitar uma pálpebra, contrair a barriga, enrijecer um membro. Temos um corpo. Ganhamos essa massa ao nascer. Entramos em posse legítima dos cinco buracos da nossa cabeça, sensibíllssimos ao sabor, ao som e às cores do mundo. De quebra, veio uma generosa extensão de pele, uma vasta superfície pronta a acusar a aspereza e a suavidade das coisas, a temperatura e a umidade do meio, uma legião de esfínteres e mucosas, movediços e atentos ao menor toque exterior. Com essa massa ocupamos um lugar no espaço, aprendemos a deambular, a exercer o direito de ir e vir. Somos seres em movimento. E o que fazer com o corpo? Para os jesuítas do comportamento, trata-se de esquecê-lo o mais rapidamente possível. Sendo a alma o dom precioso dessa pobre humanidade, é dela que devemos cuidar. Tem a vantagem de ser imponderável e imortal. O corpo, sujeito às leis da gravitação, puxa-nos para baixo, cola os nossos pés no chão, remete-nos sem cessar às "coisas do mundo". Com essa auto-amputação cultural, salvam-se no máximo a cabeça e o coração. Com a primeira, podemos imaginar a glória de Deus; com o segundo, tornamo-nos o habitáculo de Sua infinita bondade. A idéia é boa. Pegou por algum tempo. Embutida no Ocidente, dividiu com eficiência o joio do trigo. De um lado, o espírito. De outro, o corpo. Para demonstrar as virtudes dessa esquizofrenia, dispomos de uma arte "elevada" e fidalga, preocupada com a ascese humana. Figuras delgadas, olhos postos no céu, a fina cabeça, longos membros. Parece que estamos todos cansados dessa transcendência filosófica. Quanto mais não seja, porque é mentirosa. Curvados pelo arado, atarracados pelo trabalho muscular, amassados contra o solo pelo peso dos fardos — proletários e camponeses provam que o corpo existe e o quanto ele é útil. Sabemos que o corpo carrega potencialmente o prazer e a dor. A mesma mucosa que pode colaborar em milhões de orgasmos na vida de um homem, pode ser a porta de entrada das dores mais insuportáveis. Nosso corpo pode ser torturado e não podemos pedir a ele que não sofra. Todo o latim gasto por São Tomás não é suficiente para bloquear



No tempo do streaking. E agora?

a sinapse nervosa originada por um beliscão, por uma brasa de cigarro ou um choque elétrico. Nesta hora, o espírito desaparece. E mais sutilmente, desaparece sob o peso do trabalho, das cadências infernais a que é submetido o operário diante das máquinas-ferramenta. E desaparece ainda mais sutilmente quando nos sentimos oprimidos pela rotina burocrática. O espírito e seus refinados vãos desaparecem, deixando em seu lugar o ventre obeso, as varizes, o colesterol, o bico-de-papagaio, as coronárias entupidadas e o cérebro poluído. Temos um corpo, mas ele não é igual em todas as pessoas. Acidentes genéticos e estéticas à parte, o destino do corpo é social. Pode voar, como o de Nadia Comaneci ou o do Rudolf Nureiev. Pode correr, como o de Abib Bikila ou o de Emil Zatopek. Pode dançar, como os de Rita Lee e Gal Costa, driblar como o de Pelé, saltar como o do João do Pulo, nadar como o do Mark Spitz. Mas, via de regra, nosso corpo vai trabalhar. E no trabalho, vai mofar, envelhecer, aposentar-se, enrijecer, atrofiar-se.

A burguesia há muito tempo sabe que tem um corpo e afundou-se até a cabeça numa tina de prazeres. Seu trabalho, quando existe, não é alienado. É uma expressão de poder, de exercício gratificante. As classes médias, penduradas em escritórios, sobrevivendo nos setores terciários da economia, descobriram agora que tem um corpo e parece que não está disposta a entregá-lo tão cedo aos cuidados do INPS. Começamos a fazer ginástica, enfrentamos os calçadões da Zona Sul e o Parque do Ibirapuera em sofridos testes de Cooper. Multiplicam-se os institutos de ginástica, as academias de ioga, a prática de lutas orientais, o balé, as técnicas de massagem. Muito do tempo de repouso, conquista dos que trabalham, está sendo dedicado ao corpo. Já se anda dizendo que "esporte é cultura". É mesmo? Esporte, amigos, é sobrevivência, resistência ao esmagamento do corpo pelo ritmo do trabalho.

A palavra mágica é "expressão corporal". Queremos que o corpo fale, que ele tenha a palavra, uma linguagem que lhe foi cassada pela opressão da produtividade capitalista. Onde chegaremos com esse súbito nascisismo? Onde nos levará a consciência de que temos carne e osso, músculos, nervos, pele, vísceras? Onde chegaremos com esse delicioso infantilismo de poder nos tocar, nos movimentar, nos coçar, nos acariciar?

Tomara que esse recente habeas-corpus que assola o País, conduza-nos a uma reivindicação mais ampla de espaço e tempo para o corpo. Não basta o relativismo democrático e hipócrita de reafirmar que "pra tudo tem hora", ou seja, nada de misturar trabalho com divertimento. Devemos tentar misturar trabalho com divertimento. Se o corpo é útil na produção, pelo menos que seja gostoso para nós. Devemos dançar, assobiar, cantar, rebolar no ambiente de trabalho. E que nenhum técnico de "relações humanas" recupere essa atividade lúdica em nome da produtividade.



Uma seita mística?
Um ritual sexual? Não.
É mais um ato da
revolução do corpo.

O que se salva na perquirição e no reconhecimento operados no corpo pela classe média? Zonas sempre mais exiguas e algumas funções corporais. Para a mulher, o tabu se limita ao interior da vagina. Ficam confiados aos especialistas, ainda, os gestos e partes anatómicas menos frequentadas pelo erotismo das grandes revistas.

[illegible]



Nu Possível



Marcos Magaldi, por ele mesmo

«A CENSURA DEGRADA O CORPO»

É o que diz Marcos Magaldi, fotógrafo, neste depoimento. Para ele, não existem “partes bonitas e partes feias no corpo”. Marcos expôs no Museu de Arte de São Paulo fotos feitas com Polaroid, sobre a intimidade e o corpo. Trabalha no *Jornal da Tarde* (SP).

“Durante muito tempo o corpo foi proibido na fotografia, pelas razões morais de uma ética puritana. A nudez, o próprio corpo, só era revelado em parte, e havia pedaços dele inteiramente proibidos. Não se assumia o corpo como uma entidade global. Ele era filtrado, censurado, dessexualizado. Havia, sempre, uma tentativa de sacralização do corpo, de não se aceitar o corpo como um corpo. O corpo deveria ‘transcender’ e atingir uma ‘espiritualidade’. Ainda hoje, no Brasil, não se permite o nu frontal. Os órgãos sexuais são pecaminosos. As revistas ‘especializadas’ são proibidas pela Censura de publicar, em suas páginas, os pêlos públicos. Isto é uma herança de nossa cultura que valoriza a cabeça em detrimento do corpo. Sempre se julgou mais digno o retrato da cabeça, da inteligência, em detrimento do corpo. A intelectualidade tem uma responsabilidade direta na degradação do corpo. O corpo, para muitos intelectuais, é um problema dos esportistas.

Hoje, quando a gente começa a se soltar mais, e a cultura começa a perder este ranço intelectualóide, onde se percebe que não vivemos sem o corpo, se descobre na fotografia uma preocupação em retratar este corpo sem glamurizações ou falso pudor. A foto busca reintegrar o corpo no retrato, na pessoa. Afinal, o nu já teve várias formas de ser fotografado. Penso em grandes fotógrafos como Steicher ou Mucher, de fins do século passado, ou Bellocq. Então, o corpo era retratado em sua plenitude e beleza. Mas com a moral vitoriana, o nu total começa a ser banido, proscrito, só voltando a uma nova valorização na década de 60, com a revolução sexual. Mas, hoje, há toda uma jogada comercial por trás disto tudo, também.

No nu fotografado no fim do século havia uma ligação profunda com a tradição pictórica do mundo ocidental. Já nos estados repressivos, como os atuais, o nu é empregado pelo Poder como uma derivação, uma compensação. A liberdade sexual parece ser uma forma de controle da participação política. Os nus, antigamente, estavam ligados, na fotografia, ao classicismo, havia uma procura de proporções ideais, estava ligado à arte grega, às figuras mitológicas ou ao renascimento. Hoje, há um pluralismo de tendências estéticas. Pelo nu se vê o olhar de todas as ideologias, de todas as tendências políticas e filosóficas.

A Censura degrada o corpo quando valoriza determinadas partes dele. Porque o corpo não é dissociável, é um todo. Não existe uma coisa ‘mais feia’ do que outra. Os olhos não são mais ‘bonitos’ do que o pênis. Por que a parte tal deve ser publicada e outra não? É um absurdo estabelecer limites numa unidade.

Uma sociedade que não consegue assumir o seu corpo não é boa.”





Zaragoza

A moda contra o corpo?

DEPOIMENTO A
MARIA CECÍLIA FLOSI

O figurinista João Santaella Junior diz isto: “a moda sempre esteve longe do corpo”. A moda, segundo ele, é quase sempre superficial, banal. E o trabalho dele — um jovem de 25 anos? — promete “uma luta contra a sexualidade reprimida.”



O azul da borboleta dá mil tons, cores de voz lilás, sinos, de repente, um arco-íris, derretendo o gelo do corpo. "Eu crio para a fantasia das pessoas. Alguns destes modelitos não tem nada a ver. São chiques e rendados. Brilhos de espelho".

— Máscaras para segurar tua cabeça. Uma forma de humor. Embalo. Quem é você?

"Eu quero ser a pele das pessoas. Eu quero me fantasiar de gente. Quando a pessoa me veste, ela está vestindo meu mundo interior. Idealismo? Não, é trabalho. É um modo de se dar. Uma forma de amor. O nome? Nunca importa, eu quero sair de mim. As pessoas todas têm certas identificações, mas elas não mostram. Tem que ser alguém que mostre a semelhança das pessoas. O objeto deixa de ser objeto, em movimento."

— E o corpo?

"Pra ele que eu trabalho, pra evidenciar uma sexualidade reprimida."

— E o cio?

"Está no momento."

— Magia. As roupas transformam este momento em movimento. O cio são os decotes, os buracos, os recortes. O cio é sinuoso. Rios. Coitos.

"Eu não tenho um corte reto. Os caminhos não são diretos, nem mesmo os que levam ao corpo. O que eu sinto de mais forte no trabalho quando a mulher veste é ela estar t... com meu íntimo. Corpo e ideal é a mesma coisa. O que estava na parede eu quero trazer para a rua."

— E a política?

"A política vem depois do corpo. É este anarquismo político que permite a liberdade do inesperado."

— A ação do inesperado em risco. O risco produz o tom assimétrico das formas e das cores, um tom tímido e úmido.

"A moda sempre esteve longe da vida, fichada e fechada em fórmulas. A única verdade é o envolvimento. Os intelectuais matam o corpo por isso. Eles não se envolvem com a superfície porque tem medo de ir a fundo. A moda para eles é superficial e banal."

— E a pele?

"A pele é sempre um insight. A gente tem que criar uma concepção para isso. Esse caráter do provisório e do voo é a própria vida."

— Tem um tempo passando neste "n" de gerúndio. Radical. Todas as pessoas que lidam com arte e criação procuram o eterno, teu segredo é esta dialética do éter, do transe e do trânsito.

— E a consciência?

"A consciência do corpo é a do provisório, nos proíbe, nos permite. Um impulso girando."

— E o pensamento?

"A pele segura o pensamento. O pensamento não existe quando eu trabalho."

Ele insiste nas tuas mãos, tecendo o arquétipo da mulher que vem de dentro. Solta. Muito solta.

— E o sofrimento?

"Também é força. Não dá para negar nada. Mas muito instinto e humor na parada. A escolha dos tecidos pinta o colorido do dia. Quando as pessoas usam a roupa, é estranho: elas se vestem de alguma coisa que não é elas. Elas se vestem para situações, não para elas. O ideal se perde. O real também. Daí eu peço que ela use pelo menos duas vezes o vestido, senão, é um imenso vazio para quem cria."

— Como é teu nome?

"João Santaella Júnior."

— Idade?

"25 anos."

— Lugar de nascimento?

"Votuporanga."

— Lugar de transformação?

"São Paulo."

— Tem residência fixa?

"Rua Livramento, 296."

— De livre ou de livro?

"Livre com muito livro, livrando a mente."

Adriana Mattoso



A repórter entrou no restaurante da PUC de São Paulo no intervalo do café, e foi perguntando de surpresa:

— O que é corpo para você?

As respostas:

— Corpo é uma massa organizada, disposta esteticamente.

— Corpo é um conjunto que tem que satisfazer oito propriedades.

— Corpo é o que dá mobilidade à minha alma.

— "Corpus"? É um campo delimitado de pesquisa.

— Corpo de bombelro?

— Corpo é doença e prazer.

— Corpo? Só me ocorre pornografia.

— Corpo é o que eu não vejo.

— Corpo sou eu.

O HOMEM E A MULHER, AOS OLHOS DE ZARAGOZA



José Zaragoza

Um desenho de Zaragoza. Para Singular & Plural.

As pessoas lêem este cartaz e abrem os olhos. Elas percorrem uma sala do MASP, no início de dezembro, e vêem 300 fotos de homens e mulheres — aos pares ou em grupos — fotos que falam de afetividade, de descontração, de liberdade, de corporalidade. São fotos que tratam o corpo e o afeto entre quaisquer pessoas sem ferir a dignidade, os costumes ou o bom gosto. (São fotos que falam de contatos irresistíveis de primeiro, segundo, terceiro ou qualquer grau). Mas falam tudo isso numa linguagem nova, profundamente estética e poética. Por isso saíram das salas da DPZ — uma das grandes agências de propaganda de São Paulo — e foram parar nas paredes do MASP — o tradicional museu de arte da cidade.

É a primeira vez que isto acontece com uma campanha publicitária. Talvez porque as pessoas estejam começando a entender as palavras de Neil Ferreira, o redator da

DPZ: a cabeça é o único lugar realmente liberado que existe no mundo.

A amostra, que representa apenas 10% das 3 000 fotografias feitas para a Rastro (e das quais apenas 3 foram escolhidas para publicação), tinha como tema da campanha o slogan “o perfume aproxima as pessoas”. Dizia que as pessoas se gostam, se abrem através do perfume.

A equipe se reuniu:

— *Que pessoas?*

— *Todas*, foi a resposta consensual.

Mas, nas relações entre as pessoas existe uma *situação limite*, pensaram os publicitários. — Como conhecê-la?

José Zaragoza, o diretor de criação da agência, ponderou:

— Um casal, duas moças, dois homens, um jovem e uma senhora, um grupo, onde está o limite do que é “mostrável” nas suas relações entre si? Para descobrir esse limite, nós temos que ultrapassá-lo.

“Dizem os sicilianos que quando Um vê o Outro e as identidades batem, conferem, é porque caiu o “Raio” e uma paixão nasceu.

Mas a cabeça é o único lugar realmente liberado que existe no mundo. Na sua cabeça, por exemplo, só entra quem você quer, ou quem você deixa — pode haver lavagem cerebral, mas não há estupro mental.

Abra os olhos.

Você ama ou beija de olhos fechados?

Ela(e) ama ou beija de olhos fechados? Então em Quem vocês estão realmente pensando? Perguntem um para o outro. A resposta pode ser uma grande surpresa”.

Assim ele resolveu experimentar todas as situações possíveis, indo do zero ao infinito. Gastou duas noites fotografando. E concluiu que aquilo que estava além do limite do “mostrável” numa campanha publicitária estava dentro dos limites de uma realidade cultural brasileira.

— Tanto isso é verdade que nossa amostra coube num lugar conservador como o MASP, diz Neil Ferreira, que viu na exposição até mesmo um colégio de freiras de Campinas, com suas alunas de 12 anos de idade. — Ouvimos de tudo, críticas e elogios, continua ele. Mas a grande maioria, a camada brasileira que nos interessava atingir, a classe média alta com poder aquisitivo, reagiu com muito “fair play” e bom humor.

Trinta e seis anos de idade, há dois trabalhando para a DPZ, Neil explica o sentido dessa campanha:

— Nossa intenção não foi chocar, mas



Como um publicitário vê o corpo

Na campanha do *Rastro*, polêmicas, insinuações, liberações.

sim abrir, respirar um pouco. Por isso não tivemos nenhum problema com a censura, pois a coisa foi tratada de maneira inteligente e elegante. Olha, você tem que ver estas fotos com o coração. Ninguém compra um perfume racionalmente. Compra emocionalmente. Fizemos esta campanha para as pessoas que amam a si próprias e amam os outros. Para as pessoas que se sentem felizes com o que têm. Nós achamos que viver é bonito, alegre e gostoso.

O que é o corpo para um publicitário? Enquanto responde, José Zaragoza vai traçando linhas num papel em branco:

— O corpo nu, em si mesmo, é maravilhoso. É um patrimônio que precisa ser tão tratado e educado quanto a inteligência.

Pintor e fotógrafo, 48 anos de idade, 26 de Brasil, este espanhol relembra o tributo que os antigos prestavam ao corpo, desde

os tempos de gregos e romanos:

— Os artistas procuraram sempre comunicar-se através do corpo das pessoas. Durante séculos se tem trabalhado o corpo, enfeitando-o e valorizando-o. Hoje, em publicidade, ele é uma forma de aproximação, é a base do visual. Mas, se usado gratuitamente, esvazia-se dele seu conteúdo estético. É preciso utilizar o corpo com a cabeça. É necessário que ele seja acompanhado de uma mensagem inteligente. A mensagem publicitária atual exige um corpo solto, descontraído e inteligente.

Isso vale para homens e mulheres: Zaragoza não acredita que o corpo feminino seja privilegiado em matéria de estética.

— Em termos de estrutura óssea, o corpo do homem é até melhor construído que o da mulher. Se pensarmos na mitologia grega, concluímos que o corpo do homem

foi sempre mais explorado que o da mulher. Em publicidade, no entanto, ele só começou a aparecer depois que a revista *Cosmopolitan*, há seis anos atrás, publicou o famoso poster de Burt Reynolds nu. Isso foi uma inovação, pois as revistas femininas, até aquela época, só utilizavam o corpo feminino.

— Hoje em dia a nudez está no teatro, está em toda parte, continua ele. — O corpo em si, nu ou vestido, não choca. O que choca é a atitude, o gesto. Uma mulher muito linda numa postura deselegante é o que choca.

Dai as prioridades da linha criativa de Zaragoza: primeiro a elegância, depois a beleza. Tal como o desenho que ele acaba de fazer. O papel em branco ganhou formas humanas: um corpo de homem, esquemático e bem proporcionado. Ele assina o papel de rascunho e me entrega de presente.



Osmar Freitas Jr.

Isso é coisa de grã-fino

Uma história de grã-finas com corpos de fadas e receitas de bruxas, isto é: confete, suor, Chanel e muito champanhe.

Que de uma vez por todas fique esclarecido: Quem usa o corpo é rico. Pobre, por mais que queira, não usa nada. Pobre deixa usar. Então, esse negócio de "usar o corpo" é coisa para quem ganha acima de 20 mangos.

Portanto, ninguém melhor do que uma granfina para falar sobre uso (e abuso) do corpo. Vânia Caldas et Glacé, por exemplo, conhecida pantera do Jet carioca, paulistano e (principalmente) internacional, tem receita de bruxa, ou melhor, de fada porque ela é rica, para o trato do corpo. Não é à-toa que a distinta conseguiu resistir a todas as atribuições de sua vida sem que nenhuma ruga (argh!) aflorasse em sua cutis. Sabe lá o que é vida de rico?

Ainda mademoiselle, Vânia Caldas et Glacé foi estudar na Suíça (um colégio que era uma graça, nas montanhas, com governanta alemã e outros bichos) e como todo mundo está careca de saber, lá faz um frio cão, o que poderia ter acabado com a sua pele delicada. Depois, tinha aquela história de passar todo carnaval com a família, lá no Rio. Quatro dias de Monte Libano, Copa e Municipal, com chuva de confete, suor com Chanel e champanhe (porque cerveja é coisa de preto): uma loucura! Não há corpo que resista.

E o desgaste emocional então? Menino, qualquer um fica pinel depois de dar chapéu em cinco maridos. O primeiro, Bub, era um sonso. Só falava em barco, carro e carteadado, no Guarujá chegou a perder a casa em Ubatuba e o barco de An-

gra. Perdeu também a mulher. Numa noite de carteadado Vânia fugiu com o Ismael, sócio do marido, que detestava jogar poker: tinha mais sorte no amor. E assim foi, em 20 anos, cinco maridos e duas centenas de *free-lancers*. O último casório, realizado na Espanha, foi com o Rogério, surfista que é uma graça.

A quebra da bolsa foi um horror que só Pitaguy deu jeito. Foram 3 quilos de alcatra tirados da cara. Esticou os olhos ao ponto de dizer que tem ascendentes mongóis. A primeira plástica é sempre uma emoção, depois a coisa vai ficando parda. Da Vânia esticaram tanto que ela agora parece tamborim em dias de carnaval. Não dá pra fazer mais nenhumazinha, tá tudo arreganhando, então o negócio é se cuidar. Cuide-se:

O primeiro passo é mudar para São Paulo, o Rio tá muito violento e acaba dando neura na gente. Depois, esse negócio de ficar tomando muito sol faz mal, principalmente quando já se passou dos 30.

Coma ostras no desjejum, acompanhadas de champanhe (Carlinhos de Oliveira em seu romance diz que esperma também é santo remédio para a pele. Experimente). Tem que fazer sacrifício, pule da cama às 10 horas, não adianta reclamar: travesseiro dá rugas. Vá direto ao massagista, ou preferivelmente, mande o massagista vir direto até você. Deixe que ele faça contigo o mesmo que o pizzaiolo do Fiorentina faz com aquela pizza asquerosa que eles servem por uma fortuna.



Luis Trimano

Tem que fazer duas horas de sauna, deixe que as gordurinhas saiam per si, esse negócio de regime faz com que a gente fique pelancuda. Clínica de emagrecimento? nem pensar, inclusive tão até proibindo esses trechos: faz um mal que vou te contar.

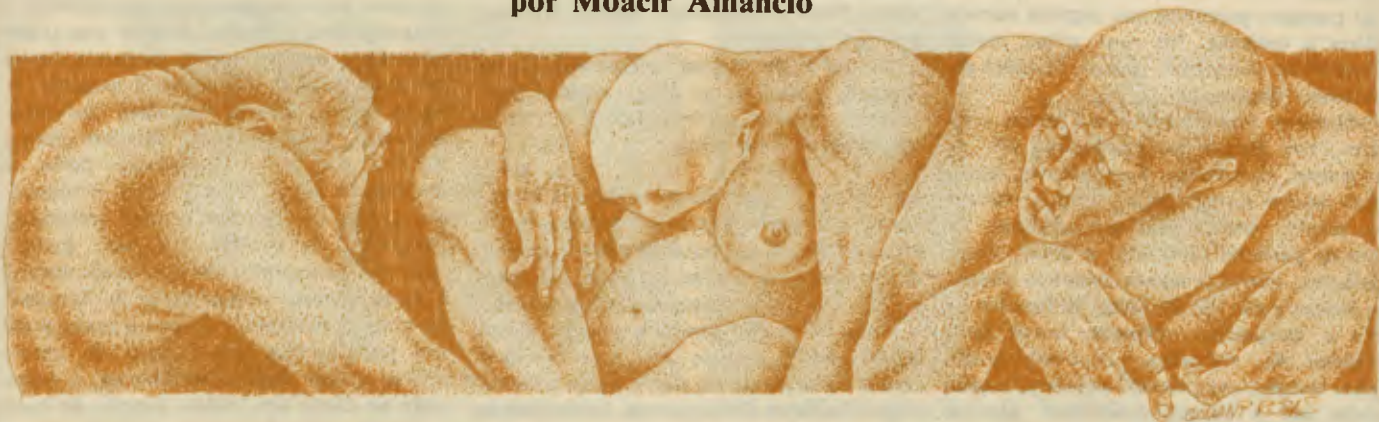
Almoce filé com purê e legumes. Laranja, ou vinho branco, e de sobremesa pudim dietético. Aqui no Carrefour tão vendendo baratinho: 200 paus. Não, não, nada de deitar depois da comida, isso engorda que só porco capado. Vânia Caldas et Glacé não chegou a essa performance que o Ibraim anuncia, dormindo feito uma vaca. Tem que fazer uma caminhada, se morar em São Paulo vá até algum Shopping fazer compras. Se for carioca vá andar por Copacabana até ficar de língua pra fora.

Quando der as 4 da tarde tome um chazinho com as amigas (aproveite para contar-lhes sobre a performance de seu último cacho). Aquele, o rapazinho amigo de sua filha). O cooper fica para às 6 horas, leve consigo o cachorro que é para dar status.

Pode jantar bem, peixe, carne, muita champanhe e frutas da época. Prepare-se para a noitada no privé ou discoteque. And dance, não há nada melhor do que a dança discoteque para o emagrecimento. Rebola, jogue as pernas pro ar: fique "bandoida".

Fazendo tudo isso, todo esse sacrifício, direitinho, você vai morrer de velha sem que os outros se dêem conta disso. Do contrário, vai ficar mesmo uma passiflora gavetensis, ou como diz o português claro: um maracujá de gaveta. Toda enrugada.

por Moacir Amâncio



MOSCA, OU PASSEIO DE UM CIDADÃO PELA BOCA

Ao sair bateu a porta com força. Ódio, um ódio claro, ordenou que saísse tranqüilo. Como se tudo.

Não foi preciso acender a luz de minuto ao lado da campainha para a primeira dezena de passos que levariam até o co-tovelo, quebrando para outro corredor; aí a penumbra se tornava mais tensa. Bastante seguro, pressiona o botão do elevador.

Relâmpago.

As molas rangeram, a caixa desceu.

Apenas um ódio cristalino.

Sólido.

O porteiro percebeu que alguém saíra e voltou a cochilar. Na rua: gritos, risos, zumbido de conversas, passos, líquidos es-corrando, luminosos, freadas.

Mulheres chamavam das portas dos bares, em grupos pela calçada, sob as marquises, encostadas nos batentes, umas rindo outras sérias, umas solitárias outras em dupla, trios, quartetos, grupos de homens parados fumando, a olhar, táxis, mulheres, travestis nunca sozinhos rodando bolsas e chaveiros, testas brilhantes de suor e purpurina, reflexos, bocas lambuzadas de vermelho, roxo-azul-verde, unhas longas, sangrentas, púrpura, negras roídas até a carne, cabeleiras, perucas oxigenadas, vermelhas, azuis, castanhas, pretas, mãos na cintura, pulseiras, penduricalhos, cigarros e fósforos, pescoço enrugado, isqueiro, pescoço liso, saias, coxa à mostra, calcinhas sob os tubos de neón e o mercúrio transfigurador da iluminação pública.

Pessoas a esmo atravessavam a rua com tranqüidade, desviando, às vezes se chocando, roda-viva, girândola, labirinto de pernas e corpos pelo qual ia sem ser visto, fundido à parede, procurando blocos impossíveis de sombra. Mãos nos bolsos, costas curvadas, respiração fácil, passos firmes. Numa esquina: a plenitude.

Não vê a cor do sol ao entrar pela rua que se estira limitada pelas sarjetas cuja continuidade se faz nos ângulos das esquinas. Postes. Automóveis e gente que ele ignora atravessando cruzamentos como se nada. Passos tranqüilos, braços frouxos, pescoço relaxado.

A cabeça de alguém, empurrada na sua direção, pensa ele se dirige para o ajuntamento de olhos atentos e rostos distraídos que às vezes se encaram:

sobre as cabeças o garfo amarelo arranca lama e pedras do rombo aberto no asfalto, movimentos bruscos fantásticos, o braço na ponta do qual a garra afunda revolve, destroça e volta carregada despejando a carga sobre o monte formado pouco a pouco, monte fétido que as pessoas em volta não percebem ou se percebem não lhe dão a menor importância de olhos abertos. Evoluções da máquina, ela gira, esteiras deslizantes, engrenagens lambuzadas de graxa, funcionamento perfeito, câmbios, o homem de capacete na banqueta atrás do braço de ferro cercado por câmbios e chaves, suor, gestos rápidos decididos, o garfo, desaparece, as pessoas escutam novo barulho,

câmbio, esteiras para a direita, o garfo no ar, uma boca que não abre nem fecha, cai, afunda na terra desaparece e

salta

as pernas inchadas do bêbado velho que dorme encostado sob a marquise, porta fechada, chapéu caído sobre a testa. Muletas caídas. Boca aberta: moscas passeiam pelos lábios secos, rachos, ausência de baba a es-correr — o maxilar fecha rápido, o corpo tomba — duas moscas presas dentro da boca enquanto outras voejam ao redor da cabeça e, como se obedecessem a um sinal, chegam aos enxames se espalhando, o chapéu caído, rosáceas vivas de asas transparentes e pontos negros na parte descoberta da perna; juntam-se à entrada do nariz, boca, olhos, ouvidos, sociáveis, solitárias, elas chegam, parecem trocar idéias a respeito disto-daquilo, desta ou daquela, o nariz, boca, fossas, o inchaço das pernas — uma das regiões preferidas. Braguilha aberta elas avançam, passam pelo sexo, atingem o ânus por onde escorre a pasta amarelo-sangue capaz de baratiná-las mais intensamente do que a graxa preta dos pés metidos em sapatos de acesso difícil, caso o muco das narinas, o ressecado no canto dos lábios, o resto de baba no queixo hirsuto, as escamas do couro cabeludo. Terreno firme de acidentes e riqueza. Gases. O maxilar se abre um pouco, não há dente, elas penetram, gengivas mornas, flacidez mucosa e delícia, umidade na garganta a seu dispor.

Moacir Amâncio

No nº 3 de

SINGULAR &

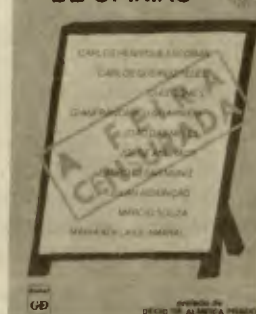
PLURAL

HAMILTON CHAVES,
BORIS SCHNAIDERMAN,
o último inédito de:
ÉRICO VERÍSSIMO
E "A JARARACA"

Suplemento de humor dirigido por Geandré.

Sob a direção de
Ruth Escobar

FEIRA BRASILEIRA
DE OPINIÃO



Cr\$ 120,00

232 pág.

"No momento em que a censura proíbe uma peça como essa, aumenta a taxa de burrice e de incompetência em nosso país..."

FLÁVIO RANGEL- Folha de São Paulo 14/6/78



R. José Antonio Coelho, 814 - Cep 04011 -
Fone: 549-3137 Caixa Postal 45329 - 01000 - V.
Mariana - São Paulo - S. P.

**ESTA FOI
global**

1978



GALEANO
Vozes e crônicas



JOHN REED Dez dias
que abalaram o mundo



LUIZ CARLOS MACIEL
A morte organizada

A VERDADE SOBRE OS DISCOS VOADORES

TUDO O QUE OS
GOVERNOS OCULTAM SOBRE
OS DISCOS VOADORES

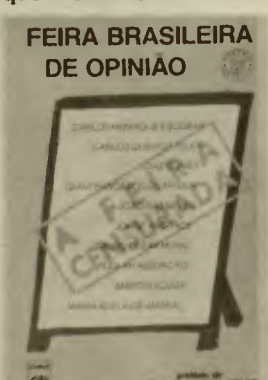
DONALD E. KEYTTOE

GD

D. Keytttoe A verdade
sobre os discos voadores



CASSANDRA RIOS
A santa vaca



Guarnieri e outros Feira
brasileira de opinião



PLÍNIO MARCOS
Na barra do catimbó



**ADELAIDE
CARRARO**
Sexo proibido



Diário do bebê
R. Delamare



**RONIWALTER
JATOBÁ**
Crônicas da vida
operária

AGUARDEM 1979



cultura

ARTES

ESPETÁCULOS

LEITURA

Dolores, do Grupo Coringa, Rio de Janeiro



Adriana Mattoso

O BRASIL ESTÁ DANÇANDO

dança e corpo: depoimentos colhidos por Cléo Ventura

texto de Cláudio Willer

Todas as épocas, culturas e momentos históricos tiveram suas danças: minuetos barrocos, requintados ballets clássicos do século XIX, valsas da belle-époque, o jazz dos anos vinte, viveram seu momento de ascensão e queda, e tiveram a ver com algum tipo de mudança social, busca ou inquietação coletiva.

O Brasil dança, mais do que nunca, principalmente nos grandes centros urbanos. Este aumento da movimentação do corpo registra-se em duas faixas de público. Uma delas, constituída pela multidão que lota as discotecas embalando-se nos sábados à noite. Já outros preferem frequentar escolas e grupos, de dança, ballet moderno, e expressão corporal, para "mexer o corpo" como forma de desreprimir-se e adquirir um grau maior de espontaneidade e liberdade de movimentos e posturas.

Eu só poderia acreditar em um deus que soubesse dançar... Agora sou leve, agora vôo... agora um deus dança em mim. Assim falava Zaratustra. Ou melhor, Frederico Nietzsche, filósofo alemão do século passado, crítico implacável de tudo que nossa civilização tem de repressivo e limitador. Para Nietzsche, o cristianismo deu veneno a Eros e transformou-o em pecado, decretando a morte do corpo, da sensualidade, do abandono aos sentidos, da integração pagã com a natureza.

A religião dionisíaca defendida por Nietzsche recebeu um número crescente de adeptos, desde a época em que foram editados Origens da Tragédia e Assim Falava Zaratustra. Muitos deles estão mexendo o ventre e quadrís com Ivaldo Bertazzo, tentando dar continuidade às propostas revolucionárias de Isadora Duncan com Ruth Rachou, ampliando seu repertório de gestos com Maria Duschenes pela técnica da



Além dos cursos de Expressão Corporal, Maria Duschenes tem promovido espetáculos, como Magitex, no pavilhão da Dança da Bienal de S.P.

Expressão Corporal, participando da elaboração de espetáculos ambientais com Lia Robatto, integrando movimentos ocidentais e orientais com Klaus Vianna, viajando pelos caminhos da Hata-Yoga, recuperando o equilíbrio do corpo e o livre fluxo de energias pela prática, do Tai-Di, de alguma outra luta oriental, a da nossa capoeira, com uma consciência crescente de que a separação entre dança, luta e celebração religiosa, é mais uma das dicotomias e formas de repartir a vida em compartimentos estanques que nossa civilização criou.

Também ampliou-se a agenda de espetáculos: o público não mais se restringe a uma minoria de entendidos no assunto, amigos e alunos, para prestigiar as requintadas elaborações coreográficas do Ballet Stagium, ou a ousada colocação em cena de conflitos existenciais e sociais de Marilena Ansaldi. São Paulo e Rio de Janeiro têm sido visitados pelos principais grupos de dança moderna, e a recepção proporcionada recentemente a Lisa Ullman, maior autoridade mundial em Expressão Corporal, foi simplesmente apoteótica.

A dança é uma das tentativas do homem de ultrapassar a si mesmo, diz

Adriana Mattoso

Lia Robatto, professora de dança na Bahia, que vem percorrendo o país com seu espetáculo ambiental Ao pé do caboclo. Para Lia, trata-se de uma procura de penetrar nos mistérios do mundo, num processo de interação tanto individual como tribal. O homem das grandes cidades também dança, sublimando as pressões que sofre do ambiente e da coletividade, sob forma de divertimento e de intensa excitação e frenesi coletivo, como por exemplo a recente discotecomania que contém um quê de sagrado. As fronteiras entre dança, magia e ritual sagrado são fluidas: Acredito que um espetáculo cênico tenha o caráter de uma celebração ritualística. A magia está na tentativa do intérprete de transcender a si mesmo, envolvendo o público como testemunha.

Esta característica de recuperação de raízes pagãs e aproximação com o sagrado também é apontada por Maria Duschenes: Os pontos em comum entre práticas de dança moderna e expressão corporal, danças de conteúdo religioso, em particular os transes de candomblé e o chamanismo, são que em ambos a integração do corpo, mente e espírito é total. Os movimentos são naturais e adequados à estrutura do corpo.

O filósofo Roger Garaudy, em um livro recente (Danser sa Vie, ed. du Seuil), assume sua fascinação pela dança moderna, e afirma que a dança é uma maneira de existir. Adepto confesso da proposta nietzscheana de recuperação do dionisíaco, admirador do trabalho de Isadora Duncan, Marta Graham e Maurice Béjart, Garaudy acredita na dança como prática capaz de transformar o homem e a sociedade: Dançar é experimentar e expressar com o máximo de intensidade a relação do homem com a natureza,

"A dança, que eu criei nada mais é senão uma expressão de liberdade"

Isadora Duncan



Adriana Mattoso

a recente visita de Lisa Ullman mobilizou todos os adeptos da Expressão Corporal e dança moderna

com a sociedade, com o futuro e com os deuses. Dançar é, antes de mais nada, estabelecer um relacionamento ativo entre o homem e a natureza, é tomar parte no movimento cósmico e no seu domínio.

Este potencial revolucionário, modificador do mundo e da humanidade que nos cercam, é assumido pelos especialistas e professores: A prática da dança consegue, pelo seu poder de libertação, que as pessoas fiquem mais conscientes de si e dos outros com autenticidade, na opinião de Maria Duschenes. Já para Lia Robatto, o alcance político de um espetáculo de dança amplia-se, desde que se abandone uma postura elitista, rompendo com a separação entre público e platéia, levando-os à participação e criação coletiva: Qualquer manifestação artística tem implicações políticas. Acredito que meu trabalho seja "revolucionário", independente do conteúdo das minhas coreografias a partir de uma linguagem transformadora, pois não acredito em arte panfletária. Como coreógrafa, organizo o espaço não só o espaço pré-destinado aos dançarinos, mas principalmente a relação palco-platéia. Em seus espetáculos itinerantes ambientais, esta ocupação do espaço pretende-se como significativa, e capaz de provocar reflexões ou mesmo atitudes que venham a mudar a es-

tratificada relação intérprete-espectador, que vem a ser um segmento da sociedade.

Os visitantes dos primeiros dias da recente Bienal Latino-Americana tiveram uma boa oportunidade de presenciar a prática destas idéias, através de uma apresentação de Ao pé do caboclo que conseguiu, pelo menos, sacudir a pasmaceira da mostra paulistana, introduzindo um pouco de movimento e de vida no amontoado de "stands", obras e caixotes, além de oferecer uma inteligente crítica do "kitsch" latinoamericanizante. Defensora de conceitos bastante semelhantes àqueles propostos por Antonin Artaud e por toda uma vertente da vanguarda contemporânea, Lia Robatto revela-se uma crítica coerente da mitificação do artista, da sacralização do espetáculo e de qualquer forma de primadonismo ou narcisismo gratuito: De nada adiantou vários mestres do balé e a genial Isadora Duncan terem apontado o caminho para a reconquista da liberdade de expressão. A dança, em geral, teima em voltar ao academismo, por mais modernas que sejam suas técnicas. O desvio para o virtuosismo puramente técnico e o requinte da forma estereotipada dos sentimentos, provocam no espectador um "deslumbramento" pelo estrelismo individualista.

J. C. Viola, Denilton Gomes e Juliana Carneiro da Cunha também participam de Macitex

Acredito que a dança exerceu uma atração mágica, ao longo dos tempos, porque ela é o símbolo do ato de viver.

A vida, contrariamente à tradição puritana, é uma aventura.

Nada é mais revelador do que o movimento.

Marta Graham



Adriana Mattoso

stadium

O Ballet Stadium, de Marika Gidali e Nécio Otero, vem funcionando desde 1971 com sucessivas apresentações pelo país e também no exterior, incluindo trabalhos como "A Rainha Louca", "Kuarup", e o recente "Dança das Cabeças". É considerado pela crítica especializada, como o grupo de dança moderna como o maior grau de elaboração e requinte técnico em nosso país.

ARTE DANÇA ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DA DANÇA

A arte para mim (não só a Dança) é um momento de verdade plena entre o realizador e sua forma de arte. Como o homem é um ser político e social por excelência acredito que tudo que é realizado com uma proposta influenciará o seu semelhante. Quanto mais verdadeira for a sua arte mais pessoas se identificarão com ele.

Marika Gidali



solicita de um indivíduo que vive na cidade grande, que ele viva sua parte criativa através do movimento, que ele liberte suas tensões com harmonia.

Marilena Ansaldi também relativiza seu trabalho (ver depoimento na pag. 53,54). O ballet moderno ajuda as pessoas a se liberarem e desreprimirem: no entanto, a verdadeira dança, a mais bonita delas, é o próprio sexo: de todas as aulas de danças a mais completa e integrada é a sexual.

A crítica de Nietzsche — e de Freud, e Reich, e Norman Brown, Marcuse,

e tantos outros — é correta e inquestionável. O Ocidente mutilou o homem; o Capitalismo criou estranhos seres unidimensionais, a cabeça cheia de fantasias de poder e domínio, e crenças mlticas na supremacia do desenvolvimento econômico, na eficiência tecnocrática, na razão discursiva — e o corpo rígido com movimentos estereotipados e recoberto de uma couraça caractereológica, retratando as consequências da repressão dos seus instintos vitais, da abdicação de uma vida ao nível do princípio do

prazer. Atualmente, frente às consequências ostensivas do irracionalismo, ao aumento em níveis insupportáveis do “desconforto na civilização”, à ameaça de extermínio de todas as espécies vivas — a nossa inclusive — e de transformação da Terra em uma monótona calvície planetária, setores crescentes da população voltam-se para o natural e para o corpóreo, como formas de ruptura com o ambiente burguês do qual provieram, e de planteamento de um novo estilo de vida.



Marilena Ansaldi — a ruptura com o ballet acadêmico

Marilena Ansaldi, após uma longa carreira como bailarina clássica, efetuou uma ruptura radical, apresentando espetáculos como Isto ou Aquilo, Escuta Zê e Fundo de Olho, nos quais coloca em questão, como tema central, a repressão em suas várias manifestações, tanto ao nível interno, inclusive expondo criticamente sua própria biografia, como externo e social.

Falar de dança, expressão corporal, teatro, imagens, música, para mim são coisas integradas porque é o que procuro fazer sem ressaltar nenhuma delas. Meu corpo e elas são um todo, um ser que procura exprimir através deles situações políticas, sociais e psicológicas. Se cada uma delas poderia influenciar em cada situação, não sei, sinto que é preciso utilizar todas elas porque nós somos um ser completo mas não preparados para assumir todas as nossas energias.

Soma somos, a soma das energias é que é transformadora, revolucionária.

Se em cada situação as pessoas se empenhassem na luta com todas elas, já teríamos exterminado todos os preconceitos, discriminações, repressões sexuais e intelectuais.

Sinto que fugi totalmente da intenção desta entrevista, mas não me sinto mais pertencendo a nada especificamente. Não rotulo nada, apenas deixo que as coisas aconteçam, na dança, na expressão corporal, na palavra.

Todos querem saber se a expressão corporal ou a dança influenciam na mudança de estilo de vida. Os estilos de vida podem mudar, as pessoas que praticam a dança podem estar em outro estágio de desenvolvimento físico e mental, mas nem por isso ainda são capazes de mudar tanto. Eu mesmo, que estou nisso há 28 anos ainda não me sinto uma pessoa completamente livre e sem complicações.

Creio que na sexualidade sim, se aprendemos a desenvolver nosso corpo no espaço, seja qual for, aceitá-lo, conhecê-lo, pesquisando sobre todas as áreas sexuais, aprendendo a amá-lo, há uma influência. A relação sexual é uma dança, a mais bonita delas a integração dos sentidos, que não deve ter nenhuma limitação de espaço ou distância; os corpos entram em vários ritmos com várias palavras, sensações, imagens e fantasias. Creio que de todas as aulas de dança a mais completa e integrada é a sexual.

Marilena Ansaldi

Confúcio dizia: “mostre-me como dança um povo e eu vos direi se sua civilização é doente ou sadia”. ... Os Bantú, encontrando um estranho, não lhe perguntam “Quem é você?”, mas sim “O que você dança?”. Pois, para o africano, o que um homem dança é a sua tribo, seus costumes, sua religião, os grandes ritmos humanos da comunidade.

Roger Garaudy

As pessoas sapateiam, mexem o ventre e os quadris, com Ivaldo Bertazzo



José Goês

Ivaldo Bertazzo, pesquisador eclético, interessado nas mais variadas modalidades de danças regionais, folclóricas e orientais, vem transformando sua academia em um dos locais mais procurados de São Paulo, por interessados em sapateado, dança de roda, expressão corporal, ou quaisquer outras formas de mexer descontraidamente o corpo.

Há vários anos que nós temos pesquisado a universalidade do movimento. O que sempre nos fascinou muito foi perceber a semelhança de movimentos da dança de roda, tanto na ciranda (nordeste do Brasil) como em danças da Europa Central. O folclore permite que o símbolo venha agir imediatamente na psique do homem.

Movimentos ensinados de geração para geração, representando a união pelo casamento, a consciência coletiva da época de fecundação do grão no solo, da colheita, etc danças onde o indivíduo mostra toda a sua integração com os elementos. Na dança de roda o dançarino se coloca nesta girando

em torno de um eixo comum a todos, se sentindo parte de um todo. Soltando as mãos, girando em torno de seu próprio eixo imediatamente passa a ser o centro. O companheiro que está a sua frente, do outro lado da roda, aos poucos se transforma em seu espelho, onde o lúdico gera a sensualidade, a integração com o outro, com o todo, o eixo comum a todos, ou seja, a ordem. A criatividade vem surgindo à medida que a pessoa mecaniza o movimento, eventualmente gerando o canto, um som comum correspondente ao movimento.

Ivaldo Bertazzo

têrem sido exatamente vilegiaturas turísticas, porém atos de engajamento no que havia de disponível em matéria de projetos revolucionários, parece, pelos testemunhos existentes, que Isadora literalmente leu tudo — Marx, Freud, Hegel, Nietzsche, e o que mais lhe chegasse às mãos e tivesse algum interesse crítico ou valor poético. Isadora Duncan declara que conseguia, lendo Kant e Schopenhauer, aliás no original alemão, tirar uma inspiração para estes movimentos de beleza pura que eu procurava. Todos os outros grandes pioneiros da dança moderna e da reconquista do corpo, Ruth Saint Denis, Ted Shawn, Marta Graham,

Mary Wigman eram pessoas lidas e informadas, que em nenhum momento compactuaram com qualquer forma de negação ou empobrecimento da linguagem ou da cultura escrita. São uma mera questão de coerência, portanto, depoimentos como os de Maria Duchenes e de Marilena Ansaldi, lembrando-nos que somos uma totalidade, que atuamos em vários registros de linguagem e dimensões: somos corpóreos, gestuais, sexuais, musicais, e também verbais, pictóricos, conceituais, e, por tudo isso, políticos, ou seja, capazes de transformar a nós mesmos e a criar nossa própria história.



O homem roído de morte, o corpo em decomposição. Bacon.



A solidão do corpo na sociedade tecnológica. Gregório.

Um dos mais terríveis documentos de uma geração, o registro da mãe e do corpo em decomposição. A morte sentida pelo artista, a morte assumindo o corpo da maternidade.

Do corpo massificado ao corpo em confronto com os mitos pré-cristãos. Wesley Duke Lee.



Grassmann, o corpo de um guerreiro mítico.

Arte, imagem do homem

O percurso da arte, nos últimos 100 anos, em busca do corpo e da imagem do ser humano

Jacob Klintowitz

Corpos dilacerados, formas humanas lançadas no espaço e cercadas de indicações de tráfego, imagens congeladas numa única e eterna posição, homens e mulheres multifacetados, concomitantes, simultâneos a si próprios, corpos decompostos e a repentina e possível glória da forma humana, um vitorioso homem total. Estes os conceitos da arte moderna, estas as visões registradas em pedra, bronze, tintas, reínas, papel, celulósio, a sùmula do conceito de homem da nossa época transformada em arte e novamente devolvida à comunidade no percurso da informação arte-sociedade e na verdadeira função da arte: registrar e criar símbolos. A arte do século vinte é do homem para o homem e o único símbolo existente é o próprio homem. O corpo dilacerado, congelado, multifacetado, concomitante, simultâneo, decomposto, glorioso, os temas de uma arte afastada do Céu e do Inferno.

A idéia que o homem faz de si mesmo obedece ao espírito da época. Primeiro, um impressionismo que percebe a realidade mutável e o homem uma breve vida transcorrida entre dois sinais luminosos. Depois, rapidamente, a constatação do homem espaço-tempo do cubismo, o homem metafísico, o futurismo, o homem sem discurso lógico do dadaísmo, o freudismo do surrealismo, o homem pop, quadrinizado, tecnológico e, finalmente, o homem corpo e o corpo templo. E, em tudo, a nova convicção de um homem arquetipal, místico, herdeiro de uma aliança com a mãe-terra. Depois deste percurso, tem pouco mais de 100 anos, o homem busca o seu corpo e a sua imagem, procura um sinal luminoso que ocorre entre dois breves momentos da Terra: a saída e a volta. A nova religião é o espaço do homem, a catedral é a terra e as igrejas são o corpo humano, uma correspondência que, curiosamente, retorna aos primórdios do esoterismo oriental e das tradições alquímicas.

Quando os arqueólogos do futuro descobrirem a nossa civilização talvez se impressionem com a imagem do homem, registrada como assunto único, independente da ação e da profissão. E tentarão perceber como o nosso pensamento se tornou acelerado a partir do impressionismo: do homem luminoso e mutável até o homem ecológico. O homem incidência da luz e o homem a própria luz, a própria terra, a própria natureza cósmica. Este homem tem sido registrado, fixado, tornado símbolo, pelo diário maior da humanidade, a arte. O mais importante pintor vivo, Francis Bacon, pinta um homem dilacerado, carcomido, roído de morte. Pablo Picasso, o mais famoso artista do século, o primeiro artista cubista, registrou o homem que se desdobra no tempo e no espaço, um homem simultâneo e concomitante. Curiosamente, o cubismo é posterior a primeira Teoria da Relatividade em apenas um ano. Giacometti captou um homem anguloso, um corpo unidimensionado, sofrido, alongado, sufocado. Munch, a alma sensível do expressionismo, gravou o corpo no momento do grito, o desespero de um grito cujo terminal foi o nazismo e o totalitarismo. Kathe Kollwitz desenhou e gravou o homem sofrido, perseguido, pobre, órfão, humilhado. O corpo do oprimido. Diferente de George Grosz, capaz de denunciar satiricamente através de um corpo irônico e tornado grotesco. Ou de Aubrey Beardsley, a sofisticação de um corpo art-nouveau, denunciador da hipocrisia.

De Chirico, por exemplo, alçou-se até as paragens da solidão absoluta para situar o seu homem-corpo, o seu corpo metafísico, o desenho de um homem não afetado senão pela capacidade de ser ele mesmo uma categoria platônica. E Van Gogh, o sábio obsecado desta época, capaz de fixar o corpo mutilado, o trauma psíquico, o espectador, o desespero, mas tudo pleno de uma sagrada luz. Seraut, um clássico de poucas obras, consciente unificador da ciência e da arte, retratista de um corpo hierático, um homem elemento da paisagem, sinal demarcativo da composição. Paul Klee, auto-eleito como o primitivo de uma nova era, gravou o homem geométrico, entre espaços determinados, composto destes espaços. E há as notáveis experiências de Max Ernst, Gonzales, Miró, autores do homem composto, o corpo de vários materiais, o corpo acúmulo, sobra de restos de sucatas, ferros velhos e objetos abandonados.

A pop-art, idéia de resposta e utilização da tecnologia, apresenta um corpo e um homem fotograficamente estabelecido, como fez Andy Warhol. Ou um corpo despido de existência, só com as vestes rituais, como fez Oldenburg. Depois o

O gesto cristalizado, fixado, o homem e o corpo condenado por toda a eternidade a ser apenas um gesto. George Segal.



corpo quadrinizado, estilizado, de Roy Lichtenstein. E o corpo duplo, hermafrodita, de Allen Jones. O corpo cartaz, apresentação de atividade, de Peter Blake. E, principalmente, o terrível homem de gesso, cristalizado num único gesto, um único momento, uma só atividade, condenado por toda a eternidade a ser apenas uma atitude e um gesto, obra de George Segal.

No Brasil é notável o registro do corpo feito por Flávio de Carvalho, nos emocionais desenhos, nos terríveis desenhos que marcaram uma geração, o registro da morte de sua mãe. Era a imagem intimista, individual, o prosseguimento dos registros sociais do corpo e do sofrimento, a marca dos oprimidos, obras de Cândido Portinari e Lasar Segall. O sofrimento brasileiro e o universal.

O escultor Xico Stokinger cria guerreiros, metal e madeira, corpos em erosão. O escultor Vasco Prado pensa um homem apolíneo. Carlos Tenius pensa um homem-corpo monumental. Todos seguem a tradição de uma escultura que ofereceu vários modelos. Henry Moore é a glória do corpo, o homem forma transformada em paisagem e horizonte. Brancusi, o corpo transformando-se em pássaro, o corpo humano em ascensão. Chadwick, Armitage, com os guerreiros em metal, erizados e comidos pela guerra.

Atualmente o artista Sergio Lima fez severa reflexão no seu livro "O Corpo Significa", teoria de um tema que, surrealisticamente, vinha tratando intensivamente. Wesley Duke Lee, fez inicialmente o seu corpo-homem submetido, massificado, mecanizado para, já mais maduro, realizar uma profunda reflexão sobre o homem, o corpo e os mitos pré-cristãos. Lívio Abramo gravou o corpo no movimento místico do ritual afro-brasileiro; Aldemir Martins o corpo em movimento do cangaceiro; Darcy Penteado o corpo subjugado em família; Brecheret, o corpo épico; Ismael Nery, o corpo lírico e surreal; Grassmann, o corpo guerreiro e mitológico; João Câmara, o corpo envolvido no político; Pietrina Checcacci, o corpo paisagem e objeto; Gregório Gruber, o corpo solitário e perdido no urbano; H. L. Fuhro, o corpo repetido e simultâneo da massificação. Há, igualmente, as experiências fracassadas e sem saída, quando se pretendeu substituir o suporte da arte pelo próprio corpo, numa arte do momento que passa, experiência principal realizada por Lygia Clark. Há, ainda o corpo mitológico e dilacerado de Maria Helena Chartuni; o corpo fotografado de Regina Vater e Greta; o corpo esartejado, de Daibert; o corpo do homem feroz ou doente, de Alicia Rossi. Como há o registro do corpo a nível popular, folclórico e componente de vastíssima iconografia espontânea, mas isto já objeto de outro artigo.

E surge um corpo de mulher

O homem tem uma visão fantasiosa do corpo da mulher



Por quê? Responde o escritor italiano Alberto Moravia.

No poema *La géante*, Charles Baudelaire imagina-se escalando o imenso corpo de uma gigante. O soneto é casto e imaginoso, mas não é uma mera bizarria barroca com base no conceito de gigantismo. Baudelaire realiza a fantasia de ir subindo pelo corpo acima de uma grande mulher, imóvel, mas não adormecida: os olhos estão abertos e brilham "de uma terrível chama", sob um véu de "úmidos vapores". Enquanto isso, o liliputiano Baudelaire vai-lhe escalando as pernas, daí sobe para os joelhos, desliza ao longo de suas coxas, tropeça no ventre, agarra-se aos pelos do púbis, pára, por um momento, na fenda do sexo, torna a subir em direção ao ventre, escorrega no umbigo, cai dentro dele e dele emerge, arrasta-se aos poucos até o peito e, finalmente — exausto de tantas emoções — adormece à sombra dos seus seios.

Dissemos que o poema não é mera bizarria. E, na verdade, ele tem um significado não totalmente apreensível. Talvez Baudelaire nele configure, com uma metáfora, o fenômeno da dilatação do corpo feminino visto pela primeira vez por olhos masculinos.

A "IMENSA NUDEZ"

Mas por que é que o corpo da mulher se dilata, levita e agiganta, na primeira vez em que aparece, em sua dannunziana "imensa nudez", aos olhos estupefatos do homem? A resposta óbvia é que é o desejo que faz com que o corpo pareça tão imenso. Um desejo que, por sua vez, se ilude, se engana e pensa ser inextinguível. Assim, ao sentido de imensidão, acrescenta-se o de infinito. E, visto através dos olhos do desejo masculino, o corpo da mulher não só cresce e levita, mas perde ainda seus contornos, esfuma-se no espaço, funde-se com o vazio que lhe está em torno, e ao qual deveria contrapor-se.

Mas há ainda mais um motivo para que o corpo de mulher se dilate e levite, aos olhos do macho inexperiente e temeroso: é que aquele corpo, ao menos em certas das suas partes, é objetivamente, realmente, maior do que o corpo masculino. O menino, habituado ao próprio corpo e aos corpos dos amigos, descobre estupefato que a mulher tem um peito muito mais desenvolvido do que o seu; que os mamilos são pelo menos duas vezes maiores; que o ventre da mulher se alarga, às vezes, a ponto de assumir uma forma esférica, enquanto o seu é mais estreito e quase oblongo; que os

flancos e glúteos femininos têm, também eles, relevos e dimensões maiores que os masculinos; e que as coxas, especialmente de certas mulheres, são bem mais maciças do que as dos homens.

Essas dimensões imprevistas do corpo feminino o impressionam tanto mais quanto são acompanhadas por outras partes do mesmo corpo, muito mais miúdas e exíguas do que as do homem: a mulher tem mãos e pés menores, rosto mais delicado e mais infantil. Ela é, portanto, ao menos em certas partes, muito maior não só do que o corpo masculino, mas do que outras partes do seu próprio corpo. Não seria mais lógico — pergunta-se então o homem — que, já que a mulher tem seios tão grandes, tivesse também mãos e pés de tamanho análogo?

A essa primeira razão para a dificuldade de se ter uma visão exata do corpo feminino, vem-se acrescentar mais um elemento perturbador: a distorsão própria do desejo que deforma a visão do macho no momento em que, pela primeira vez, ele vê um corpo de mulher. Não seria demais dizer que, naquele momento, entre o corpo feminino e os olhos masculinos se interpõe qualquer coisa de parecido com uma forte e devorante luz, que impede de ver e distinguir com clareza.

Na realidade, o homem, naquele momento, fica como que ofuscado, tem a impressão que o corpo da mulher surge em relevo contra um fundo de densas trevas, iluminado por um relâmpago por um brevíssimo momento, durante o qual ele se ilude, pensando olhar quando, na verdade, apenas entrevê. Também aqui é preciso distinguir entre o desejo subjetivo que assoma e o brilho objetivo do corpo da mulher que, sempre comparado ao do homem, surge dotado de uma qualidade luminosa devida tanto à ausência de pelos como ao relevo das formas, cujas convexidades atraem e recolhem a luz. Esses dois caracteres, de maior grandeza e luminosidade, sugerem finalmente ao macho a idéia desconcertante de que o corpo da fêmea é diferente do seu. Desconcertante porque faz supor outras diversidades, psicológicas e espirituais.

OBJETO-TABU

Nesse ponto, porém, a todos esses motivos objetivos e subjetivos para essa dificuldade de visão, vem-se acrescentar o motivo histórico-ético do tabu que, em todas as épocas, atingiu a nudez feminina, transformando automaticamente a mulher

de pessoa em objeto sexual — portanto proibido. Esse tabu atua não só sobre o homem, transformando seu desejo em vontade de posse legítima ou de rapina violenta, mas também sobre a mulher, que, por sua vez, é levada a considerar seu próprio corpo também como um objeto, do qual é depositária e usufrutuária. Assim, o corpo feminino, por causa do tabu sexual, torna-se uma "propriedade", tanto para o homem como para a mulher. O primeiro tende a apoderar-se do corpo da segunda, seja comprando-o, seja vinculando-o a ele por meio de um contrato de casamento; e ela passa a defendê-lo, mercadejá-lo, dá-lo de presente ou vendê-lo. Mas, basicamente, o tabu sexual impede o homem de "ver" o corpo feminino enquanto corpo, e ele passa então a rodeá-lo ou com o halo torvo do pecado, ou com a ilusória auréola da pureza.

Depois de tudo que já se disse, o que resta por observar é meramente intuitivo. Terminada a adolescência, o macho passa, no fundo, praticamente o resto da vida a "reconhecer" o corpo da mulher, descobrindo-o cada vez mais como uma pura e simples parte da pessoa, sem dilatações e fulgurações. Essa descoberta é extremamente lenta e gradual: a revolução sexual, o nudismo e a chamada permissividade não a alteraram de maneira apreciável. Os ritmos da natureza são muito mais lentos que os da História. A maneira vulgar de representação do corpo feminino conhecida como pornografia é uma prova — negativa — da inexauribilidade histórica do estupro masculino diante de um corpo de mulher. O que, entre outras coisas, faz supor que um grande número de homens, por causa do já mencionado tabu sexual, jamais superou a fase adolescente. A maturidade, de fato, consiste na substituição da idéia do corpo pela de pessoa. Então, as partes — digamos assim — desejáveis do corpo feminino tornam-se tão simplesmente expressivas como, por exemplo, os traços do rosto, recompondo-se em uma ordem diferente que, sem abolir o desejo, limita-o à percepção exata das diversidades femininas objetivas.

(Tradução de Cecília Thompson)

CINE NU & REPRESSÃO

Edmar Pereira

“Não existe prazer real na nudez da pornochanchada, só ostentação e culpa. Talvez seja esta a forma correta de seduzir uma platéia reprimida”

O marido puxa a calcinha da Dama do Lotação. Corte brusco. Sandra Galinha descontrai o corpo para sentar-se nua sobre seu Amor Bandido, igualmente sem roupa. Corte ainda mais brusco. O nu total ainda não pode ser completamente desfrutado pelos espectadores nem mesmo nas variantes sofisticadas e intelectualmente pretensiosas das pornochanchadas. A nudez ainda é espreitada pelos censores como alguma coisa desagregadora. Da família, do regime, do sistema. Embora, ao mesmo tempo, a correria freqüentemente sem o menor erotismo de homens e mulheres semidespidos, sirva também como anestésico contra o descontentamento da platéia.

Então, há que se relaxar e aproveitar, pelo menos enquanto imagens assim estiverem brilhando nas salas escuras. Dessa forma, o nu vai cumprindo seu papel no cinema brasileiro. Dá à censura a necessária ilusão de importância, aos espectadores a ansiada sensação de participação nas mudanças dos usos e costumes, aos produtores o dinheiro necessário à edificação de uma indústria cinematográfica. As odiadas incontinências sexuais de Sonia Braga, por exemplo, fizeram com que a Embrafilme pudesse financiar várias novas produções, inclusive, dizem, as delirantes propostas estéticas de Glauber Rocha. Sem falar que essas proezas eróticas, não apenas da irresistível Dona Flor do Lotação, fizeram com que o mercado se tornasse um pouco mais elástico para o produto brasileiro.

Tudo é verdade: o nu foi colocado a serviço da emergente indústria cinematográfica nativa. Mas este mesmo nu estaria também a serviço do espectador? Em que medida ele supera os meros atalhos entre o escritório do produtor e a bilheteria dos cinemas para atuar sobre as maneiras de ver, de sentir e de pensar de sua platéia? Que distância haverá, por exemplo, entre o nu à milanesa de Norma Bengell currada na praia em Os Cafajestes (1962), de Ruy Guerra, e as lavas de massagistas, secretárias, empregadas domésticas, solteironas mal-amadas e donas-de-casa ansiosas para tirar a roupa na meia-dúzia de situações supostamente eróticas repetidas exaustivamente em comédias e dramas atuais?



Na verdade, ao despir Norma Bengell, o cineasta Ruy Guerra estava propondo ou desafiando os espectadores a novas atitudes, a novas formas de ver e de sentir. Além disto, na época, a mera nudez em si mesma já era uma atrevida novidade. Mas a novidade e o atrevimento se tornaram crescentemente velhos e dóceis: a função do nu nos filmes atuais é exatamente o reverso. A nudez está agora a serviço dos preconceitos, da redução do erotismo, da perpetuação do sexo como forma de dominação e poder, muito mais que de prazer.

O herói deita-se com secretárias, massagistas, mulheres ociosas do que os fabricantes da pornochanchada supõem seja a alta-roda; é inevitavelmente acossado por copeiros, mordomos, figurinistas e cabeleireiros — mas só se casará com a mocinha virgem, ou pelo menos pura de intenções. Sexo, e conseqüentemente nudez, ainda é o sinônimo mais fácil para pecado. Não existe prazer real na nudez da pornochanchada, só ostentação e culpa. Talvez seja mesmo essa a forma correta de seduzir uma platéia quase totalmente reprimida, que provavelmente se identifica com os piores sentimentos dos cinematográficos sedutores em suas aventuras na vida real.

Então, a nudez (deixando-se de lado a insuficiência estética de sua exposição) serve ainda para caracterizar situações humilhantes e/ou degradantes, especialmente para as mulheres — embora nem sempre os homens consigam escapar com a autoridade que se espera. Tirar a roupa vira sinônimo de desproteção e insegurança, acompanhadas naturalmente do ridículo. O erotismo raramente vai além da mais primária concepção. E esse primarismo naturalmente não dispensa a invariável submissão feminina, mais pela força do que pelo prazer. E quando a situação se inverte, a mulher é usada apenas no papel da “inimiga”, da adversária do homem, que deve levá-lo ao grotesco. A nudez como saudável veículo para o entendimento entre os sexos parece ainda muito distante da pornochanchada. E continuará provavelmente sendo assim, a menos que esse gênero de filme (caso não esgote sua atração) salte na dianteira das repressões e preconceitos de sua condicionada e lucrativa platéia.

Gretta

A música e os ideólogos da tristeza

Juarez Fonseca

Quando Caetano Veloso falou em corpo e dança, os ideólogos da tristeza ficaram irritadíssimos. Para eles, quem prega a alegria e a desrepressão é mentor da alienação. Todos deveríamos estar tensos e de luto.



foto: MARCELO LEONI

Cae: caíram em clima.

“E o que você fez durante o verão?”, perguntou a formiga. “Eu cantei”, respondeu a cigarra cheia de frio e fome. “Pois então agora dance”, disse a formiga para encerrar o papo.

Se a cigarra dançou, ninguém sabe, ninguém viu; esse fato não interessava a La Fontaine. Mas a formiga certamente pensava que dançar era tão inútil quanto cantar e que a cigarra não merecia a mínima consideração. Não por coincidência, hoje, num país que vive o inverno (talvez já um certo outoninho), a dança também é vista como atividade bem menor. As propostas de dança são ridicularizadas como macaquice e quem as propõe não escapa de ser considerado um mentor da alienação, o sujeito que prega a alegria e a desrepressão quando todos deveríamos estar tensos e de luto. Mas acontece que os ideólogos da tristeza, à semelhança daqueles que prometem um futuro melhor pros nossos netos, não vivem o dia-a-dia da vida e observam os tolos habitantes da planície através de lentes opacas.

Quando Caetano Veloso propôs que se dançasse, “que é pro corpo ficar odara”, recebeu uma chuva de insultos e a acusação de estar com a mente colonizada. Isso como apenas um exemplo entre muitíssimos. E antes de continuar, quero deixar claro que estou falando da casta intelectualizada, ou no mínimo letrada, pois o povo nunca deixou de dançar, dança há milênios — como dançam e continuam dançando os “selvagens”, nas selvas amazônica ou africana. Mas conosco, os

letrados, o preconceito nos expulsou dos salões e das pistas nos últimos anos. De repente nos vimos com vergonha de dançar, começamos a sentir uma culpa que não era nossa. Colocamos no fundo da memória os tangos, as rumbas, os boleros, os mambos, os suingues, as valsas. E os sambas, os baiões, as rancheiras, os xotes, os xaxados.

Nos enfurnamos em casa para melancólicas reuniões “de conversa”, enquanto o toca-discos mostrava soturnos lamentos que, teoricamente, manteriam acesa a chama de nossa consciência. Enquanto isso, o povo continuava sambando e xaxando, porque samba e xaxado não deixaram de ser feitos, e enquanto isso boa parte da nova juventude, de quem foi subtraída a possibilidade de dançar com nossa música, fazia isso através dos ritmos estrangeiros, do “rock and roll”. E quer queiram quer não os ideólogos da tristeza e do sedentarismo, foi o “rock and roll” que começou a nos abrir os olhos. Foi o surgimento dessa nova linguagem musical, qualificada e — digamos — intelectualizada nos anos 60/70, que nos fez ver que também possuíamos um corpo maleável e que ainda poderíamos recuperar nosso eros, nosso lado lúdico.

Hoje já temos muito com o que dançar no Brasil, porque os ideólogos da tristeza estão perdendo seu crédito, tanto junto a nós como junto aos músicos. Há alguns anos, alguém imaginaria que o Gonzaguinha pudesse compor, sem se violentar e sem servir de pasto pras feras, uma música

dançante como *O Preto que Satisfaz*, gravada justamente pelas *Frenéticas*, o grupo que surgiu explicito para animar encontros de dança? E não se quer nem saber se as *Frenéticas* durarão dois ou três anos, se são esteticamente significativas ou se vão pro lixo do Tinhorão. Importa é que elas existem agora e isso é o suficiente. Hoje, parecemos ir recuperando nosso romantismo, nosso sensualismo, nossa vontade de também brincar. Sempre fomos um povo que dançou, de norte a sul. E as discotecas da vida têm uma referência apenas circunstancial, este texto não se refere a elas, embora seja através delas que esteja se manifestando boa parte dessa necessidade de voltarmos a dançar.

Os modismos, de uma certa forma, passam por todos os segmentos de nossa realidade atual. As discotecas são um deles, são um rótulo, e o fato de tanta gente estar dançando ao ritmo de música pré-fabricada pelos estúdios de Babilônia não invalida o fato dessa gente estar dançando. Mesmo porque, nossa música está chegando às discotecas (lugares físicos). Já estamos dançando Milton Nascimento, Chico Buarque, João Bosco, Fafá de Belém, Nei Matogrosso, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Rita Lee e por aí. Já estamos dançando.

PS — A música brasileira nascida do negro sempre propôs a dança. O samba nunca deixou de ser dançante. Nós é que não dançávamos, e o que é pior: nem no carnaval. E depois, não tem só discoteca, também tem gafieira. Além disso, este texto pode servir apenas como início de discussão. Ou não?

MUSICA do planeta terra

Júlio Barroso

Pra começar, uma pitada de óbvio: Carlos Santana. No seu último álbum, Carlos apesar de filho de mexicanos (chicano), sempre foi mais ligado a um batuque das ilhas, e a um rock negro, sob, do que no mariachi do México. Ele é o responsável pela introdução dos elementos latinos no mundo da música pop. E este seu disco é realmente uma prova de profundo tesão após 12 anos de estrada. A tiracolo, o super batuqueiro cubano Armand-Peraza, o rei das congas.

Peraza, sexagenário, faz parte

da primeira leva de músicos cubanos que fizeram a costa leste-norte-americana ferver durante os anos quarenta e cinquenta, levando Charlie Parker e Dizzie Gillespie a enlouquecerem com seu balanço infernal. Outro grande pioneiro desta época, o congueiro, Mongo Santamaria, teve lançado quase em segredo um ótimo lp meses atrás, "SO-FRITO" aonde o coroa, apelidado de "dedos de ouro", desfia um suingue dolente em estruturas que vão do jazz ao mambo com uma finesse encantadora.

Um sigilo absoluto saiu também um disco imperdível, de uma banda de "young lords," (partido radical dos latinos em Nova Iorque), uma bolacha incandescente: "LATIN ROCK". O nome da banda é bastante sugestivo, "Barrio Band" (Barrio é o gueto latino de NY). Com uma sonoridade que lembra Santana, pela forte presença do elemento rock, mas com o sabor "Sala menos diluído, com metais em brasa e percussões de terreiro brabo. E falando em terreiro "LUCUMI, MACUMBA, VOODOO", é o título do novo disco do genial pianista Eddie Palmieri, que será lançado aqui brevemente. No lp Palmieri demonstra a irmandade das culturas negras americanas, homenageando o lindo culto do Candomblé. Eddie é o músico mais criativo da atual música negra de raiz latina nos Estados Unidos, e este é o primeiro lp gravado por ele para uma gravadora de al-

cançe internacional. Ele se diz um baterista frustrado, que aderiu ao piano por não estar satisfeito com sua performance nos couros. E com toda a sua carga de africanidade, cita John Cage como sua maior influência. Eu estava certo quando dizia que a música do futuro seria a fusão de James Brown com John Cage. Ritmo avançado no espaço batuques interplanetários, a tecnologia da guitarra de Hendrix (o Grito do blues eletrocutado) em diálogo-confronto com a frieza planante da eletrônica de Stockhausen. Miles Davis provou isto com a sua arquitetura musical, que utiliza em equilíbrio a magia do silêncio (Cage) com a vitalidade dos terreiros (Brown). Como diriam os mestres do Tao chinês, o casamento do Céu com a Terra, o sonho de paz total, a aldeia global mesmo. Que existe na Arte, como promessa sonho de se estabelecer na IDA:

Giuseppe G. Pino



Miles Davis

O Grupo Bamba Moleque, formado por Antônio Krinas, Baixista e Zé Carlos II, violão, é uma banda trabalhando com sonoridades negras, com um pique vocal notável. A percussionista de grupo Cristina Berio, é filha do compositor italiano de ultra-vanguarda Luciano Berio, que, poucos sabem, é ligado em rock tendo inclusive um estudo realizado em conjunto com sua mulher Susan sobre a cena californiana psicodélica. Fora todo blábláblá, o Bamba Moleque, é um grupo interessantíssimo e o que é raro, original perde! E tem também o negão Aldeoni, experimentador brabo das estruturas sonoras afro, toca violino e percussões, e é um ilustre desconhecido. Oh, sad thing! Mas para culminar com esta falação, direi de Vinicius Cantuária, amazonense dos seringais de Lábria, e o verdadeiro herdeiro do suingue de Gil & Jorge, com uma dose de poesia pra leão, e com a peculiaridade de ser o único baterista do mundo a ser influenciado ao mesmo tempo por João Gilberto (Cage) e pelo funk negro (Brown). Compositor, cantor, musicista, e por enquanto, inédito, o que me leva a terminar relembando Torquato Neto, chamando um zé nas gravadoras do pedaço. ALÔ, ALÔ, IDIOTAS, ATENÇÃO!

OS ÚLTIMOS DIAS DE PAUPÉRIA



E caindo na gandaia, é sempre bom lembrar que a música no Rio de Janeiro não parou a vinte ou trinta anos atrás. Na tradição dos grandes sambistas, dos verdadeiros magos da bossa nova (Jobim, por exemplo), esta cidade que já foi chamada maravilhosa é palco de música viva feita por nomes novos. E que em breve estarão sendo comentados, e ouvidos. Gente de morro como Tureko, já gravado por Luis Melodia, grande melodista e vocalista, vai se fazer noyar.



Nos últimos anos, como parte de uma conscientização política continental, muito se falou em música latino-americana, dos Andes, dos Chacos, dos Pampas. Criou-se mesmo, entre as classes universitárias, uma febre de latinidade. Mercedes Soza, a falecida Violeta Parra e seus filhos, Atahualpa Yupanqui, Victor Jara (assassinado pelo governo Pinochet) e vários grupos, todos envolvidos em um "revival" das sonoridades da América Latina.

Acontece, que a América espanhola, abrange também todo um grupo de ilhas, exatamente o mar do Caribe com seus arquipélagos e uma vasta região litorânea. Aonde por finalidades geográficas, o massacre das populações indígenas foi muito mais amplo, e por localização estratégica o tráfico de escravos, foi uma das atividades que mais lucros rendeu a uma série de Casas Reais européias. Assim entre cana-de-açúcar, rum, e pirataria braba, os negros da África desenvolveram uma cultura bastante diversa da cultura sul-americana, e que tem um traço comum imenso com a cultura brasileira, desenvolvida também entre cana-de-açúcar, pirataria e cachaça. Como podemos atestar, nossas sonoridades estão mais para atabaque do que flauta de bambu.

Sendo assim nada melhor do que uma rápida descida das geladas montanhas andinas para um mergulho nas calientes águas caraíbas.



Babenco

Alguns passos a frente

Quais os acontecimentos mais marcantes do ano de 1978 no cinema brasileiro?

HECTOR BABENCO — Eu acho que o ano de 78 serviu para exemplificar de maneira clara e elucidativa o comportamento do público brasileiro em relação ao cinema em geral. Ficou provado que você pode fazer um trabalho em cima de um público potencial, maltratado, desabitado a saber o que é cinema, um público colonizado culturalmente por um tipo de cinema que não lhe diz respeito, que não tem a menor importância em termos de cultura brasileira. Veja bem, eu acho que todos os filmes são sérios, mas é inegável que os dois maiores sucessos cinematográficos brasileiros do ano de 77 — *Xica da Silva* e *Dona Flor e seus dois maridos* — apresentavam uma característica oba-obista do cinema brasileiro. Eram filmes de culto à alegria, que colocavam o corpo de uma maneira muito saudável, a transa do amor, da liberdade, do sexo, um carisma muito bonito que existe no povo brasileiro em relação ao corpo. Mas isso fez com que a gente pensasse que um outro tipo de reflexão, ou que colocasse informações sobre coisas mais sérias e cruéis que acontecem no cotidiano da vida brasileira, estaria irremediavelmente condenado a ser consumido por uma elite. Eu sempre quis quebrar essa berreira, desde o *Rei da Noite*, meu primeiro filme.

JOÃO BATISTA — O ano de 1978 no cinema brasileiro foi marcado pela abertura política. No ano passado os filmes de sucesso foram caracterizados por uma certa leveza, um certo descompromisso, às vezes até bom, não vou discutir se foram ou não bons. Outra coisa muito importante em 78 foi a expansão do mercado para filmes brasileiros. Mas a partir disso surgem alguns dados novos, e algumas contradições novas também, porque antes

o personagem mais importante do cinema brasileiro era o realizador, era ele que fazia sua pequena indústria e reunia condições de fazer o seu filme. Agora não, pois com essa nova expansão o mercado começa a mostrar sua face capitalista. Quer dizer, o mercado passou a ser rentável, e começa a atrair cada vez mais investimentos por parte dos produtores, criando assim o problema da marginalização do realizador. Neste sentido a formação de cooperativas entre realizadores, uma idéia surgida também este ano, é uma coisa importantíssima. A idéia básica é reunir uns quarenta realizadores independentes e construir uma empresa que pode ser muito mais forte do que qualquer empresa de um produtor, que pode agir sobre o mercado de forma totalizante. E a cooperativa tem essa facilidade na medida em que nós somos cineastas e entendemos o cinema como um todo. Veja bem que a grande empresa cinematográfica é uma necessidade. A cooperativa vai ser essa grande empresa, só que vai estar nas mãos dos realizadores.

BABENCO — Bem, eu não poderia deixar de citar o *Lúcio Flávio*, que tem suas virtudes e seus defeitos. Depois veio a *Dama do Lotação*, um filme muito bonito, que dá ao espectador uma resposta bem mais forte do que a que ele está esperando, que agride muito o espectador convencional. Se o *Lúcio Flávio* foi um filme na base do estômago, a *Dama do Lotação* foi mais ou menos um pontapé no saco. Depois teve *O Cortiço*, que também tem o seu valor; o *Tudo Bem*, do Jabor; o *Chuvvas de Verão*, do Cacá Diegues, mas eu não quero enumerar filmes, porque posso me esquecer de algum e cometer alguma injustiça.

JOÃO BATISTA — Bem, eu achei muito importante *A Queda*, o *Lúcio Flávio*, o *Doramundo* — sem falsa modéstia.

Além desses teve também o *Mar de Rosas*, o *Ladrões de Cinema* e outros que posso estar me esquecendo.

S & P — Como vocês, cineastas brasileiros, vêem a penetração do filme estrangeiro no mercado nacional?

o cinema dos países em desenvolvimento, cinema europeu e norte-americano, e acho que não vai acontecer nada com o espectador brasileiro se ele ficar privado desses filmes, se ele não ver o último Felline, ou o último Bertolucci. Eu acho esses filmes totalmente dispensáveis, acho que cultura não se importa, não se apesende, cultura se olha. Eu não acredito em nenhum valor terapêutico cultural, seja qual for a sua origem. Nós já vimos tudo. O cinema no mundo todo está velho, gasto, as fitas feitas nos Estados Unidos estão mortas, as fitas francesas estão mortas, com raríssimas exceções. Esse tipo de cinema que chega até nós, a nova fita do Pollack, do Pakula do Coppola ou de diretores franceses ou italianos não têm a menor importância para nós. Eu preferia que o cinema estrangeiro ficasse no estrangeiro.

JOÃO BATISTA — O Brasil ainda é o paraíso dos filmes estrangeiros, nosso mercado é um mercado ocupado pelos filmes estrangeiros. Não é um problema de xenofobia, como às vezes as pessoas entendem,

A gente não pode discriminar um Losey, um Bergman, um Visconti, porque não é o cinema desses caras que inunda o nosso mercado. O que inunda o nosso mercado é a produção vagabunda.

S & P — E o que aconteceu de mais importante na produção cinematográfica estrangeira de 1978, independente da colocação ou não do nosso mercado?

JOÃO BATISTA — Olha, eu estive em Paris com *Doramundo* e vou dizer: o cinema internacional tá numa bananosa danada. Existem poucos países onde existam grupos com propostas novas. Um destes países é a Alemanha, onde o grupo do Fassbinder, do Herzog, tem feito um tipo de cinema de canguarda no bom sentido, um cinema muito reflexivo sobre a realidade alemã. A Espanha está começando a ter uma produção excelente, está surgindo como um centro de produção cinematográfica muito promissor. Já o cinema dos Estados Unidos se radicalizou demais, pois você tem uma produção muito experimentalista, de um vanguardismo vazio, tecnológico, incapaz de refletir sobre a realidade política norte-americana, de pensar os Estados Unidos como uma potência imperialista. Quanto a América Latina, infelizmente o bom cinema desses países a gente não conhece.

BABENCO — Eu gosto do modelo do cinema espanhol, acho que a Espanha está num período muito revitalizador em termos cinematográficos. Mas acho que o verdadeiro problema é saber como os países em desenvolvimento podem se defender do cinema estrangeiro.



PRÉ ESTRÉIA

Cenas de alguns filmes
brasileiros que você
vai ver este ano.



O Caçador de esmeraldas. Nidia di Paula como In



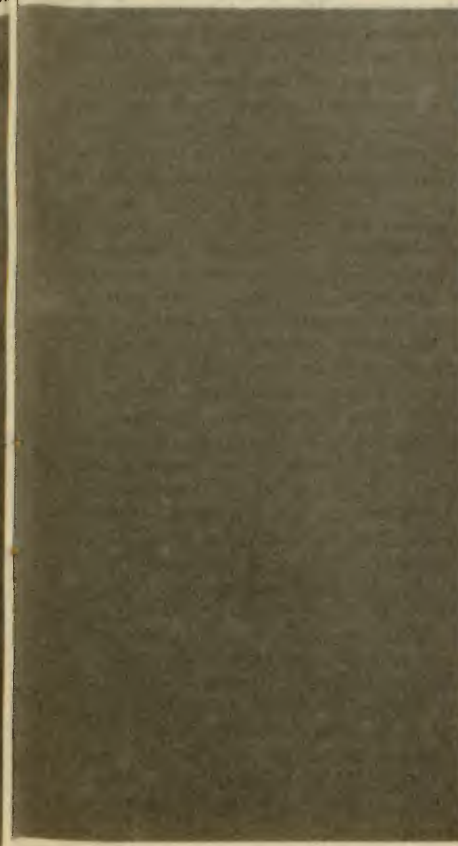
A Prisioneira e Roberto Bonfim como José Dia



Ney Latorraca, em Anchieta José do Brasil.



Rubens de Falco é o Coronel Delmiro Gouveia.



Na Boca do Mundo, com Sibele Rúbia.



Norma Benguel e Antonio Pitanga; Na Boca do Mundo.



Colbert, *Dez Anos Depois* de Eduardo Escorel, *Chave de Fenda* de José Medeiros, *Tinha Bubu no Bobobó* de Marcos Farias, *Gafieira* de Roberto Machado.

A maior empresa produtora de cinema do mundo, Embrafilme, rompe o Ano Novo com 200 curta-metragens 105 longa-metragens prontos para exibição, um investimento na ordem de 350 milhões de cruzeiros. 50% dos longas são inéditos, entre os quais 32 novíssimos em *preparação para lançamento*. Em fase de filmagem ou montagem 40 curtas e 12 longas co-produzidos ou integralmente financiados pela empresa, além de 10 filmes-pilotos dos 22 projetos especiais para televisão aprovados no início de 78. Em janeiro 22 novas co-produções serão ativadas (contratos já assinados) e em julho outro tanto, caso as novas convulsões que estão por vir não paralise o ritmo operacional. O total de investimentos neste lote-79 deve girar em torno de 200 milhões de cruzeiros, quantia coincidente com a receita anual da empresa. O estoque pode ser dobrado ou triplicado, bastando à empresa pedir renovação dos prazos de censura para o grande número de filmes herdados do INC e de pequenas produtoras falidas.

A Embra resfolega perigosamente, caldeira de alta pressão. Como pode resistir à angústia econômica, ao mesmo tempo a maior empresa Produtora (do mundo) e menor empresa Exibidora (idem)?

No decorrer de 79, e na medida de absorção da faixa de mercado que cabe por lei ao produto nacional, veremos a História do Brasil sob aspectos temáticos e ideológicos diversos, às vezes conflitantes. *Canudos* de Ipojuca Pontes, estruturado a partir de conceitos sócio-políticos, infelizmente terá menos espaço que *O Caçador de Esmeraldas*, último filme-exaltação de Osvaldo Massaine. *Coronel Delmiro Gouveia* de Geraldo Sarno, o assassinato do empresário nordestino e a destruição de sua fábrica pela Machine Cotton inglesa. *Anchieta José do Brasil* de Paulo Cesar Sarraceni, visão lírica da penetração jesuíta, provável estopim de polêmica. *Os Muckers* de Jorge Bodanzky e Wolf Gauer, uma revolta messiânica de colonos alemães no Rio Grande do Sul. Este filme, realizado em colaboração com a Alemanha Ocidental, nos remete às co-produções internacionais: *Deusa Negra*, do nigeriano Ola Balogun, a viagem de um africano ao Brasil para contatar parentes, descendentes de escravos — é uma primeira e oportuna experiência Brasil-África, um intercâmbio estimulante, necessário; o mesmo não se pode dizer de *Naked Sun* (Itália-EUA-Inglaterra-Brasil, execução de Carlo Ponti), pornoviolência, segundo seus realizadores "um produto típico internacional, sem pátria ou autor definido". A saga mucker nos remete também ao Sul do país, de onde emerge *República Guarany*, documentário de Silvio Back. Neste âmbito, documentário longo, outros estilos — *Ciganos do Nordeste* de Olney São Paulo, *laô* de Geraldo Sarno, *Projeto Trindade* de Tania Quaresma, *Gaigim* de Tizuka Yamasaki (a presença japonesa no Brasil).

José de Alencar virá pelas mãos de Carlos Coimbra (*Iracema*, a *Virgem dos Lábios de Mel*) e Fauzi Mansur (*O Guarany*), Raquel de Queiroz pelas de Perry Sales (*Dora Doralina*) e José Candido de Carvalho pelas de Alcino Diniz (*O Coronel e o Lobisomem*). Um conto de Caribé, orixás se materializando na Nova Bahia, transformou-se em *Força de Xangô*, direção de Iberê Cavalcanti. Um conto de Jorge Luis Borges é a matriz de *A Intrusa* de Carlos Hugo Christensen

(que terá outro filme na praça, *A Morte Transparente*, a "crise moral" das grandes cidades). Um interesse especial envolve a adaptação do *Sargento Getúlio* de João Ubaldo Ribello por Hermano Penna — uma novela disputada por vários cineastas, inclusive estrangeiros. *O Amante da Chuva* de Roberto Santos, *As Filhas do Fogo* de Walter Hugo Khoury, *Shirley* (sobre travestis) de Hector Babenco enfocam o universo paulista e devem ser filmes tão dispares como o temperamento e as preocupações de seus criadores. Do universo carioca despontarão *Teu Tia* de Domingos de Oliveira, *Gargalhada Final* de Xavier de Oliveira, *Fim de Festa* de Paulo Porto, *Pequenas Taras* de Maria do Rosário, *República dos Assassinos* de Miguel Faria Jr., *Revólver de Brinquedo* de Antonio Calmon, *Os 7 Gatinhos* de Neville de Almeida (segunda parceria com Nelson Rodrigues).

As crianças continuam sem muita opção, são poucos os filmes a elas destinados — *Maneco Super Tio* de Flávio Migliaccio, *As Trapalhadas de Don Quixote* de Ari Fernandes, a continuação da série *Trapalhões*. Em contra-partida, não faltará humor de grosso calibre para os adultos, os títulos, dizem tudo — *Essa Freira é uma Parada*, *O Namorado*, *O Amante de Minha Mulher*, etc. Mazzaropi alimentará seu público fiel, maciçamente localizado no interior de São Paulo, com a costureira produção nacional. A propósito, que os interessados fiquem de olho em inesperadas eclosões regionais-caipiras como *soe* acontecer, vide exemplos de Telxelrinha e *O Menino da Porteira*. *Pelé Joga Contra o Crime*, direção de Anselmo Duarte, cobertura da Warner Communications, inicia uma série, prevendo-se *Pelé Joga Contra o Voto*, *Contra o Mundo*, por aí.

A estréia do ator Antonio Pitanga como diretor (*Na Boca do Mundo*) e os novos trabalhos de Alberto Salvá (*Briga de Foice*) e Ipojuca Pontes (*Os Arrebatados*) acrescentam vigor dramático ao panorama. Panorama de múltiplos relevos, abrigando *Idade da Terra* de Glauber Rocha (um Cristo do Terceiro Mundo), *Bye Bye Brasil* de Carlos Diegues (em busca do país perdido), *Alfa Beta Gama* de Roberto Pires (ficção científica, comunidades subterrâneas). Panorama onde coexistem a proposta igrúrgica (*Agonia*, *O Gigante das Américas* e *Caminho do Céu* de Júlio Bressane, *Abismo* e *O Poeta da Vila* de Rogério Sganzerla) e o trabalho de pioneiros: Lulu de Barros (filmando desde 1915) mostrando *Ele, Ela, Quem*; Alberto Cavalcanti (filmando desde 1922 na Europa e nos EUA, último filme no Brasil em 1956) com *Profissão Culpado*; Humberto Mauro (filmando desde 1925) como argumentista e força centrífuga de *A Nólva da Cidade*, direção de Alex Viany.

Novas imagens geradas a partir de janeiro, sendo possível alguns filmes alcançarem datas no final do ano (se ficarem prontos, se ainda houver espaço): *A Trama do Medo* de Alberto Graça, *Aventuras no São Francisco* de Carlos Alberto Prates, *Guerra dos Orixás* de Marco Altberg (baseado no livro de Yvone Maggie), *Sinal Fechado* de David Neves, *A Rainha do Rádio* de Luis Fernando Goulart, *O Couro do Bicho* de Pedro Camargo (baseado em *Chapéu de Sebo* de Francisco Pereira da Silva), *Eles Não Usam Bleque Tai* de Leon Hirschman (da peça de Guarnieri), *O Sol dos Amantes* de Geraldo Santos Pereira, *O Grande Palhaço* de William

Antes que este turbilhão de imagens resplandeça nas telas e exponha sua vitalidade e sua miséria, sua resistência a tanta repressão e sufoco, seu lado generoso e inquieto de descoberta, de originalidade, seu ridículo novo-riquismo, sua deplorável propensão a lambear as botas do capitalismo, sua vontade de existir, antes que o novo ano tome fôlego, há que superar a marca do Dia da Posse. Até há pouco falava-se em um "padrão Geisel" de filme, que não chegou a se definir embora alguns analistas apontem *Tudo Bem* de Arnaldo Jabor como o exemplo que mais se aproximou deste modelo impreciso. Haverá um esforço no sentido de se atingir um "padrão Figueiredo"? Na Embra, até fevereiro, luta-se pelo poder, pela Direção Geral. Roberto Farias pode continuar no cargo. Gustavo Dahl pode cortar este impulso continuista. Existem outros candidatos, inclusive paulistas (que denunciam o controle exercido pelo Rio sobre a política cinematográfica). O princípio de autogestão — sempre um cineasta na Embra — deverá ser mantido mas boa parcela dos profissionais de cinema suspeitam que todos candidatos disponíveis (salvo alguma zebra) desenvolvem ou defendem uma política e um resultante modelo cultural que terminará contraindo o mercado aberto de produção e carreado os recursos da empresa para as grandes produtoras privadas (Clark-Barreto, R.F.Farias, Massaine), que passariam a atuar como produtoras-delegadas. O inimigo principal, todos concordam, são as multinacionais que ocupam nosso mercado e mantêm o produto brasileiro sob *dumping*. E é justamente dentro deste contexto, da luta por nosso próprio território, que a questão do afunilamento da produção se impõe como matéria primordial de decisão para quem quer que venha a ocupar a Direção. A manutenção do mercado aberto de produção talvez pareça difícil aos olhos de um Diretor Geral às voltas com os mandatos de segurança impetrados pelos exibidores, com a receita deficitária da empresa, com a pressão constante da Motion Pictures. Mas é o único caminho em que o cinema brasileiro conseguirá se manter de pé. Fechar o leque significa impedir novas propostas de comunicação, desenvolvimento de projetos marginais, obstar a ousadia e a inventiva de jovens cineastas. Uma ampla gama de expressões pessoais sempre fol, e continua sendo mais do que nunca, a única garantia de existência e vitalidade do cinema brasileiro. Levando-se em consideração a lista de filmes para 79 pode-se concluir que o leque continua aberto. Mas se especularmos sobre o tratamento dispensado a determinados filmes em detrimento de outros, ou sobre a passiva aceitação por parte da Embra dos padrões de avaliação dos exibidores, pode-se também concluir que a inclinação ao afunilamento é real e seu repuxo já se faz sentir, lenta e gradualmente. Cuidado, pois. Há um abismo na porta principal, no lugar de um projeto cultural.

Alguns filmes que seguramente acrescentariam algo à elaboração deste projeto continuam proibidos: *Assuntina das Américas*, *Crônica de um Industrial*, *Gitirana*, *Iracema*, *Manhã Cinzenta*, *O País de São Saruê*, *Prata Palomares*, *Leucemia*. Com relação ao cinema, o governo autoritário não esconde qualquer de suas faces, bicho hermafrodita ao mesmo tempo Mãe de tetas fartas e acolhedoras e Pai repressor, tirânico.

CULTURA E POLÍTICA HOJE

"O clima acadêmico está mudando, não há dúvida. Segundo Maurício Tragtemberg, 'a delinquência acadêmica' está à vista demais hoje, dada a exacerbação do modelo de exclusão cultural. É essa crise que me deixa otimista. Não terá sido à toa que na última reunião do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras, realizada em João Pessoa em outubro último, foram convidadas algumas expressões do pensamento crítico no Brasil, como o próprio Tragtemberg, José Arthur Gianotti, Francisco Iglesias, Ulisses Gualba e Modesto Carvalhosa para debater temas como a volta dos aposentados compulsórios à vida acadêmica e a introdução da Filosofia em todos os cursos de pós-graduação. Ora, se até o Conselho dos Reitores está preocupado com isso, é que tem gente demais em cima do muro e que se está percebendo que assim como está não pode ficar: ou abre ou arrebenta!

O HOMEM BRASILEIRO NÃO EXISTE

Este País está no fim do século, quando teremos 200 milhões de habitantes, um país pelado, sem nenhum controle ecológico. A Universidade deve formar uma consciência crítica/política desses problemas. A Universidade caberá em grande parte elaborar os instrumentos para um diagnóstico crítico e duro da realidade do capitalismo selvagem periférico em vigência, que tomou conta do Brasil. Há muita pesquisa sendo feita sobre essa contrahistória do Brasil, desmistificando as relações sociais e o mito da democracia racial, mostrando a persistência do pensamento autoritário entre nós. Já não vai mais se discutir se existe ou não uma cultura brasileira, se buscar um homem brasileiro, porque este não existe. O que existe são classes. Aprendemos neste tempo todo a ver e trabalhar melhor com o processo: as relações de dominação e as condições para montagem de regimes autoritários. As pesquisas que tem saldo refletem um melhor apuro teórico e metodológico, pois, por exemplo, já não são mais aplicados os princípios stalinistas aos estudos marcados pelo pensamento marxista. Veja que beleza: de uns anos para cá, a hegemonia teórica entre nós é dada por Gramsci, que é uma bela maneira de se ler Marx, pois ainda é leninista de uma certa maneira. O que irão aflorar serão mais estudos sobre movimentos sociais, na linha de um trabalho publicado recentemente "Res-

surreições Escravos e Guerrilheiros do Imperador", de Décio Freitas e do "Contestado" de Duglas Teixeira. Estaremos importando menos modelos estrangeiros apressados. Há um alargamento no horizonte das Ciências Sociais no Brasil e que ninguém segura!

"NÃO SOMOS MAIS OS FAZENDEIROS DO AR"

Haverá inclusive uma maior ligação entre intelectuais e políticos. Não está havendo mais uma divisão de trabalho acentuada, pois aprendemos a passar a bola e não somos mais os 'fazendeiros do ar'. Com as últimas eleições tivemos um quadro mais preciso do Brasil. No campo, detectamos a presença de um neocoronelismo. As velhas teses sobre as possibilidades de movimentos progressistas no campo parecem cair por terra. Agora devemos concentrar nossas atenções nas novas frações de classe do proletariado urbano, como também na nova pequena burguesia urbana, que já não é aquela do período janista, e que agora vive os riscos permanentes da proletarianização, custo de vida, etc.

O povo não surgirá 'em geral' como a categoria fechada e redonda que aparecia nos discursos dos velhos populistas dos anos 50 e 60. Parece que há novos políticos muito mais experimentados e preocupados com uma eficiente teoria das classes sociais no Brasil. É neste sentido que eu digo que "o povo já era". Esta sociedade está dividida e estratificada em classes. Neste sentido, não vamos ficar pensando no 'homem brasileiro', na meta-raça do homem brasileiro, mas sim na esperança de bons diagnósticos oferecidos pela ciência social para uma melhor compreensão das classes sociais e da má distribuição das riquezas. Em suma, o Brasil de Afonso Arinos e Paulo Prado já foi.

ORDEM NA CASA

Na medida em que não somos mais ingênuos, devemos tentar um esforço convencional mais eficiente do que aquele feito em conjunturas anteriores, definir o que é ser liberal, democrata-cristão, socialista e até comunista. Numa perspectiva histórica, não podemos esquecer que houve a liquidação da extrema-esquerda nesta última década, o que faz com que nosso quadro de referências fique mais à direita em questão de perspectiva. Como parece difícil a aceitação dos velhos populis-

Carlos Guilherme Mota, professor na Universidade de São Paulo, historiador e autor, entre outros trabalhos, de "Ideologia da Cultura Brasileira", fala a Marli Gonçalves sobre as perspectivas da Universidade dentro do atual quadro político brasileiro, seus problemas e caminhos em 1979, e a maior ligação entre intelectuais e políticos, que temos hoje.



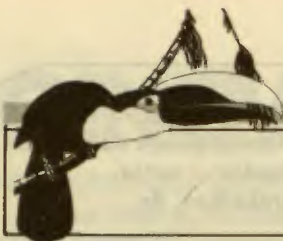
Carlos Guilherme Mota

MARLI GONÇALVES

mos hoje, o que devemos esperar é uma reelaboração cultural profunda, a busca de uma cultura socialista nacionalista em face das multinacionais, mas internacionalista em relação ao provincianismo dos tradicionais partidos de esquerda. E a questão central a se colocar para essa nova cultura socialista é a da democracia interna nas organizações, pois o risco maior que se corre é o de se cair nas opacas justificativas das necessidades de um centralismo pouco democrático. Vamos por um pouco de ordem na casa: não vamos chamar de socialistas, programas que, frequentemente, ao fim, ao cabo, são burgueses e nacionais. Não chamemos de socialista o que não é.

Quanto à Universidade, o que vai ser necessário, e já começou, é a luta pela democratização dos colegiados, que é uma luta interna, dura e longa. O presidente do Conselho dos Reitores e reitor da Universidade da Paraíba, Linaldo Cavalcanti de Albuquerque, percebeu isso e não será uma surpresa se ele for Ministro da Educação do próximo governo e responsável pelo desdobramento do Ministério de Educação e Cultura em duas novas pastas. Para quem vive fora da universidade, é difícil imaginar o quão violento foi o modelo autocrático burguês implantado nos últimos anos.

Tendo em vista que aqui e ali professores aposentados compulsoriamente vem sendo readmitidos em Universidades Federais, sobretudo aqueles que não tiveram processo, pode-se também prever que em 1979 teremos a justa reintegração de todos esses mestres. Pelo menos, nossa luta é neste sentido."



Lilian de Paula: atriz da Amazônia

Nesta carta,
Marcio
fala dos
10 anos de
vida do
Teatro
Experimental
do SESC/
Amazonas.

o teatro na amazônia

O grupo já
teve quatro
peças
inteiramente
vetadas — e
muitos
cortes nos
textos. Mas
está vivo.

Este mês o Teatro Experimental do Sesc/Amazonas comemora dez anos de atividades. Eu estou trabalhando com este grupo desde 1973 e praticamente toda a minha dramaturgia foi escrita para ele. Comigo estão pessoas das mais diversas origens sociais, universitários, professores, funcionários do comércio, profissionais liberais e operários. Estamos unidos em torno de alguns objetivos pelos quais o Teatro Experimental do Sesc se desenvolve. O primeiro objetivo é a defesa da liberdade de expressão no Brasil. Nós acatamos o conceito de Liberdade de Expressão conforme a resolução da ONU no seu Estatuto dos Direitos Humanos, bem como os princípios adotados no Brasil pela Constituição. Este primeiro objetivo não tem sido fácil e nem tem nos facilitado o trabalho. Já tivemos quatro espetáculos inteiramente vetados e em 10 anos quase todas as peças sofreram cortes de censura. O segundo objetivo é a defesa da autêntica cultura amazonense. Nós entendemos como autêntica a defesa de nossa identidade expressada pelas culturas originárias relegadas ao abandono e ao extermínio no confronto com a exploração colonialista. Neste sentido o nosso grupo coloca-se na perspectiva dos oprimidos e considera a luta geral dos povos contra a opressão como uma marca permanente de nossa autenticidade. Este segundo objetivo tem nos levado a *redescobrir* as sociedades indígenas e suas

culturas e a refletir criticamente sobre o processo histórico-social da região amazônica. A nossa filosofia, então, é a filosofia do oprimido, fornecendo ao povo, novos dados a sua luta e resgatando a história das mãos dos opressores. O terceiro objetivo do grupo é a criação de uma linguagem teatral compatível com a representação da luta popular da Amazônia. Nós entendemos que é necessário investigar a tradição histórica do teatro, uma arte que se desenvolveu ao longo dos séculos vencendo as mais hediondas formas de repressão e censura. Conhecendo o teatro em sua tradição histórica, é possível extrair técnicas de encenação eficientes para expressar a luta do povo da Amazônia, como a resistência dos índios e a surda batalha travada pelos trabalhadores na frente extrativista ou do capital. O nosso grupo é uma entidade cultural, de amadores, sem fins lucrativos. Nós funcionamos pelo sistema de consenso democrático.

Uma década talvez seja um tempo muito curto para medir uma atividade artística, ainda mais quando se trata de um grupo de teatro. Agora, um grupo de teatro trabalhando durante dez anos no terreno hostil de Manaus, Amazonas, numa cidade pobre e isolada, sem grandes tradições culturais, isto pode ser considerado uma façanha. Ainda mais quando esta cidade também sofre transformações profundas ao longo do período, saindo da condição de

centro estagnado para ponto de convergência dos interesses do capitalismo internacional.

Em 1968, ano da fundação do grupo, a cidade de Manaus começava a enfrentar um processo econômico inteiramente novo com a implantação, de fato, da Zona Franca. As mudanças sacudiram a letargia e a sociedade amazonense seria mergulhada na ideologia do consumo, obrigada a conviver com novos padrões culturais, com novas contradições e com os migrantes que chegavam em busca de perspectivas e de trabalho. O interior do Amazonas se deslocava em massa para a capital. Em cinco anos a cidade triplicou, em dez, cresceu seis vezes, um caso particularmente doloroso de explosão urbana incontrolável que ultrapassou a todas as expectativas e transformou Manaus numa imensa favela.

Manaus estava saindo de cinco décadas de miséria e insignificância política e econômica e parecia embarcar no delírio da Zona Franca. A produção cultural, que caminhava lentamente embalada pelo populismo, embota-se pelas sedução do consumismo. O moderno, para esta sociedade saída da indigência, é a tecnologia e a parafernália eletrônica. Confunde-se rádio de pilhas com progresso. Confunde-se ideologia com cultura, arte com negócio. Manaus retoma a sua alma de entreposto da Civilização Ocidental. Mas a produção cultural, enganada e seduzida, mergulha

num momento sombrio. Ninguém, nem mesmo a classe dominante do extrativismo e o seu aparato de Estado, consegue entender o que está acontecendo. Na dúvida e no espanto é mais fácil aderir à euforia. Em breve, no campo teatral, só o Teatro Experimental do Sesc estará atuando, lutando contra a corrente. O alarido do capitalismo selvagem emudece tudo. Neste momento difícil o grupo reconhece que deve assumir uma postura crítica ou ser engolido. Como disse Matthew Arnold, "em circunstâncias em que a comunicação de valores culturais se tornou impossível, a tarefa do artista é a crítica e o seu alento a reformulação dos valores no sentido de produzir um clima favorável para a criação dos poetas que virão no futuro".

Estes dez anos do grupo se desenvolvem nestas circunstâncias impossíveis. O país inteiro está mergulhado no autoritarismo, o Ato 5 acaba de ser decretado, a censura é drástica, há torturas, há assassinatos, há desaparecimentos misteriosos, os políticos estão sendo cassados, mas a economia vai mui bem, obrigado. Para o nosso grupo este é um período de aprendizado, o grupo quer investigar a linguagem do próprio teatro, no lugar da angústia uma esperança que se respalda na confiança que a luta do povo nos fornece.

Fomos o primeiro grupo a montar um espetáculo de invenção (de vanguarda?) em Manaus, o que não é grande coisa, mas é "COMO CANSA SER ROMANO NOS TRÓPICOS", uma versão debochada do "CALÍGULA", do argelino Camus, e estava afinado com o que estava sendo feito de melhor nos centros culturais do país, o que também não quer dizer grande coisa. Na verdade, quer dizer tudo, o grupo já começava arrebatando protestos, uma moção de repulsa do Conselho Estadual de Cultura (haverá muitas outras no futuro), o público, até então acostumado ao teatro de gabinete, assusta-se com os cachos de bananas que descem dos bastidores do Teatro Amazonas e com um elenco de adolescentes em sungas sumárias que simulam uma expressão corporal que não controlam. Estamos em 1968, ano em que ninguém mais controla nada. Calígula se contorce em esgares e fala com entonação carregada de teatro trágico anacrônico, o rosto besuntado de pomada minancora. As atrizes emitem o texto com a mesma placidez de qualquer mulher amazonense. No palco, discutia-se o autoritarismo. Atacavam de trajes romanos discutindo problemas tropicais. E ao constatar que o existencialismo de Camus não cabia num calor de 30 graus centígrados à sombra, transformam a discussão do poder autoritário em um probleminha corriqueiro. "Limpe-

bem os ouvidos — diz o programa — os olhos, o nariz e a boca que a poluição vem aí. O fogo e o som muito alto e a falta de comida. O seu preço vai ser cobrado pelo progresso. Os seus sonhos irão até onde for sua coragem".

O Teatro Experimental do Sesc do Amazonas já vinha recusando a cômoda aprovação, não desejava a morna afetividade que tinha sustentado o teatro paroquial e medíocre que a estagnação permitia, o cinismo do capitalismo da Zona Franca não permitia mais subterfúgios. Contra este cinismo deslavado o grupo mostrava a necessidade de provocar o debate. Aquela montagem de "COMO CANSA SER ROMANO NOS TRÓPICOS", cheia de vitalidade e ardor juvenil, encenada com talento por Nielson Menão, fundador do Grupo, era uma prova de que o teatro não apenas proporcionava uma nova experiência ao público, mas caminhava mais fundo, queria incitar novas conclusões. A situação era impossível e por isto mesmo era preciso levar o público a tomar o controle de sua vida que a conjuntura mais uma vez queria sonegar. Mais tarde o problema da História saltaria para o primeiro plano e a vida seria para o Grupo o processar da historicidade.

Atualmente estamos montando uma peça minha, "TEM PIRANHA NO PIRARUCU", também conhecida pelo título de "ZONA FRANCA, MEU AMOR". Em Janeiro estaremos mostrando este trabalho ao público do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Já estivemos em Campina Grande, na Paraíba, Rio Branco, no Acre, em Belém e São Luis do Maranhão. Somente em Manaus ela já foi levada 58 vezes no nosso teatrinho, assistida por 4.000 amazonenses.

Escrevi esta peça em 1968, no ano da fundação do Grupo. Eu não estava diretamente ligado ao teatro, entrei para o Grupo em 1973, justamente para montar "ZONA FRANCA, MEU AMOR". Mas o texto foi interditado pela censura e ficamos com ele atravessado na garganta desde então. Em 68 eu tinha participado como sonoplasta numa montagem de Brecht, "A EXCEÇÃO E A REGRA", pelo antigo Teatro Universitário do Amazonas, mas me considerava um homem de cinema. Em 1968 eu vivia em São Paulo, tinha voltado para Manaus em férias, a Zona Franca acabava de implantar-se e as lojinhas abriam como uma praga oferecendo as mais incríveis inutilidades eletrônicas. A cidade não estava mais cheirando a borracha e pau-rosa, estava assaltada por embalagens de isopor e chineses de Formosa. Havia uma euforia louca e a Zona Franca era a panaceia para o nosso his-

tórico marasmo. Em linhas gerais a peça trata de nossa perplexidade em relação à Zona Franca. Até hoje, onze anos depois, a Zona continua a desconcertar os amazonenses. A peça nem mesmo discute a Zona como processo, é uma comédia que se limita a reproduzir o esfacelamento e os descaminhos da sociedade extrativista.

Em 1976, quando preparávamos o vaudeville "AS FOLIAS DO LÁTEX", um espetáculo sobre o "ciclo da borracha", descobrimos que era necessário refutar o populismo e a ideologia da classe média que faz arte para sentir comiserção pela miséria do povo. Ao falar do "ciclo da borracha", um dos grandes mitos da ideologia extrativista, o Grupo não estava preocupado em denunciar a miséria do povo para as autoridades. Isto, quando muito, pode ser o papel de um vereador. O que nós queríamos era justamente o contrário, denunciar as contradições da classe dominante para que o povo tivesse maior clareza das razões de sua situação miserável. Descobrimos que o importante era reproduzir a classe dominante em seus lances para sobreviver e manter o controle da situação.

"TEM PIRANHA NO PIRARUCU" é um aprofundamento desta descoberta. Creio que é o nosso trabalho mais bem acabado em termos de produção. É um trabalho que avança na trilha de "AS FOLIAS DO LÁTEX", uma nova proposição crítica em relação à natureza conformista do amazonense. É também uma caricatura da classe dominante do Brasil, conivente com o imperialismo e pronta para entregar os dedos para ficar com os anéis.

O nosso Grupo comporta diversos tipos de atuação. Como teatro estabelecido, como sala de espetáculos no centro da cidade e entrada paga, ele está voltado para um público que não é propriamente popular, que é da classe média e de estudantes universitários. Mas como movimento teatral ambulante, nós andamos pelos bairros e favelas, pelas cidades do interior da Amazônia, em contato com o povo que não vem ao centro assistir teatro e nem mesmo sonha em assistir teatro. Por outro lado o Grupo acredita que o teatro é uma parcela mínima da tarefa de lutar contra a alienação, mas é a nossa forma de participar e continuamos fazendo isso com todo o empenho e honestidade.

Em dezembro de 78, aparentemente, não foi apenas uma década de trabalhos que se fechou. O nosso grupo soube resistir e manter a esperança. Junto com o país que se transforma, nós estaremos sempre preocupados com os nossos objetivos e escudados na intimidade de nosso povo.



O SONHO COMEÇOU

O sonho: aproximar os povos da América Latina da música criada por este continente. Neste texto, MARCUS PEREIRA conta a história de uma conquista que começou com o Mapa Musical do Brasil — e que dentro de dois anos vai enriquecer a cultura musical da humanidade.

Numa noite de 1965, num intervalo das apresentações que fazia num bar da Galeria Metrópole, em São Paulo, Carlos Paraná, que eu conhecera pouco tempo antes, mas com quem já construíra uma sólida amizade de infância, me falava, com uma indignação que vencia a sua timidez e a sua reserva, da impostura e da violência contra a nossa música que era a moda de então, o iê-iê-iê. Praticamente, era a música de todas as casas noturnas, todas as festas e da maioria dos discos. E a impostura e a violência se utilizavam de todos os recursos do "marketing" e da ciência das comunicações, planejando e determinando o comportamento na área da música e do lazer, de forma a criar constrangimento social invencível que possibilitasse o surgimento de opções e alternativas. É desse tempo a expressão "estar por fora" que pretendia classificar e discriminar quem não sucumbira à palhaçada geral dos embalos daqueles sábados à noite.

Então, nós decidimos resistir. Carlos Paraná abriu um pequeno bar de música brasileira, lá mesmo na Galeria Metrópole, que podia abrigar até 80 passageiros nas suas viagens noite adentro. E convidou-me para ser seu sócio, e eu concordei em ser sócio apenas simbólico, afinal ele era o artista e o profissional que iria arcar com o fardo grande que é a vida noturna. Assim nasceu O Jogral, e no Jogral nasceram outros sonhos que nós fomos capazes de tirar da sombra dos sonhos e trazer à luz da enorme arena em que se transformou a vida. E nela passamos a lutar com uma fantástica desigualdade de armas e para a qual fomos atraídos aliados. Um desses sonhos era gravar discos que registrassem a nossa visão, a nossa denúncia e que apresentassem a nossa alternativa. Os primeiros, que distribuímos como brinde de minha extinta agência "Marcus Pereira Publicidade", tinham o selo O Jogral que, depois que Carlos Paraná foi descansar lá na morte dele, passou a ser "Discos Marcus Pereira", pois decidi pegar carona na enorme repercussão do último trabalho que fiz como brinde e que distribuí para amigos e que teve o patrocínio da agência que fiz e que desfiz: a coleção de quatro discos "Música Popular do Nordeste". No segundo disco, que gravamos em 1968 na fase amadora ou não-comercial — "Brasil, flauta, cavaquinho e violão" e que observadores idôneos consideram o marco do ressurgimento do choro, eu escrevi na contra-capa: "Este disco foi produzido pelo Carlos Paraná, e lança o selo O Jogral que, um dia, pretendemos, identifique música popular brasileira de qualidade". Como disse o mestre Ingmar Bergman em seu último filme, as únicas coisas que limitam o espírito humano são a lógica e o medo. Esses também são os obstáculos que se interpõem entre a intenção e a realização, entre o sonho e sua concretização. Eu eliminei do meu espírito o medo, desmontando a mentira cultural que associa a coragem à violência e descobrindo também que a coragem é fabricada pelo amor. E eliminei também a lógica, porque é de lógica que são feitos os esquifes dos homens, do Vietnã ao holocausto da Guiana.

A minha história com Carlos Paraná, e o relato sobre como tudo começou, consta de um livro que escrevi *A vez do povo — I*

— A história de O Jogral, editado pela Hucitec, e que prosseguirá num segundo volume. Treze anos se passaram desde aquela noite, na qual um desabafo começou a assumir as formas de uma iniciativa. A impostura e a violência mudaram de roupa nos camarins onde se planeja a vida, se criam os hábitos, se determina o comportamento de mais da metade dos homens que vivem sobre a Terra. Na área da música, a roupa nova do mesmo corpo que exterioriza as decisões da indústria internacional da cultura, da música e do lazer, recebeu o nome de "rock", de "rock-punk", de "pop-music" e, finalmente, de "discothèque". E treze anos depois, no dia 4 de dezembro de 1978 uma adolescente lúcida e participante, minha sobrinha Roberta, me perguntava porque uma música, que ouvíamos, estava em 3.º lugar da parada de sucessos da Rádio Difusora de São Paulo, enquanto "Cálice", de Chico Buarque, apresentada antes, estava em 10.º. A música que ouvíamos era uma anomalia do espírito humano que me lembrou a definição de música de um amigo meu, Paulo Duarte, que pensa que é antimegalômano — mas que não é — e que diz que música é barulho organizado. O que nós ouvíamos era barulho desorganizado, doentio, agressivo, produzido por países superdesenvolvidos, esse lamentável superdesenvolvimento que se alimenta de vidas humanas e que, insatisfeito, destrói a alma dos sobreviventes, como o tamanduá chupador de cérebros criado pelo Henfil.

Eu não respondi a pergunta da minha amiga Roberta porque a indignação embargou a minha voz, assim como a emoção embarga a voz dos tribunos patriotas. E outras perguntas ela sugere. Por que a educação, em quase todos os níveis, custa uma quantia que o baixíssimo nível do ensino, principalmente universitário, não permitirá à maioria dos diplomados recuperar jamais? Por que os tratamentos de saúde, operações e medicamentos estão entre as formas mais rápidas e eficazes de enriquecimento de quem os explora? Por que, entre as atividades industriais e comerciais mais lucrativas, estão a indústria e o comércio de alimentos?

A resposta, de muitos conhecida, e exposta enfaticamente no filme Network (Rede de intrigas) é que tudo, rigorosamente tudo, se transformou em negócio. E a alma humana, onde é exercida a vocação maior do homem que é pensar, sentir e criar, está sendo vendida, à sua revelia, ao Diabo que preside a gigantesca empresa dos interesses econômicos. Assim, a dança transformou-se em discoteca, a roupa em "jean", a comida em hamburger, o cinema em King-Kong e Tubarão, a literatura em Aeroporto, Hotel e outras obras primas produzidas pelos 110 volts dos computadores. Os valores, ou os desvalores, em que pretende se apoiar esse tipo de sociedade e de comportamento são o ter, não o ser; a aparência, não a verdade; o representar, não o sentir. Essa é a filosofia do consumo, rei dessa aristocracia melancólica cujo trono está afundando no lodaçal da pobreza, da violência, do egoísmo e do medo.

Aí estão todas as respostas, inclusive a que eu devia à minha jovem amiga, em cujo espírito os valores não se inverteram ainda. E, com esta consciência, decidi abandonar uma carreira de 18 anos

de publicitário, na qual ingressei por acaso e na qual permaneci pela inércia criada pela perplexidade diante da vida e pelo fechamento sucessivo de todas as portas através das quais se via, antes, algumas silhuetas de esperança. Pude desenvolver, então, o projeto que já tinha gerado alguns discos para consumo pouco mais do que doméstico, e esvaziar um pouco o espírito dos sonhos que se acumulavam.

A edição não comercial da coleção "Música Popular do Nordeste" me deu um susto bom e mostrou um caminho que eu não titubiei em tomar, até porque sabia que o caminho que eu vinha caminhando não levava a parte alguma. A imprensa musical do Brasil, brindada pelo meu brinde, considerou a iniciativa como das mais importantes da história da música do Brasil. Escreveu Carlos Vergueiro no Estado de São Paulo de 14-1-73: "Acho que, na história da discografia brasileira, é a primeira vez que aparece um álbum tão bem idealizado, tão bem realizado, tão bem gravado e de tanta importância para a música popular e folclórica do nosso País". Então, eu vi que a indústria internacional do disco, que sempre dominou o nosso mercado, era internacional num sentido muito particular do termo, já que, no seu conceito comunitário de nações, estava apenas o dinheiro do nosso povo. Mas não estava o nosso povo, a sua arte, a sua música e o seu talento.

De repente, involuntariamente, me vi envolvido com a História e a alegria que senti tinha um gosto tão particular que eu fiquei viciado com a primeira dose. Vi que não era inarredável o eterno bater do dia sobre o dia, o insuportável cotidiano de quem tem sua vida programada pelos interesses a que se obriga a atender, recebendo em troca, por essa renúncia máxima, dinheiro falso, porque aprendi também que todo dinheiro é falso, porque o que importa na vida o dinheiro não apenas não compra, como afasta. O que importa na vida é a emoção, são os sentimentos que se traduzem em amizade, em amor, em amor ao próximo também, e todos são próximos nesta gigantesca barca em que todos viajamos vida afora. O que importa na vida, afinal, é que cada um seja aquilo que lhe aconselha o coração, como diz um samba. Sei que isto não é possível para todos, mas sei que é possível para muitos. A cenourinha-verde dos dólares contém um perigosíssimo vírus que está sendo isolado nos laboratórios da Sociologia.

Foi assim que decidi documentar a música popular, regional e folclórica, do País em que uma espirituosa cegonha me largou, faz mais de 48 anos. Acrescentei à coleção de quatro discos "Música Popular do Nordeste" mais três coleções de quatro discos cada, registrando a música do povo do Brasil do Centro-Oeste/Sudeste, do Sul e, finalmente, do Norte. Ao conjunto desses 16 discos, Sérgio Cabral, um amigo fiel do povo brasileiro, deu o nome de "Mapa Musical do Brasil". Vi-me, então, envolvido com a Cartografia o que, convenhamos, é mais sadio do que outros envolvimento que nossas famílias condenam.

O "Mapa Musical do Brasil" — à venda nas boas lojas do ramo — oferece 11 horas de música e de dança (a dança é um componente adicionado em casa pela imaginação do ouvinte), alguns depoimentos de artistas populares, o som das ruas e das procissões, do vento que as flautas modulam, das queixas antigas dos escravos de antes e dos escravos de agora que os tambores repetem monotonamente para que, algum dia, alguém as ouça.

Registra também o pranto. Está na faixa n.º 8 do volume 2 da coleção "Música Popular do Sul", "Terço Chorado". Quem chora, rezando, é o velho Trajano, de Gualba, Rio Grande do Sul.

Registra mais, muito mais. Apresenta dezenas de gêneros através de centenas de artistas e músicos que utilizam todos os instrumentos musicais conhecidos no Brasil.

Mas o "Mapa Musical do Brasil" tem também a sabedoria do povo, expressa nos ditos populares. Transcrevo um exemplo: "Viúva é como lenha verde; enquanto chora numa porta, queima na outra". Não informo em que disco dos 16 está esta comovente e agradável verdade. Quem quiser saber, que compre todos. Sei que não é um recurso legítimo de vender discos. Mas a Som Livre faz muito pior.

Na contra-capa dos discos da coleção "Música Popular do Sul", eu registrei a minha intuição sobre a condição latino-americana do Brasil. Sim, intuição, porque o comportamento dos países consegue até colocar em dúvida a informação gráfica dos mapas. Algum turista desprevenido e desinformado que nos visite, e que desperte do úlsque de bordo na zona sul de São Paulo ou do Rio de Janeiro, concluirá, coberto de razões, que chegou a um subúrbio de Nova Iorque. Mas eu tenho um "feeling" particular — e todos já viram que eu vivo na zona sul de São Paulo — e escrevi, em 1975:

"Esta coleção é mais um pedaço do mapa musical, expressão criada por Sérgio Cabral para definir o nosso trabalho de documentação da música popular e folclórica do nosso País. Com ela, nossa missão cartográfica se aproxima do fim, restando apenas documentar a região Norte. (...) Nós estamos voltando do Sul. O Rio Grande do Sul é o pedaço do Brasil mais perto da América. A região foi a que mais forte influência sofreu das culturas de língua espanhola. Porque a língua e os costumes desconhecem os limites políticos, para eles não há fronteiras e por lá — nas barbas dos fiscais da Alfândega — ocorre o mais descarado contrabando de cultura e de fraternidade. E isto ocorre nos dois sentidos, como prova o sucesso de Vinícius e Roberto Carlos em Buenos Aires. Nas letras das músicas do Sul encontram-se palavras como pinga, pago, prenda — aparentemente portuguesas — e solito, muy, mano — abertamente espanholas. Porque a América Latina não é um continente, é uma nação, com os mesmos problemas, os mesmos sofrimentos, os mesmos interesses. E as palavras são a patrulha de reconhecimento preparando a união de amanhã. E elas passeiam à vontade nas canções, nas declamações e nos improvisos dos nossos irmãos do sul e o vento dos pampas, que as trouxe, as leva de volta, em forma de milonga, com o aceno fraternal do "hermano" brasileiro.

A palavra "che", que livremente traduzo para camarada, irmão, cara, é de origem guarani. A tríplice influência que a nossa música popular e folclórica recebeu (européia, índia e afro) encontra no Sul o seu documento nativo mais importante. Há 200 anos os membros da Nação Guarani dos Sete Povos foram expulsos ou dizimados pela barbárie colonial. Mas sua cultura ficou. E da fronteira com o Paraguai, com o Uruguai, com a Argentina e, indiretamente, com a Bolívia, os povos índios e mestiços assopram nos nossos ouvidos a melancolia de suas canções e o assobio doce e terno de suas flautas primitivas, esses sons que as flautas tomam aos ventos."

O Rio Grande do Sul tem uma queixa de nós outros. No coquetel de lançamento, em Porto Alegre, Jaime Caetano Braun, o maior improvisador que conheci, e que lá se identifica como "pajador", numa clara traição à língua portuguesa, disse-me: "Che, o Brasil descobriu o país do Sul? E mais adiante, numa roda: "Foi preciso um paulista vir aqui para tirar a gente desse isolamento". Jaime Caetano abriu a enorme e longa festa em que se transformou o que estava previsto para ser um coquetel convencional, oferecendo a mim e à minha mulher Carolina uma "pajada" que foi gravada.

A queixa gaúcha transmitida através de Jaime Caetano Braun talvez seja um disfarce para ocultar a velha intimidade da gente do sul construída através de favores e conversas por cima dos muros falsos das fronteiras com toda a vizinhança latino-americana. O Rio Grande do Sul é um Estado brasileiro latino-americano, enquanto o resto do País desconhece, ou parece desconhecer, essa condição. Mas o pampa é um país e essa ligação siamesa insere o Brasil talvez no mais sofrido e perplexo continente do mundo.

As formigas ensinaram que a união faz a força e alguns homens aprenderam. Mas o jaguar sabe que a desunião dá o poder, por isso ele dispersa os rebanhos e devora a presa solitária. Outros homens aprenderam com o jaguar. A América Latina vem sofrendo um processo de destruição dos seus valores culturais nacionais e, em alguns países, de forma mais dramática do que no Brasil, se é possível imaginar que seja possível. É o caso da Venezuela.

Em agosto deste ano, fui procurado, em São Paulo, pelo prof. Eduardo Lira Espejo, chefe do Departamento de Relações Internacionais do CONAC — Conselho Nacional de Cultura, órgão executivo do Ministério de Cultura, Ciência e Tecnologia do governo venezuelano. Consultou-me, então, sobre minha disposição de visitar seu país, como convidado do Governo, para entendimentos relativos ao projeto "Música de la América". Informou-me o Prof. Lira Espejo que essa idéia nascera quando soube da existência de um mapa musical do Brasil e de ter se inteirado de suas características e conteúdo. Eu só pude atender ao convite em novembro, quando passei 8 dias em Caracas. Então senti o interesse concreto do governo venezuelano, expresso pelo Ministro da Cultura, Salcedo Bastardo, e da disposição de contribuir, através do CONAC, com metade dos custos previstos para a pesquisa, gravações e fabricação de uma tiragem inicial de 10.000 coleções de 24 discos, abrangendo os 25 países da comunidade latino-americana. Subscribi um documento, redigido na língua de Cervantes, para tramitação burocrática. Então, retirei-me para aposentos alugados para nosso justo repouso, meu e de Carolina, no "Hotel Holyday Inn" e ingeri algumas doses de um líquido escocês que conheci recentemente através de Fernando Peixoto, que não se refez ainda do espanto causado pelos benefícios que faz à alma da gente. Estimulada por esse milagroso líquido, minha alma abandonou-me e começou a sobrevoar a América. Ela deteve-se primeiro na minha discoteca em São Paulo, onde tenho discos de todos os países latino-americanos e que ouço sempre com alegria e com tristeza, a alegria da beleza que encerram e a tristeza pela solidão em que vive a música que registrara. Se os engenheiros aeronáuticos descobrissem o segredo do sistema propulsor que o nosso espírito utiliza para voar, teriam economizado a gigantesca quantia gasta no projeto "Concorde". Porque, uma fração de segundo, depois minha alma estava num parque da cidade do México, onde embarcações, enfeitadas com guirlandas de flores, deslizavam em canais que se entrelaçavam, como uma Venezuela tropical, impulsionadas pela música dos "Mariachis". Depois, me vi em Buenos Aires, numa casa de tangos, onde se apresentava uma espécie de Pixinguinha do bandoleon. Ao meu lado, uma amiga que o tempo levou. Minha alma decolou sem destino e me surpreendeu com um pouso imprevisto: nas escadarias de uma igreja de Cuzco, na hora do "Angelus", um velho índio falava com Deus através da sua flauta. Eu e Carolina nos afastamos, como se aquela enorme escada e aquele enorme pátio fossem sua clausura. De repente, me surpreendo indignado com um turista que, bêbado, tentava tocar uma rumba, num cabaré de Havana. Só então percebi que adormecera, porque nunca estive em Havana e lá não existem mais cabarés.

Regressando ao Brasil, inteirei o Embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima, meu amigo e amigo da música popular brasileira, Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, dos entendimentos mantidos em Caracas. E, num prazo inédito quanto às decisões de órgãos públicos, Paulo de Tarso me telefonou comunicando a decisão do Presidente do Banco do Brasil, Carlos Richibitter, de contribuir com a outra metade dos custos previstos para o projeto que tomou o nome definitivo de "Música Popular de Latino-América". Ocorreu-me que o Bando do Brasil nunca foi tão do Brasil assim; e que o Itamaraty teve um gesto inspirado pelo Barão do Rio Branco.

O sonho de uma unidade continental deu o primeiro passo da lagarta que é, para a borboleta que poderá ser. A ansiedade de todos esses povos, a riqueza que guardam e que a ferrugem do desinteresse está destruindo, o confronto de sua cultura rica com uma cultura pobre, estranha, doentia mas armada com os canhões do rádio, da TV do "show-business", tudo isso explodirá no grito uníssono que, juntos, brevemente, darão os 25 países que compõem a América Latina, descoberta por Colombo há quase 500 anos. Se ele soubesse o que iria acontecer, não teria escondido.

LEIA

LIVROS



Polêmicas, análises, críticas e indicações.

Relação completa dos lançamentos e reedições de livros e discos do mês.

☐ Como não conheço o LEIA LIVROS, desejo um exemplar Grátis.

☐ Envio cheque de Cr\$150,00 em nome da Editora Leia Livros p/ assinatura por 12 m.s.

Nome:

End.:

Cx. Postal: cep.....

Cidade: Estado:

Ed. Leia Livros - R. Barão de Itapetininga, 93 - 12º, C. Post. 30644 - CEP01042 - São Paulo - SP

O maior lançamento do ano!

4ª EDIÇÃO

**UM CLÁSSICO
SOBRE A
REVOLUÇÃO
RUSSA
RELATADO
PELO
GRANDE
REPÓRTER
AMERICANO**

JOHN REED



Cr\$ 90,00 272 pág.

É uma obra que eu gostaria de ver publicada aos milhões de exemplares e traduzida para todas as línguas..."
V.I. LENIN



R. José Antonio Coelho, 814 - Cep 04011 -
Fone: 549-3137 Caixa Postal 45329 - 01000 - C.
Mariana - São Paulo - S. P.





chega de intermediários

Quem andou observando a vida musical brasileira de algum tempo para cá, certamente terá se apercebido de dois fatos significativos. Em primeiro lugar, houve uma intensa movimentação das empresas estrangeiras do disco, no sentido de aproveitarem o "boom" dos modismos musicais alienígenas (rock, soul, discotheque, etc.), servindo-se deles para massificar suas imagens. Em segundo lugar, como consequência e oposição a tal fato, a classe musical começou a articular-se, através da criação de esquemas alternativos, visando preservar as condições de trabalho essenciais para que a MPB possa sobreviver nessa maré que — como já se viu — não está mesmo pra peixe.

O que ocorre, é que as multinacionais do disco (que por seu poderio e organização sempre tiveram nas mãos a nossa vida musical) passaram, de algum tempo para cá, a se assumir realmente como empresas estrangeiras, deixando bem claro que não querem ter qualquer tipo de compromisso com os projetos nacionais. Interessa-lhes apenas o nosso mercado, não a nossa cultura. Em suma, o essencial para uma multinacional do disco, hoje em dia, é vender e divulgar ao máximo o seu catálogo de música internacional. Se até 1970, aproximadamente, ainda havia interesse dessas grandes empresas pela música brasileira (que chegaram, inclusive, a dar cobertura aos movimentos de renovação musical), hoje em dia esse interesse diminuiu e ficou circunscrito apenas à música sw consumo, que vende muito, tem retorno imediato e é inofensiva. Mesmo assim, repetimos, o essencial para essas multinacionais é a colocação de seus catálogos internacionais em nosso promissor mercado.

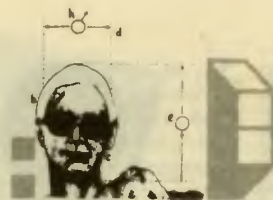
A saída óbvia para a música brasileira seria, portanto, as grandes empresas discográficas nacionais. Estas, entretanto, debatem-se com toda a sorte de problemas: quando não estão passando por sérias dificuldades econômicas, tendo de enfrentar concorrentes poderosos em condições desiguais, cometem o supremo erro de guiar-se pelo figurino imposto por aqueles. Sem coragem para fazer da MPB o seu cavalo-de-batalha, terminam por entrar na briga com as mesmas armas do inimigo — e, conseqüentemente, com mais condições de perder. E é tanto rock, tanto som-discotheque que produzem, que poderíamos até dizer que não há nada mais estrangeiro que certas gravadoras brasileiras. Infelizmente.

Um fato novo porém, parece indicar que nem tudo está perdido para a MPB. Configurada a quase-falência do esquema empresarial na condução dos negócios da música brasileira, os artistas resolveram assumir, eles próprios, os seus meios de produção. Assim, no campo do show, a figura do empresário está sendo pouco a pouco eliminada, enquanto os artistas formam suas próprias agências de empresariamento — como é caso da "Trama" (Elis Regina), da "Saci" (Quinteto Violado) e de outras. As editoras musicais também estão passando para as mãos dos artistas, ao mesmo tempo em que eles próprios montam estúdios de gravação e projetam ter seus próprios selos discográficos. Um grupo de artistas (Chico Buarque, Paulinho da Viola, MPB-4 e outros) já entrou em negociações para adquirir o controle da fábrica Rozenblit, do Recife, e de lá partir com um projeto de interesse para a MPB.

Estamos assistindo, portanto, ao surgimento do esquema de produção independente, em que os próprios artistas realizam seus trabalhos sem a tutela de empresários, editores musicais, gerentes de gravadoras, etc. Um esquema que vem dando certo nos EUA há bastante tempo. E que pode significar uma alternativa para a sobrevivência qualitativa da MPB neste mercado que, embora crescente, é cada vez mais ocupado pelo "imported sound."

MARCUS VINÍCIUS

MEDITAÇÕES de emergência



ROBERTO PIVA

ANO XV DO CAPITALISMO SELVAGEM

Barbárie n.º 1

"eu vos recebo à porta de meu limbo"

Jorge de Lima

a publicidade invadindo o cérebro. os adolescentes agonizando de tédio & consumindo sublimação & tédio. comer carne só para quem ganha uns 10 salários mínimos. há 10 anos o brasileiro só come sanduiche. come?

Barbárie n.º 2

embrutecimento generalizado. todo mundo com medo de amar. de se entregar. a karetece é isso: a Moral & Cívica agindo no CORPO & na CONSCIÊNCIA. esquizofrenia em ascensão.

Barbárie n.º 3

mendigos em todos os lugares da cidade. nos ônibus gente dormindo (a maioria) em qualquer hora do dia & da noite. bagaço. o brasileiro está morto-vivo sustentando duas burguesias: a daqui & a da metrópole.

Barbárie n.º 4

vitória da Arena nas pequenas cidades. isto prova que Hitler & o Rock Rural tem vovós morando no interior & na Bahia. na minha opinião o Fuhrer está vivo em Brasília.

Barbárie n.º 5

qualquer deputado do MDB "autêntico" que queira se reeleger com certeza até o ano 2.000, deve batalhar pela semana com apenas 4 dias úteis, ou seja, reservar sexta, sábado & domingo para o cidadão gozar a vida. atualmente apenas lutamos pela sobrevivência. quando sobrar tempo para VIVER?

Barbárie n.º 6

releitura do poema "O desespero diante da mutilação" de Jorge de Lima. perfeito & inquietante. a ideologia de consumo proposta pelos anunciantes na tv escamoteando o problema da morte. todo mundo pensando que é eterno, que a morte é sempre a do Outro. mesmo os que entram nesta casca de ovo chamada Fusca.

Barbárie n.º 7

crânios empilhados na porta do Hilton Hotel. turistas americanos caçadores de cabeças & de onças. índios vendendo fubá na praça da República.

Barbárie n.º 8

garoto travesti de 15 anos, office-boy durante o dia, estuprado & morto a pauladas na Viala Brasilândia por policiais. Pasolini, desperta! o trópico enlouqueceu!

Barbárie n.º 9

tudo bem. legal. tamos aí. legal. tudo bem. ôi. legal. tudo bem. ôi. tamos aí. o maior barato. legal. tudo legal mesmo. falô.

Barbárie n.º 10

saúvas invadindo velórios em toda parte. índios atirados aos rios de piranha. vértebras estaladas na noite. na esquina da av. São João um adolescente morre de amor. vãos cegos dos anjos da desgraça.

Barbárie n.º 11

engolindo a alma dos mortos. o fio elétrico ligado ao ouvido. o mundo marcha. frutas tropicais melando a noite. um alucinado lendo Raul Bopp. trombadinhas apunhalados no subúrbio. periscópio do inferno girando na ESCURIDÃO.

Regina Vater: "O que é Arte? São Paulo Responde", Massao Ohno Editor, 1978

Os 105 bilhetes devolvidos a Regina durante a Feira, acabam de ser editados em forma de livro por Massao Ohno, constituindo-se em um dos lançamentos mais interessantes deste ano. A reprodução dos textos manuscritos, em "fac-símile", tais como foram recebidos e sem nenhum critério de ordenação ou classificação, confere um elevado grau de autenticidade a este trabalho. A autora retrai-se, reserva-se o espaço de um breve prefácio, e deixa os respondentes falarem; consequentemente, tem-se um

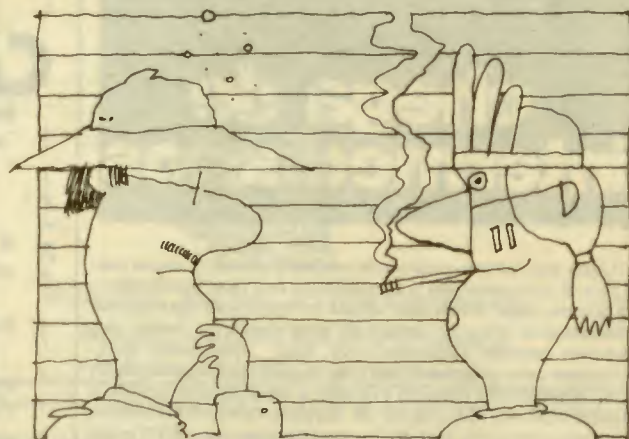
Para alguns dos textos, a arte seria uma manifestação do sagrado, do “belo”, de valores transcendentais ou superiores, para outros, uma forma de comunicação entre pessoas, ou de expressão de sentimentos íntimos e profundos, ou uma ferramenta de transformação do mundo, e da sociedade. Há críticas ou relativização do próprio conceito de arte (coisas como “uma mercadoria a mais na arena Kapitalista), e as aproximações entre arte e vida: “arte é a vida, embora nem sempre a vida seja arte”; “a arte é amar”; “este pedaço de papel escrito pode ser também uma arte”.

Comparecem também referências diretas ao que estava acontecendo: “arte é isso”; “os teatros devem ser abertos a todos aqueles que tem sentimento”; “este exemplo, que se repita todos os dias”; “... é também esta festa maravilhosa”.

Para aqueles que, como eu, participam mais diretamente da Feira de Poesia e Arte, são as respostas mais gratificantes, mostrando que muitas pessoas efetivamente perceberam o que se estava pretendendo com tudo aquilo: a participação coletiva, a

ruptura das relações convencionais e autoritárias entre o artista, sua obra, e o público, a reafirmação da relação indissolúvel entre criação artística e liberdade.

Claudio Willer



Guto Lacaz

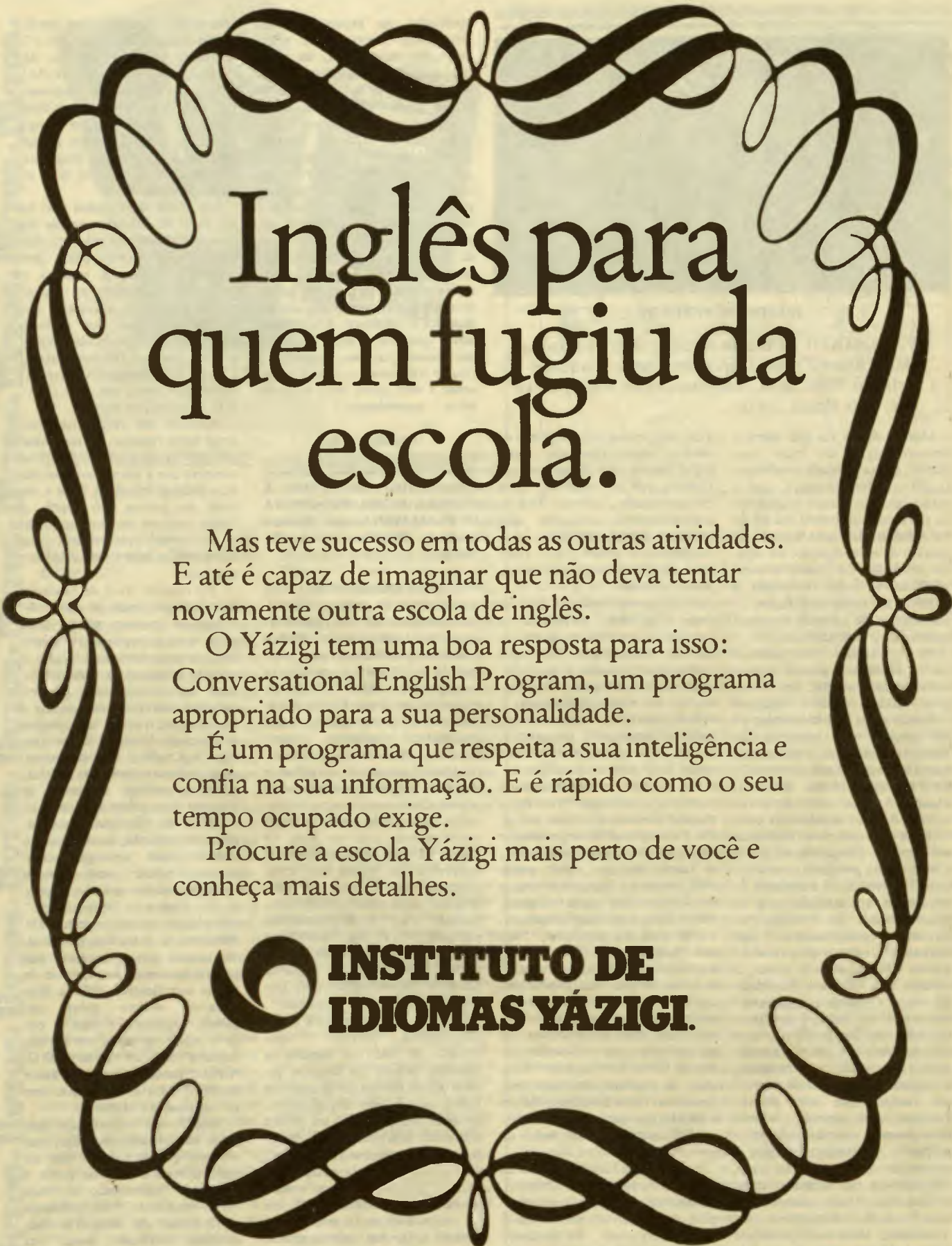
O surgimento da edição brasileira do último volume da obra de Castañeda ("O Segundo Círculo do Poder", Ed. Record) trouxe novamente à baila a costumeira arenga sobre a *verdade* ou não dos acontecimentos por ele narrados, na verdade o aspecto menos importante da questão, a não ser para a crítica positivista e para o sub-momento literário brasileiro, submerso na mesmofilia da moda do "romance reportagem". Sobre o texto propriamente dito, que no final das contas deveria ser o objeto da crítica, nenhuma palavra. Este, como ocorreu com os volumes anteriores, permanece desapercibido entre os tradicionais equívocos da crítica e a algarazra ideológica de seu público leitor.

Pois se de um lado temos os cacoeiros positivistas, do outro temos aquela notória configuração de humores e pseudo-visões de mundo "freaks". Este tipo de antagonismo é tão velho quanto o surgimento da literatura burguesa no século XVIII, quando alguns setores da burguesia emergente opunham ao intelectualismo delicado e anódino da aristocracia o emocionalismo. E é a este mesmo século XVIII, no final das contas, que pertence esta moda "freak" em torno de Castañeda (e de todo um repertório afim) mais especificamente ao mito roussoniano do "bom selvagem."

A obra de Castañeda fica entre parênteses: ao lado de alguma

Enquanto este tipo de narrativa fica à espera de uma análise mais séria e específica, o leitor continua à mercê da saraivada de mal-entendidos antropológicos que se iniciou com a descoberta da América. Conta Lévi-Strauss que em seus primeiros contatos diferia basicamente o enfoque dos europeus sobre os ameríndios e vice-versa: enquanto aqueles — para justificar a escravização — consideravam estes como animais e procuravam demonstrá-lo pelos argumentos dedutivos próprios às ciências humanas, os índios consideravam os europeus como deuses e procuravam prová-lo empiricamente, à maneira das ciências naturais: afogando-os para constatar se eram sujeitos à putrefação. “Em igualdade de ignorância, o último procedimento era certamente mais digno de homens”, conclui o autor.

Raul Fiker



Inglês para quem fugiu da escola.

Mas teve sucesso em todas as outras atividades. E até é capaz de imaginar que não deva tentar novamente outra escola de inglês.

O Yázigi tem uma boa resposta para isso: Conversational English Program, um programa apropriado para a sua personalidade.

É um programa que respeita a sua inteligência e confia na sua informação. E é rápido como o seu tempo ocupado exige.

Procure a escola Yázigi mais perto de você e conheça mais detalhes.



**INSTITUTO DE
IDIOMAS YÁZIGI.**



INTERNACIONAL

O debate é o nosso sol. Exatamente por isso, abrimos a *Internacional* de janeiro com um texto polêmico do veterano jornalista francês Jean Lacouture sobre o Camboja. Não concordamos com tudo o que diz, mas achamos fundamental que possa dizer o que pensa. Além disso, ele levanta problemas que precisamos discutir ao céu aberto. O que aconteceu no Camboja desde que as tropas do Khmer Vermelho entraram em Phnom Penh, a 17 de abril de 1975? Como vivem os 8 milhões de cambojanos, desde a queda do regime titer de Lon Nol? Ao lado do texto violento de Lacouture, publicamos uma carta, curta e grossa, do conhecido professor americano Nohan Chomski. Muito sol, portanto, na abertura da seção.

Em seguida, destacamos uma entrevista exclusiva de Mário Soares, e um belo

trabalho de reportagem sobre a Nicarágua. O ex-primeiro ministro português fala de problemas extremamente atuais, com referências diretas à situação brasileira. E a reportagem sobre a Nicarágua conta um capítulo, nobre e sangrento, deste imenso livro épico que os povos latino-americanos vêm escrevendo, para os ávidos leitores livres do futuro.

Aparentemente, não há relação direta entre as partes, neste mosaico internacional de janeiro. Mas é, podemos garantir, um mosaico de verão, porque o conjunto está iluminado pelo mesmo sol da divergência democrática — a polêmica saudável que nos bronzeia a pele da alma.

R. K.



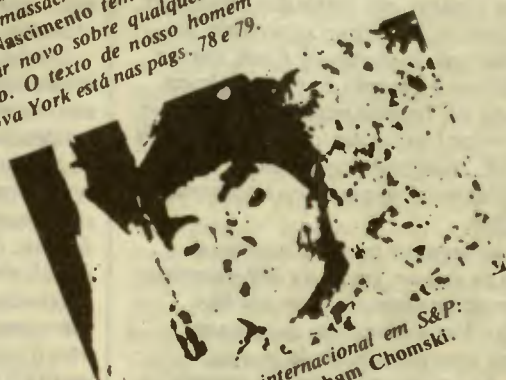
O líder social-democrata português Mário Soares dá sua receita para a América Latina: democracia mais democracia = democracia. Ele foi ouvido por nossa repórter Yara Peres, no Canadá. Págs. 90 e 91



Rolou tinta e mais tinta em torno do massacre da Guiana. Mas Abdias Nascimento tem sempre um olhar novo sobre qualquer situação. O texto de nosso homem em Nova York está nas pags. 78 e 79.



Eduardo Galeano estreia em S&P escrevendo- do exílio na Espanha- sobre a terra que ele deixou há muitos anos, o Uruguai. São sempre histórias tristes. Mas que devem ser lidas. Pgs. 96 e 97.



Uma polêmica internacional em S&P: Jean Lacouture x Nohan Chomski. O que divide estes dois importantes nomes da cultura internacional? É o Camboja. Pgs. 80 a 87.

O horror tocou fundo o coração de quem viu pela televisão aqueles montes de cadáveres espalhados em semicírculo frente ao pavilhão do Templo do Povo, numa clareira aberta no seio das matas da Guiana. Alguns morreram enquanto num derradeiro abraço, outros no meio de um gesto de amparo a uma criança; porém todos, pela disposição de seus corpos inanimados, formavam como que uma ciranda de macabra fraternidade. Estavam ainda no local sinistro onde a solução de cianureto correu de mão em mão, o palco onde centenas e centenas de corpos tombaram para sempre. Suas roupas coloridas, no entanto, eram um contraponto de vida, uma negação da morte: tons de vermelho explosivo, azul-profundo, amarelo-febril, verde... Aquela explosão de cores alegres não significava luto; antes, pareciam clamar pelas vidas que inutilmente se foram.

A tragédia principiou no sábado, 18 de novembro, quando o deputado norte-americano Leo J. Ryan e mais quatro pessoas que o acompanhavam foram chacinados em Port Kaituma, perto da cidadezinha de Jonestown, no momento de tomar o avião de regresso aos Estados Unidos; tinham visitado a comunidade fundada pelo reverendo Jim Jones, cuja organização religiosa tivera incio há mais de vinte anos nos Estados Unidos, onde se expandiu principalmente no Estado da Califórnia, cidade de São Francisco. Cerca de uns três ou quatro anos atrás, o rev. Jones se transferira para a Guiana e estabeleceu em Jonestown, com grande êxito, uma cooperativa de produção agrícola, e onde tentava criar uma nova vida para ele e seus seguidores. O deputado Ryan fora lá a fim de se informar (ou investigar?) denúncias de torturas, desregramentos sexuais, impedimento dos crentes que desejavam voltar para os Estados Unidos, etc. Parte dos habitantes da colônia de Jonestown procediam da zona eleitoral do deputado Ryan, daí sua relação com o Templo do Povo. Alguns membros do Templo resolveram regressar aos Estados Unidos junto com o deputado e, parece, residir neste episódio, o estopim que deflagrou o massacre no improvisado aeroporto.

No dia seguinte correu a espantosa notícia de que um grupo de 200 membros do Templo se dispunham ao suicídio coletivo. Era, entretanto, apenas uma ameaça, uma possibilidade. A qual pungentemente concretizou-se quando na segunda-feira se soube que o rev. Jones praticou o suicídio-juntamente com 383 dos seus discípulos; um ou dois dias se passaram e o número dos suicidas elevou-se para 410; em sua dramaticidade ascendente, a conta atingiu depois a casa dos 780. Finalmente, no momento que redijo esta nota, a cifra

Abdias Nascimento



AXÉ

Suicídio coletivo, aterrador, os deuses em massa, a nova cruzada em bônus. Mas não há, realmente, o que poderia ser considerado nas "chamas" de Jonestown, a dada importante: se por cento dos membros do Templo do Povo eram negros. Deixando as verdades raras da "guerra" entre a igreja e o povo correspondente em Nova York, Abdias do Nascimento, um ângulo inteiramente oposto ao das notícias internacionais de notícias, as contradições da sociedade americana, e os motivos que levaram aquela comunidade ao ato mais extremado de suas vidas.

Mirna Grzich

"Vocês devem morrer com dignidade"

balança entre 912 e 918! Dificilmente uma notícia jamais produziu impacto tão chocante, doloroso e terrível.

Qual a explicação ou as motivações que conduziram tantos seres humanos a conjuntamente cortarem o fio da própria existência? Há aqui nos States uma fatura de palpites, especulações e conjecturações pretendendo iluminar o insondável abismo em que se afundaram tantas criaturas. Jornais, rádios, televisões, convocaram o auxílio de cientistas, filósofos, scholars e de religiosos, os quais tem falado e escrito extensamente sobre o funesto episódio. Mas o segredo, o mistério mesmo do seu gesto extremo, o rev. Jones e seus companheiros levaram consigo, selado para sempre na mudez definitiva.

Há, contudo, um aspecto que tem sido completamente subestimado ou negligenciado (a propósito?) em todo o noticiário e discussão: 90% dos suicidas eram negros. Este é um dado fundamental

e imediato para quem quiser realmente chegar ao menos perto da compreensão do absurdo sentido desse suicídio massivo. Que o rev. Jones agira como um louco ninguém discute. Mas no momento decisivo, quando muitos crentes esperavam na fila sua dose de cícuta, e a maioria deles já se contorcia no chão convulsionados pela agonia, o rev. Jones, segundo uma testemunha ocular, pelo microfone advertiu em voz alta: "Vocês devem morrer com dignidade". O desesperado líder estava se dirigindo a negros americanos sem esperança, daqueles mesmos que a sociedade norte-americana tem negado viver com dignidade. Naquele instante definitivo, em sua demente lucidez, o reverendo tentou resgatar para eles, ao menos à beira do túmulo, a dignidade que em vida lhes fora usurpada.

Para os devotos ou ideólogos do registro objetivo dos fatos, é simples e fácil rotular a tragédia e o horror de Jonestown com

"Várias são as implicações da tragédia de Jonestown. E se existe implicitamente uma condenação à sociedade capitalista, há, também, implícito, a negação do messiânico fanatismo marxista. O caminho do negro está fora de ambas soluções." (Abdias)

resultado do mero arbítrio de um Messias fracassado e enlouquecido. Tampouco satisfaz a versão de que o rev. Jones praticou a lavagem cerebral nos crentes, transformando-os num rebanho cego e obediente; e que assim ele teria adquirido um poder sem limites que o conduziu à loucura e à paixão pela morte. São desse teor algumas das interpretações de psicólogos, psiquiatras, antropólogos e cientistas políticos que tenho visto e ouvido na televisão ou lido nos jornais. Frequentemente incriminam o suicídio de assassinato, inclusive porque as 260 crianças não beberam espontaneamente a morte liquefeita: a enfermeira da comunidade, com uma seringa ia espirrando o veneno em suas inocentes gargantas.

Realmente existe muito a ser questionado nos supostos suicídios ou assassinatos. Quem, ou o quê, por exemplo, estava invisível, por detrás daqueles copos de bebida mortal correndo de mão em mão? O rev. Jones, a fanática obediência ao rev. Jones? Isto não explica satisfatoriamente; sabemos que o próprio apóstolo Pedro, fanatizado por Jesus, o negou três vezes e por muito menos, só porque viu o Divino Mestre preso e torturado. Creio que mais perto da verdade está aquele bilhete que o F. B. I. encontrou junto ao cadáver do rev. Jones, escrito por uma mulher cujo nome não foi revelado: "Pai, não vejo nenhuma solução. Concordo com sua decisão. Eu só temo que sem você o mundo não consiga chegar ao comunismo. Da minha parte, estou mais do que cansada deste planeta e do inferno que ele contém para tantas massas de pessoas belas. Agradeço-lhe pela única vida que eu tenho conhecido."

Em sua comovente e dramática simplicidade, ninguém poderia melhor expressar o sofrimento e a desilusão de tantos, inseridos numa sociedade cuja força motora está na violência competitiva, na qual o homem tem que ser inimigo do homem para sobreviver. Esta sociedade e esta cultura industrial-capitalista que cultiva a violência de diversos tipos, como a violência racista que há séculos vitima os negros, os índios, e ultimamente, os portorriquenhos, os mexicanos, etc.

Outro detalhe a ser assinalado está no trecho de uma carta de 653 membros do "Templo do Povo" na Guiana, dirigida ao advogado distrital de Los Angeles: "Desejamos deixar claro que nós fomos empurrados contra a parede (...) Muita ativa e dramaticamente nós resistiremos com todas nossas forças contra qualquer tentativa, vinda de qualquer parte, de pôr

membros de nossa organização na cadeia." Uma sociedade com tal agressividade potencial e desencadeada gerou o Messias religioso e o militante anticapitalista incorporado no rev. Jones, pregador a um tempo batista e marxista.

Não se pode nem se deve condenar simplisticamente o rev. Jim Jones. Pela televisão o vi, filmado há vários anos, no meio de plantas, animais, pássaros, flores, trocando beijos com velhos e crianças; evocava uma imagem de São Francisco, irradiando amor e esperança sobre uma massa de deserdados. Principalmente de negros longamente infernizados em sua existência pelo racismo. Não seria uma sociedade como esta que iria facilitar a estabilização e expansão de um Templo que perseguia objetivos tão radicais. As pressões foram muitas, tantas, que o rev. Jones resolveu transferir-se para Guiana. Aqui, segundo denunciavam sobreviventes do massacre e do suicídio, inclusive seu próprio filho, o rev. Jones transtornou-se ou foi transtornado pelas pressões. Resultado: a espantosa tragédia dos 912 suicídios que seguiram o ritmo da chacina dos cinco.

Para completar o quadro, os jornais norte-americanos têm acusado a Guiana de ser um país violento e caótico, desde que ganhou a independência da Inglaterra há 12 anos. A Guiana tem um governo de negros, com tendência socialista, dois pecados capitais na tábua de valores da civilização ocidental-cristã, imperante nos Estados Unidos. Entretanto, ninguém acusa ou se refere ao fato dos Estados Unidos terem ganho a independência da mesma Inglaterra há mais de 200 anos e, ainda hoje, conforme acabo de ver estarrecido na televisão, a Ku-Klux-Klan, agora revigorada, exhibe tranqüila e orgulhosamente armas de longo alcance com a finalidade declarada de caçar clandestinos na fronteira México-Estados Unidos, assim como para matar negros e judeus. Esta violência explícita do KKK e outras organizações semelhantes, se sustenta num caldo de cultura fornecido por várias correntes ideológicas, tais como a John Birch Society ou a instituição do pe. Billy Graham e dos Mórmons. Se Chicago representou e representa uma das áreas mais violentas do mundo, o mesmo se pode dizer da Califórnia com sua indústria fílmica da violência e do assassinio. Aliás, ontem mesmo em São Francisco, cidade da Califórnia, assassinaram em pleno gabinete de trabalho o Prefeito da cidade e um seu categorizado funcionário.

Várias são as implicações da tragédia de Jonestown. E se existe explicitamente uma condenação à sociedade capitalista, há também, implícito, a negação do messiânico fanatismo marxista. O caminho do negro está fora de ambas soluções.

**SOCIALISMO
HONRADO,
PURO, OU UMA
FEROZ
DITADURA?
QUAL A
REALIDADE
DE UMA DAS
NAÇÕES MAIS
DISCUTIDAS
DO MUNDO,
HOJE?**



*Fevereiro de 74. Soldados do corrupto
regime ditatorial carregam cabeças
dos guerrilheiros do Khmer Rouge.
Estas imagens horrorizaram a todos.
Mas o que aconteceu
depois que os guerrilheiros foram para o poder?*



*Não estamos publicando
fotos do Camboja de hoje.
O país está fechado para
repórteres de qualquer nacionalidade.
Ninguém pode pensar o que pensar.*

CAMBOJA

Jean Lacouture

No número um de S & P, fizemos referência, na seção "Por Dentro", à polêmica Lacouture — Chomsky, em torno do Camboja. Ela é a da maior importância, e agora apresentamos aos leitores amplo material: o fragmento de um livro de Lacouture — e uma resposta de Chomsky, em forma de carta, à revista francesa "Le Nouvel Observateur". Lembramos que Jean Lacouture foi um dos jornalistas franceses que mais se destacou na denúncia da presença americana na Indochina. É, também, autor de uma bela biografia de André Malraux. Já Chomsky, conhecido como um dos maiores linguistas contemporâneos, foi um dos intelectuais norte-americanos que se celebrou por sua postura crítica na crise EUA X Indochina, fazendo minuciosa e documentada condenação do envolvimento dos EUA naquela região.

A vergonha era suficiente... A vergonha, só ela já justificava a formulação desse pequeno livro que é, antes de tudo, um grito de horror. A vergonha de ter contribuído, por menor que seja a influência da imprensa, na instauração de um dos regimes mais opressivos que a história já conheceu. A vergonha, também compartilhada amplamente, de viver num mundo onde essas coisas acontecem — e acontecem tranquilamente (...)

Temos que perguntar se deveríamos nos arrepender de ter apoiado uma resistência, conduzida a partir da floresta, contra um regime absurdamente corrompido, artificial e alienado, de "compradores" e agentes estrangeiros? Não é fácil avaliar o momento, quando uma resistência justa se transforma em novo sistema de opressão. Não é fácil, mas é preciso. Também precisamos questionar a função dos observadores, dos "especialistas". Não é verdade que demoramos demais para revelar a perversão desses guerrilheiros que foram bruscamente investidos de um poder total, do qual abusavam totalmente? Não é verdade que avaliamos mal a envergadura e as consequências da perturbada deportação do povo de Phnom Pehn, dessa "defenestração" sociológica sem precedente na história? Era necessário falar logo, mais alto e mais claramente.

Esse sentimento que temos da necessidade, da obrigação moral, de falar pelo povo cambojano, reduzido a uma escravidão em nome da "revolução", não surge somente da vergonha, mas também, de um certo conceito da responsabilidade dos jornalistas e da natureza desta profissão. Numa época na qual muitos de nossos colegas se transformaram em agentes da polícia, é urgente demonstrar que as palavras escritas comprometem.

O relatório de Nikita Krushev no 20.º Congresso do P.C.U.S. não ressuscita os milhões de vítimas de Stalin, não inocenta o seu sucessor da parte que tomou nesses crimes; mas, apesar disso, não deixa de ser uma imensa operação de salubridade coletiva. Não pretendo produzir aqui um impacto semelhante. Mas, se as palavras têm servido a uma causa desmoralizante no passado, não é possível que agora possam ajudar a desmascarar a corrupção da esperança?

Explicar que nos enganaram, que éramos o veículo ou a vítima de uma propaganda mentirosa e criminoso, o porta-voz ingênuo de uma tirania que se chamava libertadora, seria uma autocrítica vaidosa e medíocre se, afirmando-o, não nos sentiríamos liberados, com a cara lavada, mais limpa, mais vivo, livre e resolvidos, a partir do horrível equívoco cambojano, a encarar de outra forma o mundo (...)

Após várias semanas, soube-se que Phnom Pehn estava condenada a cair, da noite para o dia, nas mãos dos "maquisards". Esperava-se, almejava-se esse acontecimento próximo, não somente porque apoiava-se ardentemente os revolucionários contra o regime deplorável de Lon Nol, mas também porque os bombardeios de foguete contra a capital, desencadeados pelos assediados, faziam numerosas e absurdas vítimas, e a grande cidade estava sendo ameaçada de aniquilamento.

Foi no começo da tarde de 17 de abril de 1975 que se soube, em Paris, da entrada na capital de homens vindos da floresta. Logo depois começaram a circular estranhas notícias: "Phnom Pehn foi evacuada, está vazia. A população foi obrigada a deixar urgentemente a cidade para evitar sofrer os bombardeios da aviação norte-americana..." A rádio deu a notícia citando fontes tailandesas. E nós nos recusamos a acreditar: dois milhões e meio de pessoas da população de Phnom Pehn recuados, privados do seu teto, jogados no campo, não por um agressor, mas por seus libertadores? Impossível.

Como acreditar que o Estado Maior norte-americano, tão prejudicial ou nocivo como foi sua estratégia há tanto tempo, tome tão terrível decisão: bombardear Phnom Pehn por não ter podido proteger a cidade e matar milhares de aliados? Não, nem os americanos poderiam fazer isso, nem os "khmers rouges" poderiam expor-se a uma medida tão imprudente...

As notícias continuam confirmando as piores hipóteses: sim, em algumas horas, sob a ameaça das armas dos "libertadores", a totalidade da população da capital, mulheres, crianças, velhos, doentes, feridos, todos foram obrigados a fugir, em enormes filas, nas quatro direções pelas estradas que da capital levam às províncias, tomando os caminhos que acabaram de ser campos de batalha e onde todo o terreno estava minado...

Certamente nenhum bombardeio norte-americano tinha sido efetuado, nem estava previsto. Por tão críticos que fossem, quais chefes militares ocidentais teriam escolhido sujar desta maneira a vitória moral que lhes ofereciam seus adversários vencedores? Dentro de algumas horas estes "khmers rouges", dos quais se esperava tão impacientemente a vitória, acabaram de tirar a máscara e de revelar o que são realmente, não os revolucionários que se pensava que fossem, ligados a uma modificação profunda da sociedade nacional num quadro internacional, mas sim aventureiros ávidos de vingança e preocupados somente em quebrar os obstáculos para a instauração de um poder absoluto.

Esta medida sem precedentes na história — que nem Mao e seus companheiros ousaram tomar, apesar de Chang-hai ter sido muito mais difícil de governar do que Phnom Pehn, nem Castro e Che Guevara, apesar de Havana ter sido mais corrompida do que Phnom Pehn, nem os dirigentes argelinos em 1962, apesar de Boumediene ter me confessado pessoalmente sua vontade de exterminar por completo a cidade colonial — desta vez, os vencedores tentaram justificá-la de várias formas.

Nos dias que se seguiram, não se ouviu falar do "bombardeio norte-americano"; soube-se que foi para evitar a escassez de alimentos que os novos "donos" da cidade a tinham desocupado: citavam de bom grado o último chefe do governo da "república", Long Boret — provavelmente assassinado no dia 17 de abril — que tinha declarado, alguns dias antes, que Phnom Pehn tinha somente "uma semana de viveres". Desta forma, para evitar, numa semana mais, o problema de alimentar uma capital — o que se conseguiu resolver no transcurso da história, em centenas de revoluções ou de movimentos de libertação — estes dirigentes preferem evacuar brutalmente a totalidade da população, sem nada, nem alimento nem água, nem alojamentos, nem remédios.

Slogan simplista: o alimento do povo está nos campos. Certamente. Mas bem podemos imaginar o que pode fazer uma família chegando de noite numa plantação de arroz, sem equipamentos, sem instrumentos de trabalho, sem técnica. O que significa toda esta "riqueza" para pessoas apartadas há muito tempo da vida rural, sem as mínimas condições, sem relações? A fome, a sede, a morte (...)

Para se ter uma idéia do que foi esta deportação, é preciso citar uma testemunha entre muitas. Tomemos como exemplo o doutor Oum Nal, médico do Hospital Préah Ket Méalea de Phnom Pehn, que encontramos numa conferência em Oslo, em abril de 1978: "Eu estava às 8 horas no meu trabalho para examinar os feridos do dia anterior e para as operações de urgência. Foi então que os "khmers rouges" entraram na cidade. Dois deles, muito jovens, falando com um sotaque do campo, chegaram no hospital armados e nos interpelaram: 'Camaradas médicos, vocês devem deixar o hospital imediatamente. L'Angka vai tomar os seus lugares. Vocês não têm mais nada para fazer aqui...' Nós nos reunimos. Poderíamos abandonar nossos doentes sem trair nosso juramento? Logo depois, enfermeiras e assistentes foram até onde nós estávamos, contando que também tinham sido expulsos e, pior ainda, que tinham acabado de receber ordens de retirar os doentes imediatamente, todos, mesmo os que seriam impossível transportar... Nosso espanto, indignação foi mútua. Mas nós não tínhamos alternativa entre o risco de execução e a fidelidade aos nossos doentes: se até eles tinham sido expulsos, era preciso seguir a mesma sina..."

Começou, então, este incrível êxodo. Feridos, enfermeiras, convalescentes, todas as pessoas foram arrastadas para fora sob os olhares dos

guerrilheiros, que empunhavam suas metralhadoras. Nada, absolutamente nada foi organizado. Além dos jovens portadores da ordem da retirada, eu não vi nenhum responsável: uma inacreditável confusão. Eu tinha a impressão de que o mundo inteiro estava louco, que eu tinha caldo de um avião em pleno voo. Um pesadelo absoluto...

Eu consegui garantir o funcionamento do hospital até a tarde para evitar algumas brutalidades, supervisionar alguns transportes. Quando sai, eu fui encontrando pelo caminho os meus doentes, em macas, alguns deles ainda com soro. Alguns dias depois, eu tratei um dos meus doentes na estrada: as moscas sobrevoaram na ferida aberta das suas costas. Por todo lado, nas estradas, encontravam-se macas vazias... Alguns já tinham sido enterrados ou continuaram a marcha, arrastando-se. Para onde, para que?"

Se para mencionar este êxodo monstruoso se deve pensar em certos episódios bíblicos, em Sodoma e Gomorra, por exemplo, é só porque esta operação tem aspectos muito significativos do lado religioso, sagrado, um eco de antigas maldições contra a cidade corrompida, amaldiçoada, a "Grande Prostituída" que atematazisa Isaías ou o Paphunze de "Thais".

Em relação a isto, Sihanouk precedeu os "khmers rouges", quando, em 1971, ele me disse em Pequim: "Eu não voltarei jamais para esta cidade desonrada que ajudei a construir, a desenvolver, que era meu orgulho e que é, hoje em dia, a minha vergonha. A população da capital, que me adulava, voltou-se contra mim em março de 1970, de uma maneira muito cruel, insultou tanto a minha mulher e a mim, que será difícil que nós possamos regressar a algum dia..." (1) No espírito dos líderes revolucionários, como no espírito do príncipe, houve certamente uma espécie de desgosto por esta cidade inflada pelo espírito de lucro, de prazer, de imitação dos modelos estrangeiros, e também pelas intenções subentendidas da estratégia militar norte-americana, como tão bem sabemos.

Independentemente do caráter tático — eliminar o tecido conjuntivo no qual poderia se desenvolver um movimento de resistência — e do aspecto sacro desta prostração bíblica, o extermínio das cidades pelos khmers que, de repente, lançam do meio urbano para o universo rural quatro milhões de pessoas (60 a 70% da população) tem várias "razões":

a) Supressão de qualquer presença estrangeira, começando pela chinesa e vietnamita (bases dos circuitos econômicos capitalistas), passando pela malásiana (ligados a importantes atividades da pesca), sem esquecer da francesa, a grega e outras comunidades européias, agentes da alienação cultural ou da abertura da sociedade khmer para o mundo, fatores da sua porosidade. Para fechar totalmente o Camboja, para operar num recipiente fechado, era preciso esvaziar os pulmões das cidades.

b) Simplificação dos problemas econômicos: de agora em diante, o povo cambojano é somente um grande exército no campo, acampando bem ou mal. Os problemas que existem são aqueles que sabe resolver qualquer oficial de um quarto escalão, em tempo de paz.

c) Realização da palavra de ordem "auto-suficiência" ("contar com as nossas próprias forças") que, depois de ter inspirado a China da "revolução cultural", devia dirigir o Camboja daquela revolução furiosa. Reduzir todo um povo à situação de camponês com o estômago vazio, limita ao extremo as exigências das relações internacionais. A morte, em decorrência da desnutrição ou da doença que nas cidades toma o aspecto explosivo e provoca epidemias, é tão discreta nos arrozais! É preciso apenas abrir covas...

d) Esvaziar as cidades, finalmente, lançar contra elas o anátema definitivo, significa oferecer uma satisfação pelo menos provisória ou aparente para uma multidão de camponeses pobres, que a luta dos guerrilheiros soube capitalizar pelo ódio de um poder estritamente urbano. Este ato de fé da cidade é a grande revanche do homem das florestas, o vencedor de abril de 1975. Ofertar revanche e vingança ao povo é o objetivo ou

“Acorrentado, o condenado tem sua cabeça envolta num saco plástico transparente amarrado no pescoço. Assim que começa a faltar o oxigênio, ele rola no chão tentando morder o saco para poder furá-lo e respirar. Nenhuma de suas caretas, de suas contorções, escapa aos olhos da multidão, que é convidada a assistir esse tipo de execução...”

a meta de todos os falsos revolucionários ou verdadeiros demagogos.

Deu-se ênfase ao abandono da capital: não se pode esquecer que o mesmo castigo bíblico foi imposto a todas as cidades do país de Battambang, que contava com menos de trezentos mil habitantes, em 1975, até o mais banal dos vilarejos de Kandal ou de Stung Treng, com os mesmos efeitos sobre a saúde, o equilíbrio físico ou psíquico de 4 milhões de cidadãos (60% da população). Um tufão político com as consequências políticas como aquelas das bombas de neutron, chamadas “contra-cidades”: “Nenhum prejuízo, somente mortes...”

Paralelamente a esta medida radical, os vencedores se opuseram a qualquer reconhecimento da imunidade diplomática e do direito do asilo. Depois de ter capturado, acorrentado e jogado no jardim da embaixada da França os últimos embaixadores designados em Phnom Pehn — principalmente os soviéticos e os alemães da República Democrática — os “khmers rouges” exigiram que o representante do governo francês, antes de ser ele mesmo expulso, entregasse alguns cidadãos cambojanos que conseguiram refugiar-se neste local diplomático.

O que Pinochet não ousou fazer em Santiago do Chile, estes revolucionários ousaram exigir. Evidentemente se o infeliz cônsul da França tivesse recusado realizar este gesto vergonhoso, os vencedores teriam usado suas armas e tratado este asilo da forma como o fizeram, no mesmo dia, no hospital de Phnom Pehn.

Obrigam um homem honesto a cometer tal vileza é um crime pior ainda: mas Pol Pot, Khieu Samphan e os seus adeptos estavam somente fazendo uma prova. Quanto ao destino reservado para aqueles “super-traidor”, que não quiseram seguir Lon Nol em sua fuga, e para todos aqueles que cooperaram com eles e que se encontravam ainda na capital, nada foi revelado oficialmente, mas, sem dúvida, pelo menos dois entre eles (Sirik Matk e Long Boret) foram, como muitos outros, executados sem processo nos dias que se seguiram.

Sabe-se bem do destino reservado aos quadros do exército “republicano”, mencionado por várias testemunhas. Convocados, algumas semanas mais tarde, para o setor de Battambang, “para saudar o príncipe Sihanouk regressando da China” eles foram empilhados nos caminhões e, na madrugada, foram massivamente fuzilados, da mesma maneira como aconteceu em Katyn (2), onde os executores foram compatriotas dos assassinados. Um Katyn onde os oficiais mataram numerosos membros de suas próprias famílias — mulheres e crianças também.

Assim iniciada, a revolução khmer manifestará sua originalidade por uma série de medidas e atitudes sem precedentes pelo seu rigor totalitário:

— Citação para o trabalho nos arrozais de 80% da população, cuja maioria recentemente urbanizada foi obrigada a fazer um esforço insuportável para se readaptar: dez horas por dia de trabalhos agrícolas, numa temperatura de 30 a 40 graus com alimentação reduzida a duas porções de arroz ou de sopa de ostras e proibição total de complementar este regime

draconiano pela pesca (muito fácil num país constantemente inundado), a caça ou colheita — proibição de tocar nos “bens coletivos” reservados aos quadros da revolução. Sabendo-se que a menor infração pode ser punida com a morte imediata, com os milicianos de L’Angkar matando sem piedade os “preguiçosos”, os “ladroes” ou os “fornicadores”, pode-se imaginar o que é a vida de um cidadão khmer “no campo”, em 1978.

— Abolição da vida familiar. Não somente porque nestes numerosos centros de produção, homens e mulheres são colocados em “brigadas” separadas e muitas vezes distanciadas, mas porque as crianças, a partir de oito anos, em alguns setores e a partir de doze, em outros, são arrancadas da escola — onde a única maneira de aprender é através do idioma khmer “renovado” pela repetição dos cantos “patrióticos” — para serem levados aos lugares de trabalho produtivo: fábricas, ateliers de concerto, cooperativas agrícolas, onde se pode vê-los atrelados a uma carroça... Assim está sendo forjada a geração encarregada de construir o Camboja que, de acordo com os propósitos, dos quadros khmers para a população, “só tem necessidade de 1 milhão e meio ou dois milhões de cambojanos para construir o país.”

— Interrupção de toda espécie de educação secundária ou superior e de qualquer pesquisa, atividades tidas como reacionárias e consideradas como sequelas do colonialismo e do imperialismo. Estudantes e professores que não militaram ao lado dos vencedores são perseguidos, enviados para as zonas mais insalubres e executados, sob pretextos particularmente fúteis.

— Destruição de qualquer espécie de atividade religiosa, com bonzos adeptos de outros tipos de culto — tais como imams, muçulmanos, bastante numerosos por causa da importância da comunidade malasiana da região do Tonlé-Sap, sendo despojados de toda característica diferenciada e obrigados a trabalhos agrícolas, enquanto os pagodes e as mesquitas são transformados em currais, estábulos, etc. Seria preciso ter conhecido o Camboja dos tempos passados, onde se justificava evidentemente em formas radicais, mas não esta deplorável cópia da China dos anos 1965-1969, para medir o que esta proscrição religiosa tem de anticultural — para se ater a uma linguagem acessível para aqueles que não são sensíveis às graças dos bem-aventurados.

Mas, atenção: quando se fala da liquidação, da ruína do novo Camboja, é justamente ao pé da letra que é preciso entender essas palavras. Utilizamos os conceitos de “luta de classe” ou de “sociedade de classes”, duas gerações de revolucionários depois de Marx extraíram muitas vezes deduções extremas: assim como Stalin, com a política da Rússia no fim de 1920. Mas, ninguém, antes da formação trágica do grupo nos anos de 1950, do Instituto Pedagógico de Phnom Pehn, em Paris, tinha ousado traduzir “liquidação” de uma classe pela destruição física, massacre sistemático de uma categoria social. A imbecilidade é quase sempre a fonte do crime. Não foi em nenhum lugar tanto como aqui? Toda revolução produz e depois vomita seus Carrier, seus Yagoda. Esta produziu outra coisa mais?

Este sistema de plagiadores de baixo nível inventou outra coisa: novas formas de execução. Por todo lado, da Argentina de Videla à África do Sul de Vorster, inventa-se sempre novas torturas. No Camboja não se utiliza toda essa aparelhagem. Para que fazer falar um suspeito? Ele já está condenado. Então, para mostrar sua criatividade, economizando munições, colocou-se em prática uma meia-dúzia de suplícios, desde 1971.

— O “toupie”: consiste em liquidar a vítima com um golpe de foice na nuca. Antes de penetrar totalmente na vítima, ela gira como num torno. Como me disse um interlocutor khmer, que viu serem executados vários de seus vizinhos é o método mais popular...

— O saco: é o procedimento que honra o gênio criativo dos “khmers rouges” e talvez é, com esse método, que eles vão assegurar a perenidade de sua experiência na história das revoluções. Acorrentado, o condenado tem sua cabeça envolta em um saco plástico transparente amarrado no pescoço. Assim que começa a faltar o oxigênio, ele rola no chão tentando morder o saco para poder furá-lo e respirar. Nenhuma de suas caretas, de suas contorções, escapa aos olhos da multidão, que é convidada a assistir este tipo de execução.

— A balança: o “inimigo de classe” tem os pés e punhos amarrados juntos. Depois de ter sido arrastado por um veículo qualquer, suspende-se os restos ensanguentados no galho de uma árvore até que a morte chegue. Alguns carrascos mais imaginativos, ou folcloristas, tiram (antes de morrer) as entranhas ou o coração da vítima, para comê-los...

Mas, quando eles estão com pressa, e eles estão sempre, já que é tão importante construir uma outra nação, “a sociedade sem classes”, os quadros da “Kampuchea Democrática” usam, como os vulgares stalinistas e nazistas, as armas de fogo. Os armamentos e munições modernas são desembarcadas todos os dias no Camboja, vindas da China. Da China somente?

Desnecessário dizer que a maioria não foi executada, mas progressivamente condenada à morte pelo desterro, pela tiranização, pelo trabalho excessivo, pela desnutrição e pela falta de remédios.

Como calcular o custo humano do enorme êxodo de abril de 1975. Quantos puderam sobreviver dos quatro milhões de “urbanizados” então

Agosto de 73. Uma moça cambojana,
nas ruínas de sua casa.
As bombas eram americanas.



Abril de 74. Acampamento
governista bombardeado pelos
comunistas.



“Estado-Lobo, Estado-Moloch, este que recusa qualquer comunicação, qualquer intercâmbio humano entre aqueles que sobrevivem no Camboja e aqueles que estão no exterior, que gostariam e esperam rever. Estado-Lobo, Estado-Moloch este que proíbe esta elementar e fundamental relação humana que nem Hitler, nem Stalin chegaram a impedir.”

jogados nos arrozais, sem o mínimo de provisões, sob o sol de abril (o mês mais quente do ano, mais de 40 graus à sombra), reduzidos a algumas colheitas, a beber água estagnada das inúmeras poças de água e privados de quinina? Na primeira semana, 10 por cento de vítimas; 30 por cento nos primeiros meses?

O organismo Caritas, norte-americano, instalado em Bangkok, estimava, em uma pesquisa feita nos campos de refugiados, em cerca de um milhão o número de mortos no fim de 1975. Um grande número de observadores ocidentais duplica essa quantidade no fim de 1978.

Junta-se a estes primeiros aspectos do genocídio, do “autogenocídio” cambojano, os aspectos secundários; não somente a ruína da saúde das crianças submetidas desde a idade de 10 ou 12 anos a um regime de trabalho pior do que aquele que devastou, no século 19, as gerações de adolescentes ingleses ou franceses, mas também o terrível ataque à fecundidade das mulheres.

Na conferência de Oslo, de abril de 1978, o doutor Oum Nal assegurou que 90 por cento das jovens cambojanas não tinham menstruação. Para ele esta falta generalizada de menstruação nas mulheres Khmers devia ser, antes de tudo, atribuída à terrível alteração psíquica provocada pelas deportações, pelas execuções massivas, pelas separações, pelo afastamento dos membros da família, que perturbam totalmente o funcionamento neuroendócrino. “Para mim, ele frisava, enquanto essas mulheres e essas jovens permaneçam em constantes deportações, nesse estado de sobrevivência, nesse estado de angústia, de desnutrição extrema, é quase certo que elas não possam ter filhos (nesse sentido estou disposto a dar a minha palavra de médico).”

A todos estes que não nascerão, é preciso somar os que não podem sobreviver por falta de remédios. Na mesma ocasião em que M. Pol Pot declarava, em Tóquio, que mais de 80 por cento dos khmers sofriam de paludismo, um dos seus adjuntos, Thion Prasil, passando por Paris recusou a ajuda de amigos franceses que ofereciam várias reservas de medicamentos. Melhor ver perecer aos milhares as crianças cambojanas do que receber ajuda dos europeus (sejam quem for).

Não somente era necessário recusar toda solidariedade dos que não são Khmers; não somente era preciso “contar com as próprias forças”, como era preciso também demonstrar que a farmacopéia tradicional (ervas, infusões, etc...) era muito mais eficaz do que “os produtos do imperialismo”. A maioria dos refugiados com quem nós conversamos negaram a eficácia dos métodos tradicionais na cura do paludismo; contudo, reconheceram que alguns deles, sem curar totalmente, atenuam as consequências da disenteria.

Esta catástrofe sanitária obrigou os dirigentes “khmers rouges” a ceder um pouco e eles acabaram por aceitar algumas toneladas de quinina ofertada pela quaker dos Estados Unidos e compraram — bem caro —

material e equipamentos sanitários em Hong Kong. Não vamos desprezar tal atitude que salvará vidas. Esperemos que tais medidas possam ser tomadas em outros campos...

No dia 1.º de Maio de 1978 eu recebi uma carta emocionante da esposa de um dos mais antigos militantes da causa revolucionária Khmer, velho companheiro de luta de Saloth Sar, de Ieng Sary e de Khieu Sampahan. Alguns meses depois da ocupação de Phnom Pehn e da instauração do poder revolucionário que ele não teve outra alternativa senão contribuir para que triunfasse ele viajou pelo país para participar da construção da Kampuchea camboja democrática nos arrozais — apesar de que tanto seu talento como suas múltiplas relações na Europa e no mundo inteiro lhe faziam mais útil nesta causa ligado a solidariedade internacional e a círculos estrangeiros. Sua esposa me escreveu: “O que aconteceu com ele? O que é dele? Você não sabe? Eu não posso suportar mais este silêncio.”

A partir do fim de 1975, isto é, quando este homem pisou o solo khmer, ninguém mais ouviu falar dele. Nem sua mulher, nem seus familiares, nem seus antigos companheiros que ficaram na Europa. Uma cilada. Num artigo denunciando o totalitarismo khmer que eu publiquei há dois anos atrás no “Nouvel Observateur”, um estudante cambojano de Paris me respondeu: “Você pensa que todos nossos compatriotas que partiram para Camboja foram jogados na boca do lobo? Nesta ocasião eu ainda não cogitava isso. Agora eu tenho certeza disso.”

Estado-Lobo, Estado-Moloch, este que devora os cidadãos e põe o véu do silêncio. Do silêncio total. (Em algumas oportunidades sabe-se por algum diplomata egípcio ou por algum jornalista iugoslavo, que este ou aquele ainda está vivo, como é o caso de Ok Sakun, que muito tempo foi representante da F. U. N. K. em Paris e tornou-se intérprete das delegações estrangeiras que falam francês). Estado-Lobo, Estado-Moloch, este que recusa qualquer comunicação, qualquer intercâmbio humano entre aqueles que sobrevivem no Camboja e aqueles que estão no exterior, que gostariam e esperam rever. Estado-Lobo, Estado-Moloch este que proíbe esta elementar e fundamental relação humana que nem Hitler, nem Stalin chegaram a impedir.

Mas Hitler e Stalin eram tímidos. Agora trata-se de criar o homem novo, entendem o que isto significa, “homem novo”, separado de tudo, menos do Estado-Nação e de Pol Pot, seu profeta armado. Que faremos com estas famílias, com os seres queridos? Que eles se calem e que nossa “força de trabalho n.º 1” se incline um pouco mais sobre as plantas de arroz na lama amarela, sob o olhar dos *chloëps*. Ou que esta medíocre força de trabalho que forma os “n.º 3”, “os jovens envelhecidos”, não percam tempo pensando no filho levado para os Cardamones, ou no sobrinho que devastando os Rattanakiri: cestos e cestos de vime para Pol Pot!

É principal esta forma de silêncio entre os Khmers que é mais odiosa e desumana do que a recusa de receber pesquisadores sérios e jornalistas. A França ocupada pelos nazistas usava carteiras interzonais. Em Burcherwald, o deportado Leon Blum podia dar e receber notícias na França e de França. Pode-se estabelecer uma lista aproximada das vítimas de Videla e de Pinochet e (ainda que parcial) das vítimas de Sekou Touré. As prisões da África do Sul deixam passar os cantos dos prisioneiros e dos de Goulag, os *zeks* podem fazer escutar o seu grito. Os dissidentes chineses começam a fazer suas denúncias e nos cadáveres que se encontram em dezenas nas ruas de Addis-Abeba, abatidos pela polícia dos amigos do senhor Brejnev e de Fidel Castro — podemos algumas vezes dar um nome. Mas no Camboja nada. Nada mais do que um rumor de um aniquilamento sem par e anônimos nos arrozais, nada mais do que um enorme silêncio nas cidades, nem mesmo os suspiros das vítimas das torturas do saco, nada mais do que o risco de Pol Pot.

Desse país acorrentado, transpirando medo, doente com sua paranóia, patrioteira, poderia-se imaginar que a opinião “progressista” mundial, aquela que, depois de ter negado tanto tempo os campos soviéticos descobriu como “revelações” os livros de Soljenitsin que fizeram brilhar com a luz do seu gênio, fatos conhecidos há muito tempo pelos que queriam saber aquela opinião que pensou ter descoberto na China um paraíso socialista até que o caso Lin Piao e a “intriga dos quatro” arrancaram a máscara da “revolução cultural”, e que, depois de um meio-século de ingenuidade inexpugnável parecia finalmente ter percebido que as palavras de revolução e de socialismo podem dissimular as piores tiranias, então dessa opinião poderia esperar que se organizassem para defender as vítimas contra os carrascos.

Foi uma ilusão — mais uma. Depois do fascismo que fez sonhar tantos iluminados dos anos 30, depois do stalinismo que fascina tantos intelectuais durante os anos 40, depois de um certo tipo de imperialismo que o Steinbeck desvendou, foi a vez do genocídio cambojano fazer a sua contribuição aos sofistas.

Em resposta às acusações que fazemos, cada vez mais numerosas, cada vez mais detalhadas (o exodo dos exilados não pára de aumentar, com o seu desespero, e com o acúmulo de depoimentos se aperfeiçoou sobretudo quando a Amnesty International começou a se interessar), recebemos essas





alegações desesperadas, inevitáveis: *"Vocês não têm provas. Você foi lá? Você mesmo viu? Vocês contrataram essas testemunhas. Outros fariam o contrário. Além do mais, os refugiados não merecem confiança. Eles querem tornar-se interessantes..."* Do longo debate com os advogados do Sr. Pol Pot, vamos citar trechos. Valem a pena.

Em resposta a um artigo que eu publiquei no começo de 1976 para protestar contra a recusa das autoridades Khmer de autorizar a visita de qualquer jornalista para o país, um colega, que tinha permanecido, amigo dos novos donos de Phnom Pehn, retrucou: *"O governo revolucionário não pode receber jornalista que fosse digno desse nome, porque não dispõe de hotel adequado: Phnom Pehn foi praticamente destruído pelos americanos. Espere até que possua os meios de alojar os seus convidados"*.

Alguns meses mais tarde, no meio de uma conversa com um jornalista norueguês, membro de uma associação de amizade com o Kampuchea Democrático e que se indignava que *"um homem da esquerda, de passado antiimperialista"*, como eu, poderia fazer campanha contra a *"revolução"* khmer, quando eu aponte alguns dos crimes cometidos pelo grupo Pol Pot, sobretudo a retirada brutal de um hospital em Phnom Pehn: *"Mas você não sabia que, sob o regime de Lon Nol, a medicina estava nas mãos dos americanos, corrupta e decadente. Foi preciso a qualquer preço arrancar esses desafortunados desse corpo médico alienado..."* Uma outra, *"intriga das camisas brancas..."*

Mais triste, mais séria, foi a atitude tomada em relação ao genocídio cambojano por um grupo de intelectuais americanos adversários da estratégia asiática de Washington dos quais o mais conhecido e mais respeitável e, seguramente o Noam Chomsky.

Durante uma longa polêmica, em parte privada, em parte pública (o meu artigo apareceu no *"New York Review of Books"*, o dele no *"The Nation"*) o autor de *"Cartesian Linguistics"*, com o qual tinha uma relação de amizade, surgida durante a guerra do Vietnã, aproveitou de todos os recursos do seu gênio dialético para demonstrar, para mim e para a comunidade científica e progressista americana, que não era possível levar uma acusação bem fundamentada contra um país onde nenhum investigador sério tinha conseguido entrar e quando numerosos testemunhas levantaram dúvidas contra os terríveis depoimentos que nós citamos; que o precedente das acusações feitas contra Vietnã em relação às perdas causadas pela reforma agrária de 1955 em Nghe Tinh e que ele considerava improcedentes, deveria alertarmos contra tais campanhas anticomunistas; que, inclusive se alguns excessos do regime de Phnom Pehn foram revelados, a responsabilidade americana em relação a Camboja era tanta que não permitia aos intelectuais ocidentais fazer qualquer julgamento das agilidades do poder de Phnom Pehn; que, se sentiam-se isentos dessa responsabilidade, livres, à sua consciência, para falar, deveriam tomar conta do aproveitamento que pode ser feito das suas campanhas pelos responsáveis pela agressão americana na Indochina, e pela imprensa que os sustenta; tudo, para evitar que Nixon, que o *"Christian Science Monitor"*, ou o *"New York Daily News"*... clamassem: *"Bem que nós falamos antes — esses comunistas indochineses só esperavam a sua saída para fazer 'o seu banho de sangue'; e que, no fim, nós, os franceses, tínhamos uma certa impertinência em indignarmos com os excessos desse processo de purificação quando a Liberação, entre nós, tinha feito mais de cem mil mortes."*

Fica o argumento *"Não julguem!"*. Se aceitarmos isso, não será preciso tolerar tudo, sob o pretexto de folclore e de idiosincrasia? Hitler não era somente um fruto da moral judeu-cristã: ele mesmo fazia glória disso. Como

aceitar o apartheid que justifica tão eloquentemente uma corporação de pastores protestantes desmoralizados pelo isolamento cultural, no universo austral, no clima colonial, e que dão às escrituras a esse respeito, uma interpretação quase tão justa como o senhor Pol Pot da obra de Marx? E o que dizer de Amin Dada, do *"Imperador"* Bokassa I, o que dizer mesmo de Stalin, despota jorgiano perdido deste século? E com que direito julgáramos os *"crimes de guerra"* japoneses de 1945? Eles revelariam uma justiça inspirada pelo cristianismo judeu? Não existiria, então, no mundo um crime universal, que se opõe a todos, intrinsecamente perverso: a complicity com a C.I.A.? Quanto ao resto, senhores, tenham sangue frio e leiam os antropólogos.

Um genocídio é um genocídio em Frankfurt, como na Pretória, na Armênia como na Transilvânia, no Camboja como na Guiné — Equatorial. Graças a delicadezas folclóricas e afetações pseudocientíficas que permitimos que se instaurasse e depois polidamente esquecemos durante uma geração as tiranias dos colaboradores cubanos, dos coronéis gregos, dos sargentos ungandenses e dos generais espanhóis. *"A Espanha é diferente"*... — nos impõem negligentemente os apologistas do franquismo. Não, a Espanha não é *"diferente"* ou ao menos ela não é nem mais nem menos diferente do que qualquer grupo cultural marcado pela história e pelos imperativos econômicos: A Espanha está próxima, fraternal, suas derrotas são as nossas, suas vitórias são as nossas e sobretudo suas liberdades.

Não julguem! Não é julgar o que nos importa e nós não sentimos nenhum direito de fazê-lo. O que nos importa é que se saiba e depois que se tire as consequências. O que nos importa é que o mundo saiba que lá na Ásia um povo vive desterrado, deportado na sua própria terra, encarcerado na sua própria pátria, submetido a uma forma de escravidão por um grupo de ideólogos delirantes, enquanto que sofrendo perigos sem sentido (os dois terços dos evadidos são assassinados ou pulam nos campos minados que são as frotreiras) milhares de Khmers fogem do campo de concentração que tornou-se seu país.

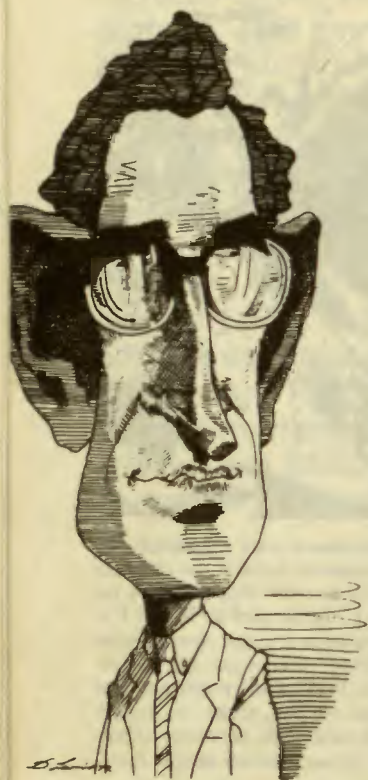
Mais de cem mil encontram-se hoje em dia no Vietnã onde eles preferem estar subjulgados por inimigos estrangeiros nunca se ouviu falar de um só refugiado vietnamita no Camboja?; mais de 30 mil na Tailândia (atravessando barreiras vigiadas pelo exército do general Kriangsak que os mata como se fossem coelhos) e um pouco menos na França. Dois povos no Camboja? Não, pelo menos três: os vencedores militantes de abril de 1975, os prisioneiros (cerca de 4 milhões) e o *"terceiro povo"* aquele dos refugiados que tentam nas aglomerações superpovoadas do Vietnã ou da França e nos campos tailandeses manter a esperança. (...)

Pelo menos tomemos conhecimento, permaneçamos atentos, conheçamos este povo que fugiu. Não nos esqueçamos daquele que não pode fugir. Camboja, Kampuchea, este país mudo está muito próximo de nós. E se para quebrar o silêncio dos Estados, das instituições internacionais (3), para denunciar este discreto plesbiscito, para um genocídio é preciso gritar com os lobos, nós não tememos uivar com os lobos.

Viva o povo cambojano!

(3) A comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas com a sede em Geneve a pedido do governo Britânico abriu dois debates, um na primavera e outro no fim do verão de 1978, sobre a questão cambojana. A delegação soviética principalmente tentou boicotar: tratando-se de direitos humanos num determinado país, falou o porta-voz soviético, só o governo local é competente...





resposta de Chomsky a Jean Lacouture

Na “Nouvel Observateur”, Jean Lacouture expõe o que ele crê serem as minhas opiniões sobre o Camboja. Ele diz que estivemos engajados em uma “longa polêmica” e faz referência a um artigo no “New York Review of Books”, e a um outro meu, no “The Nation” - assim como a uma correspondência privada. Sua exposição é falaciosa e comporta graves omissões. (...) Eis os fatos. O artigo de Lacouture, uma crítica, do livro de Ponchaud, “Cambodja: Ano Zero”, aparecido no “Nouvel Observateur”, antes de ser traduzido para o “New York Review of Books”, continha erros que me pareceram muito sérios, então, pedi a Lacouture, que os corrigisse. O que ele fez, parcialmente, na “New York Review of Books” de 26 de maio de 1977, me agradecendo por haver assinalado estes erros. No artigo da “Nouvel Observateur” ele não fez nenhuma referência a estas correções — que, no meu conhecimento — não apareceram em nenhuma parte na imprensa francesa. O leitor, ignorando estas correções, não pode conhecer a verdade sobre nossa troca de pontos-de-vista, que Lacouture descreveu de maneira falaciosa. Lacouture dizia assim: *“Eu compreendo perfeitamente os cuidados de Chomsky, do qual eu admiro sinceramente a honestidade, quando ele critica, com seu admirável senso de exatidão, as acusações dirigidas contra o regime cambodjano. Ele procura verdade, mas também, creio, combater a crítica que poderia terminar servindo aos interesses do Establishment Nixon-Ford e de seus aliados.”*

Até que eu li o artigo de Lacouture no “Nouvel Observateur”, ignorava que nós estivéssemos engajados em uma “longa polêmica”. (...) Eu supunha que nós dois procurávamos estabelecer a verdade, tendo alguns desacordos. Nas suas correções, Lacouture propõe a seguinte questão: *“Diante de uma empresa tão monstruosa, quanto a do governo cambodjano, o problema importante é dizer que, precisamente, decidiu agir de forma tão desumana? E, se o*

regime matou milhares ou centenas de milhares de pessoas esfomeadas?” (...) Nossas divergências, giram em torno de três pontos 1)- É importante ser escrupuloso quanto aos fatos, no Camboja ou em toda a parte? 2)- Que se passa no Camboja do pós-guerra? 3)- É preciso vislumbrar as consequências humanas do que nós fazemos, quando empreendemos uma ação política?

Primeira questão: aparentemente, Lacouture pensa que a exatidão dos fatos não é importante. (...) O que não é meu caso. Segunda questão: no *The Nation* - meu artigo, ao qual Lacouture se refere nós apontávamos que há um grande espectro de opiniões entre os especialistas, quanto a importância das atrocidades, assim como às suas causas políticas (a política do governo, a revanche dos camponeses, a fome e a doença, que são, em larga medida, legados da guerra americana, etc.) Lacouture, que se posta em uma posição extrema, está convencido de que o regime, sistematicamente, está “massacrando” e “esfomeando” a população. Talvez ele tenha razão. Ele me convenceria mais, em todo o caso, se fosse mais preciso. Outros, que não consideram os fatos como elementos secundários, interpretam as coisas diferentemente, e acreditam que tudo não está claro ainda, e que, ao olhar a situação atual, é preciso levar em conta os fatores históricos culturais e ideológicos. Lacouture ridiculariza esta maneira de ver as coisas em seu texto de dois de outubro. Eu não acredito que se possa afastar tais análises de maneira tão rápida. Quando Lacouture afirma que o governo se engajou em um programa de massacre sistemático da população, como ele afirma, quase explicitamente, no “New York Review”, sua tese não respaldada pelos trabalhos de observadores atentos que não posso citar aqui. Em nosso artigo no “The Nation”, dissemos que nós não conhecemos exatamente a verdade sobre as atrocidades, em todo o caso — é nós escrevemos — estas atrocidades haviam sido substanciais.

Lacouture nega o ponto-de-vista que exprimo em minha terceira questão, a ponto de negar, inteiramente seu peso moral (...) Os que tem por primeiro objetivo ajudar as vítimas da opressão, no presente ou no futuro, levarão, ao contrário estas considerações a sério. Me parece que, em países como a França ou os Estados Unidos, cujo passado recente eu não lembrarei aqui, é particularmente importante ser excrupuloso com os fatos relativos às antigas colônias. (...) Para citar um exemplo: as alegações de Lacouture, sobre o extermínio de dois milhões de pessoas pelos *Khmers rouges* já encontraram eco em um senador americano, que reclama a intervenção militar no Camboja (...) As prováveis consequências de alegações errôneas não são matéria para a reflexão? (...)

Como Lacouture sabe perfeitamente, (...) eu disse que *“se uma enquête honesta revela o terror e o crime, então o protesto estará legitimado.”* (...) Rejeitar estas considerações, mais do que olhá-las honestamente, é simplesmente se colocar fora de considerações morais. O artigo de Jean Lacouture faz parte destes artigos que vi recentemente na França, que dão uma perspectiva deformada sobre minhas opiniões. Neste caso, eu desejo puramente e simplesmente me dissociar da imagem que Lacouture dá de mim, e eu recomendo ao leitor interessado pelos fatos que se reporte às publicações originais.”

Noham Chomsky

(Instituto de Tecnologia de Massachusetts)



Este anúncio é uma homenagem àqueles que cultivam o prazer artístico de ter durante as festas uma natureza morta em casa.



Quem tem raiz respeita a vida.

Clube de Criação de São Paulo, com a colaboração desta revista, Y&R, Alltype, Lastri e SP.



MÁRIO SOARES e a AMÉRICA LATINA

Entrevista exclusiva
de Mário Soares
a Yara Peres,
em Montreal.



YP — Pelo que se sabe esta é a primeira vez que a Internacional Socialista se reúne na América do Norte. Segundo sua opinião, qual a importância desse acontecimento?

MS — De fato é a primeira vez que a IS, como está estruturada hoje, se reúne na América do Norte. Em 1867, a Internacional se reuniu com o próprio Karl Marx, na Filadélfia. Temos, portanto, um ilustre precedente histórico. Mas da forma como a conhecemos hoje, a Internacional Socialista nasceu e desenvolveu-se depois da guerra. E durante muito tempo foi uma organização essencialmente europeia, composta sobretudo por partidos da Europa. Nos últimos anos, e particularmente depois do Congresso de Genebra que teve lugar em 1976 e no qual foi eleito presidente da IS, Willy Brandt, houve uma preocupação de sair dos limites europeus e de fazer com que a IS tivesse uma imagem e uma presença objetiva nos outros continentes. Foi assim que houve várias missões das IS em várias regiões do mundo. Houve uma que visitou os países africanos da chamada linha de frente, particularmente a África Austral. Houve outra missão que visitou os países do Oriente Médio para oferecer os serviços da Internacional, encontrar uma forma de

cooperação e pôr um fim ao conflito naquele continente. Depois houve uma outra missão presidida por mim, já no início deste ano, a vários países da América Latina, quando tivemos a oportunidade de falar com muitos líderes de movimentos progressistas, inclusive do Brasil. Esteve presente, por exemplo, o ex-governador Leonel Brizola. Isso tudo significa que tem havido um esforço no sentido da universalização da Internacional, e esse esforço conquistará um passo importante neste congresso que, pela primeira vez, se realiza fora da Europa, e mais particularmente na América do Norte.

YP — Qual a importância da América Latina para a Internacional Socialista? Como o senhor explicaria esse interesse recente pelo continente latino-americano?

MS — O interesse da Internacional Socialista pela AL não é recente. Consideramos que esse continente, constituído por países de língua espanhola, francesa, portuguesa e inglesa, localizado ao Sul dos Estados Unidos, é uma região sujeita a transformações muito rápidas e em que a problemática do socialismo democrático se coloca com muita insistência e atualidade.

“Um Brasil democrático influirá em toda a região latino-americana.”

Foram feitas várias tentativas na América Latina, depois da revolução cubana em 1959, nesse sentido. Houve toda uma série de movimentos de guerrilha e de movimentos revolucionários para destruir as ditaduras militares ou civis, sempre retrógradas, que se instalaram em vários países latino-americanos. Esse movimento guerrilheiro não surtiu os efeitos esperados porque o surgimento de um movimento oposto, a chamada contraguerrilha, e a preparação dos grupos militares, que organizou formas eficazes de luta, praticamente o destruíram. E assistimos hoje o refluir da vaga de todo esse movimento de guerrilha em todo o continente latino-americano. Hoje, para a AL, a questão do respeito aos Direitos Humanos, e a possibilidade de transformar toda essa estrutura reacionária já faz parte do dia-a-dia do povo latino-americano.

YP — E de que forma a Internacional Socialista pretende ajudar o continente latino-americano a transformar essa realidade?

MS — Posso citar um exemplo. O caso que me parece paradigmático é o caso da República Dominicana. A República Dominicana, como você sabe, é uma ilha onde já houve uma intervenção armada estrangeira para impor um governo reacionário, o de Balaguer. Existia lá um movimento, que hoje é um partido legal e membro da Internacional Socialista, o Partido Revolucionário Dominicano, que resistia à situação. Houve, então, uma grande contestação interna, apoiada pela pressão internacional que permitiu que se chegasse a realizar eleições gerais. Nesse momento a missão da Internacional vai a São Domingos. O PRD ganha as eleições, e a tentativa dos militares de impedir que a

vontade do povo tivesse algum efeito é anulada em virtude dos protestos internacionais, organizados a partir da Internacional Socialista. Os conspiradores têm que recuar e os resultados eleitorais são respeitados. Hoje, o PRD está no poder com Antonio Guzman como presidente da República. Penso que este é um exemplo importante porque também mostra como a IS pode atuar. Por outro lado, as transformações democráticas ocorridas na Espanha e em Portugal, velhas ditaduras europeias que eram o centro ideológico de onde os aprendizes de ditadores da AL se inspiravam, tem, por efeito do exemplo e da influência internacional, uma grande importância para a AL, porque percebem que por via pacífica talvez seja possível operar transformações democráticas.

YP — O senhor acredita que futuramente os brasileiros terão a oportunidade de formar, legalmente, um Partido Socialista pelas mãos do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola?

MS — Como você sabe, eu não sou brasileiro, sou português. E a última coisa que um português pode fazer é intrometer-se nos negócios internos de um país amigo e irmão como o Brasil. Portanto eu não tenho que me pronunciar sobre essas matérias. A única coisa que posso dizer é que Brizola foi expulso do Uruguai, teve um visto de passagem pelos Estados Unidos, e, como eu era primeiro-ministro de Portugal nesse tempo, meu governo concedeu a ele asilo político. O que é perfeitamente normal entre países irmãos como os nossos. O Brizola entrou em contato com vários países e vários partidos da Internacional Socialista, foi convidado para várias reuniões, vou encontrá-lo em Vancouver, e está reconstituindo o PTB, que é uma realidade no Brasil. Segundo me parece, o PTB, apesar de ser um partido não legal, é um partido com uma tradição popular muito forte, que pode rapidamente, se houver condições, vir a ser um partido muito importante no contexto brasileiro. Brizola está reconstituindo esse partido, e eu penso que isso é uma coisa boa porque ele é um homem sensato e está muito identificado com os ideais do socialismo democrático. Espero, portanto, que a abertura brasileira venha a permitir a concretização do PTB.

YP — Passando a falar de Portugal. O problema da reforma agrária acabou se tornando o “calcanhar de Aquiles” de vários governos portugueses, já que, segundo alguns, três deles caíram por causa disso. Como o senhor vê o problema?

MS — Eu não retiro a extrema importância dos problemas da reforma agrária. Mas não são muito exatas as informações que afirmam que três governos caíram por causa da reforma agrária. Em primeiro lugar o meu primeiro governo não caiu por isso. Apostei muito em negociações com o

FMI, e confiei que o Parlamento fosse aprovar essas negociações. Foi por causa disso que meu governo caiu. Foi-me negada essa aprovação. O governo de Nobre da Costa, o terceiro e último, não chegou praticamente a ser formado. Mas voltando a falar dos problemas da reforma agrária, eles nos preocupam muito. Há uma porção de terras que foram ocupadas por trabalhadores agrícolas durante a revolução. A maior parte deles foi impulsionada pelo MFA e em parte pelo PCP. Depois foi preciso regulamentar a situação dessas ocupações, indenizando os antigos proprietários e legalizando a ocupação dessas terras em termos jurídicos. Isso foi feito através de uma lei, que foi aprovada pelo Parlamento ainda durante o meu primeiro governo, que é a lei de bases da reforma agrária. Essa lei está sendo aplicada. E sou favorável à sua aplicação. O problema é que essa lei pode ser aplicada a um ritmo mais ou menos apressado, com ou sem a conciliação das partes interessadas, trabalhadores e ex-proprietários. Acho que fazer as coisas apressadamente e de maneira mais violenta não é a maneira certa, inclusive porque não contribui para a diminuição das tensões, que já são grandes em Portugal. Foi isso que o último governo não constituído de Nobre da Costa não entendeu, e além de provocar mais tensões não conseguiu nenhum resultado prático.

YP — Quero trazer o problema da reforma agrária mais para a atualidade. Li recentemente que cerca de 50 trabalhadores agrícolas foram espancados no Alentejo. Como o senhor explicaria o silêncio de seu partido com relação a incidentes desse gênero?

MS — Eu tive conhecimento desse incidente através de uma notícia dada pela France Press, que foi reproduzida com algum dramatismo pela televisão francesa no momento em que eu estava dando uma entrevista no mesmo canal de televisão que informou o acontecimento. Depois disso telefonei a Portugal e informei-me melhor. E a notícia foi um pouco exagerada. Houve incidentes, mas não tiveram nem a significação e nem o dramatismo com que a notícia foi apresentada. Nós não estamos de acordo com certo tipo de atuação, e, ao contrário do que você pretende, não estamos silenciosos. Esse incidente vem provar que a política de paciência e de entendimento que fizemos durante cinco meses, no segundo governo, era uma política acertada.

YP — O senhor quer acrescentar mais alguma coisa?

MS — Apenas quero aproveitar a sua presença para dirigir o meu abraço aos portugueses que trabalham no Brasil, e para os próprios brasileiros, estando certo de que o Brasil democrático terá um prestígio e uma influência extraordinários em toda a América Latina.

"Nós, quem cara pálida?"

Logo, as naus brasileiras vão zarpar para o outro lado do mar, em busca da África negra. Nos porões, levarão o quê? Apenas colares, espelhos, contas e badulaques?



Fanfarfas, trombetas e dazibaos, em Brasília, anunciam uma nova "ofensiva diplomática" brasileira na África. Dessa vez, as caravelas seguem para leste, em busca do continente perdido. Na proa, luneta na mão, vai, impávido, o moribundo (politicamente moribundo, quero dizer) ministro do Exterior, Azeredo da Silveira; nos porões, certamente, alguns "olheiros" dos órgãos de segurança, para evitar que, em possíveis trocas futuras, recebamos, misturado no petróleo de Angola, algum contrabando ideológico.

Qual a verdadeira motivação da "ofensiva"? Bem, numa época de "pacotes econômicos" e de crise, o impulso certamente tem natureza pragmática — e não altruística. Os alvos prioritários da diplomacia brasileira são Angola, Nigéria e Gabão — países que poderiam satisfazer nossa sede de óleo, comprando, ao mesmo tempo, serviços e produtos do Brasil. Mas os interesses do Itamaraty se estendem à Costa do Marfim, à Mauritânia e ao Togo, com quem precisa preservar os preços internacionais de alguns produtos agrícolas comuns. E há ainda as outras nações de expressão portuguesa, além de Angola: Moçambique e Guiné-Bissau. Assim, é amplo o espaço ambicionado da África negra.

Nos gabinetes do palácio, entre astrolábios e mapas de Marco Polo, os tecnocratas de Brasília planejam astutamente a operação, de codinome Nós também somos africanos. Partiram da premissa de que o Brasil é um país tropical, conhece tão bem a miséria quanto qualquer nação africana — embora possa oferecer produtos relativamente sofisticados, de tecnologia média — luta contra as mesmas doenças endêmicas e enfrenta problemas sociais semelhantes. Além disso, temos um passado colonial comum — concluem os tecnocratas. (E um presente neocolonial igualmente comum — acrescentamos nós).

Segundo fontes ligadas ao Itamaraty, a proximidade geográfica, as afinidades culturais e os níveis semelhantes de desenvolvimento político e econômico facilitarão uma penetração brasileira na África negra, tanto no terreno das exportações (exportar ainda é a solução, Delfim?) como, inclusive, numa ativa participação nos planos locais de desenvolvimento. Os homens do governo brasileiro — de acordo com as mesmas fontes — sonham com estradas, construções, pontes, projetos de reflorestamento, etc. "Quem sabe se não poderíamos abrir uma Transamazônica no coração da África negra?" eles se perguntam. "Ou levar a Gomes de Almeida Fernandes para Lagos?" "Ou organizar grandes queimadas nas florestas do Gabão?" "Ou construir uma ponte Rio-Niterói entre Tenerife e La Palma?" No convés da nau-capitânea, os tecnocratas vão acariciar os sonhos com que pretendem conquistar a África. Mas talvez tenham deixado de lado alguns obstáculos que certamente surgirão no seu caminho.

Se o fio condutor da História, na década de 60, passou pelo Sudeste Asiático, hoje atravessa a África — e, mais precisamente, o sul do continente africano. Os povos daquela região, cada dia com mais vigor, levantam-se contra o desafio racista da África do Sul e da Rodésia. Mais do que nunca, os africanos exigem liberdade. "O povo africano", disse recentemente William Eteki, secretário-geral da Organização de Unidade Africana, "repele qualquer intervenção estrangeira. A África deve depender de si mesma e sua segurança deve ficar nas mãos dos próprios povos do continente."

A grande batalha pela independência, na verdade, já está sendo travada na África negra. Há cheiro de pólvora e de sangue nos quatro cantos do sul da África. Neste cenário marcado pela luta, desembarcarão os tecnocratas brasileiros. E qual é precisamente a mensagem que pretendem ler, nas praias do outro lado do mar? Será uma mensagem de apoio irrestrito à SWAPO, em seu esforço para libertar a Namíbia das garras sul-africanas? Será uma mensagem de solidariedade ao empenho comovente dos governos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, no sentido de apagar as cicatrizes profundas deixadas pela tortura colonial de muitas décadas? Será uma mensagem favorável aos anseios de liberdade do MPAIAC, nas Canárias? Ou uma palavra de estímulo aos combatentes de Joshua Nkomo e Robert Mugabe? Qual é precisamente a mensagem do Itamaraty?

Espelhos, miçangas e colares, simplesmente, não trarão amizades duradouras — nem mesmo petróleo. E sem uma mensagem clara de apoio à libertação definitiva da África, os representantes do governo brasileiro correm um risco grave. Eles desembarcam e um porta-voz anuncia: "Estamos aqui encabeçando a operação Nós Também Somos Africanos". E os africanos respondem: "Nós, quem, cara pálida?"

América Latina

Nas selvas da Nicarágua,
combatentes da democracia
enfrentam as forças armadas da ditadura.

A BATALHA

Diego Achard, um
dos poucos jornalistas a
visitar os acampamentos
sandinistas em território
da Nicarágua, conta os
acontecimentos dramáticos
daquele momento
decisivo da ofensiva popular
contra o regime de Somoza.

Os três milhões de habitantes da maior república da América Central só conhecem dois tipos de governo: a ocupação norte-americana e a ditadura dos Somoza — donos de uma fortuna calculada em 2 bilhões de dólares, num país onde a renda per capita não chega aos 700 dólares anuais. Atualmente, manda um Somoza. Ele se senta sobre uma poderosa guarda pretoriana de 7.500 homens, desde 1967. Até recentemente, sentava-se com um certo conforto; agora, começam a lhe arder os fundilhos. As forças de oposição à ditadura somozista, na ofensiva desde o assassinato de seu principal líder, o jornalista Joaquim Chamorro, a 10 de janeiro deste ano, começam a aprisionar o ditador em sua casamata. A ofensiva cresceu com a greve geral e a guerra civil, em agosto e setembro. A onda de terror com que Somoza respondeu às pressões para que renunciasse não reduziu seu isolamento político. Combatido, no plano internacional, pela Costa Rica, Venezuela e México, o ditador ainda conta com o apoio tácito dos Estados Unidos, que temem sua substituição por um governo de esquerda. No plano interno, porém, Somoza se fere nas baionetas em que se apóia. Empresários, estudantes, intelectuais, trabalhadores — o povo inteiro repele o regime e exige a democracia. Exige a democracia?! Como você vê, leitor, a batalha da Nicarágua não diz respeito a problemas extraterrenos, nem está sendo travada por um bando amoral de marcianos. Ela é um episódio — dramático, convulsivo — da grande batalha geral pela democracia.

R.K.

Atão esperada ofensiva sandinista começou na tarde de sábado, 10 de setembro. Um apelo assinado por Daniel e Humberto Ortega Saavedra e Victor Tirado López, partindo dos estados-maiores das quatro frentes da guerrilha, exortava o povo a empunhar armas para a derrubada de Somoza, expropriar todos os seus bens, formar um exército nacional e constituir um governo provisório.

Nas principais cidades da Nicarágua — Managua, Masaya, León, Estelí, Chinandega — espalhou-se como rastilho de pólvora a palavra insurreição. O povo se armou e tomou as cidades, chegando inclusive a desalojar a Guarda Nacional de seus quartéis. Com exceção da zona sul, todas as frentes do exército sandinista se mobilizaram nessa data. Cheguei a San José da Costa Rica na sexta-feira, 9 de setembro. De acordo com as informações que possuía, a frente sul da guerrilha sandinista tinha planos de tomar, a qualquer momento, o posto fronteiriço de Peña Blanca.

No domingo à noite meu contacto com a Frente tornou inadiável chegar à fronteira. De manhã, às sete horas de segunda-feira, eu estava em Peña Blanca. Os da terra, os empregados da alfândega e a guarda rural, a princípio me encaravam com desconfiança. Obviamente não acreditavam em minhas respostas evasivas sobre o porquê de minha presença ali.

BOMBARDEIO NA COSTA RICA

Ao despontar o sol, terça-feira, 12, a aviação nicaragüense começou a sobrevoar a região de Peña Blanca. Os sandinistas, à esta altura, já tinham cercado o quartel do posto fronteiriço. O comando militar de Sapoá, a 4 km de distância, fora tomado e incendiado. Um helicóptero e quatro aviões — um DC-3 em missão de reconhecimento, e três outros de combate — bombardearam as posições sandinistas durante cinco horas.

Os comandos guerrilheiros — num total aproximado de 150 homens — iniciaram a retirada diante da impossibilidade de manter as posições conquistadas. Adentraram-se pelas montanhas, sem responder ao fogo para não deixar a descoberto sua posição.

A aviação nicaragüense, durante o combate penetrou em território da Costa Rica e o bombardeou, causando graves ferimentos num jovem professor que se dirigia em seu carro a San José, pela estrada panamericana. Os aviões só regressaram ao território nicaragüense, quando receberam por rádio o comunicado que o presidente da Costa Rica, Rodrigo Carazo, se dirigia para a região.

Durante toda a manhã de terça-feira, centenas de nicaragüenses cruzaram a fronteira. Fugiam espavoridos. A guarda rural, em meio ao intenso bombardeio, evacuava a população da parte costarriquenha de Peña Blanca. Permanecemos nós, jornalistas — só três durante as primeiras horas — e os efetivos da guarda rural da Costa Rica.

UM ERRO DE SOMOZA

Nos dias anteriores, o presidente da Costa Rica tinha iniciado uma gestão diplomática, com o aval dos Estados Unidos, no sentido de que os países centroamericanos servissem como mediadores no conflito da Nicarágua. De alguma forma a iniciativa costarriquenha se opunha às gestões abertas pela Venezuela na OEA para que esta organização tomasse as rédeas na questão.

O ataque à Costa Rica, do ponto de vista da Nicarágua, encerrou as possibilidades de mediação dos países centroamericanos, o que vinha a calhar para a continuidade do somozismo. Sob esta perspectiva, a solução do conflito se manteria dentro de limites regionais, possibilidade essa particularmente do agrado dos Estados Unidos, em vista de sua influência na América Central. O presidente Carazo reagiu à agressão

A luta encarniçada pela liberdade cobra um preço alto, em violência cega, em sofrimentos, em mortos.

apresentando um protesto perante a OEA, mas ainda disposto a manter a questão no plano estritamente diplomático. As circunstâncias parecem tê-lo conduzido a tomar atitudes que de início não pretendia. Abordado pela imprensa na terça-feira à tarde, e diante da minha pergunta, se tinha ou não entrado em entendimentos com outros presidentes latino-americanos, respondeu agastado e até mesmo agressivo: "Este é um problema dos costarriquenhos". No entanto, dois dias depois, chegavam ao aeroporto José Santa Maria seis aviões venezuelanos e quatro helicópteros panamenhos, em resposta ao pedido de ajuda militar de Costa Rica.

QUASE A GUERRA

Ainda que em termos diplomáticos se tratasse de uma missão "de boa vontade",



era patente que as relações entre Costa Rica e Nicarágua estavam à beira do abismo. Quinta-feira à noite temia-se, em círculos informados, um bombardeio da aviação nicaragüense. Mesmo que finalmente nada tenha acontecido, naquele momento um conflito armado entre os dois países era de fato provável.

O sentimento patriótico dos costarriquenhos aflorava. Centenas de pessoas colocaram-se à disposição do Ministério da Segurança. A guarda civil e rural, embora débil e mal organizada, se fortalecia na vontade comum de defender a pátria.

Ao mesmo tempo, a preocupação de que o conflito tomasse maiores proporções não era dissimulada nos meios governamentais. Embora o presidente Carazo confiasse numa solução diplomática, o ministro da presidência, dr. Rafael Cordero não escondia seu temor de que Somoza se lançasse por razões domésticas (um conflito armado com outro país poderia talvez gerar maior apoio interno) numa aventura bélica contra Costa Rica. A população de San José estava tranqüila, mas à medida que eu avançava pela estrada panamericana em direção à Nicarágua, o medo da guerra se espelhava no rosto das pessoas. Entremetidas as rádios da Nicarágua iniciavam uma furibunda campanha anti-Costa Rica, acusando o povo costarriquenho e seu governo de ser o Caím da América Central, e de proteger o comunismo que assaltava a Nicarágua.

"NÃO NOS ENTREGAMOS"

O primeiro plano de tomar o posto fronteiro de Peña Blanca fracassara. Os sandinistas sentiram as conseqüências dessa batalha. Uns trinta, em pequenos grupos, surgiram em território costarriquenho. Famintos, cansados. Alguns haviam se perdido nas montanhas. A maioria deles estava sem armas. Eram jovens que repetiam incansavelmente sua decisão de voltar à luta "enquanto pudessem..."

Uma jovem ferida na mão, com lágrimas escorrendo pelas faces me disse: "Agora não quero falar, estou com muita dor e cansada". O médico sandinista que a acompanhava, foi categórico: "Não estou me entregando... Cumpro neste momento uma obrigação militar, que é a de atender os feridos". Tudo nele transparecia confiança, com seu uniforme sujo de barro e rasgado na serra.

As autoridades costarriquenhas tinham organizado na região um forte esquema de segurança e de assistência aos possíveis feridos. A presença dos sandinistas dava a oportunidade à população de expressar sua simpatia pela luta guerrilheira.

O ministro do Interior, Juan José Echevarría, manifestou-se a respeito com clareza: "Os sandinistas contam com o apoio generalizado da população costarriquenha. Pouco é o controle que podemos exercer em nossa fronteira, pois não

temos exército, e a população os ajuda." Há mais de 100 mil nicaragüenses residentes na Costa Rica. Poucos estão com Somoza.

A ESTRATÉGICA FRENTE SUL

Não obstante o primeiro fracasso sandinista, o ataque dos somozistas a Costa Rica introduziu um novo elemento nesta luta tão desigual. Diante da presença de aviões de guerra venezuelanos no aeroporto da capital, e a ameaça de um enfrentamento entre ambos países, alguns observadores especulavam com a possibilidade da Frente Sandinista inserir sua ação num novo quadro militar.

O ânimo dos guerrilheiros não arrefecia, mas pouco a pouco, as forças leais a Somoza massacravam as cidades sublevadas e iam cumprindo seus objetivos militares. O tempo — que já era contado em minutos — era valioso. Todo atraso no plano militar podia tornar inútil uma nova ofensiva na frente sul.

Peña Blanca é uma zona estratégica. Controla todo o tráfico que se realiza entre Costa Rica e Nicarágua pela estrada panamericana. Somoza colocou ali seus melhores homens: 300 a 400 soldados da Guarda Nacional, treinados para a luta antiguerilha por seu filho, o major Anastasio Somoza Portocarrero. Os sandinistas, por sua vez, concentraram nesta zona seus melhores quadros, com bom armamento. A queda de León e Masaya precipitou o ataque guerrilheiro. Às 3:45 da madrugada de domingo escutou-se o primeiro disparo. Vários comandos, cada um deles formados por 15 pessoas que se comunicavam por meio de *walkie-talkies*, com morteiros portáteis, obuses, colt M-16, e carabinas M-1, forçaram a retirada de mais de 300 guardas nacionais.

O comandante Zero, Edén Pastora, entrou no quartel de Peña Blanca e toda a população local esteve em suas mãos por mais de seis horas. Com TNT voaram duas pontes, para evitar a chegada de reforços. A aviação apareceu às 5:30 da manhã. Dois aviões de combate foram derrubados. Pastora deu cabo de um, com uma metralhadora calibre 50.

A RETIRADA

As baixas foram consideráveis para a Guarda Nacional. Um dirigente da Frente estimou-as em 30 mortos e igual número de feridos, enquanto caíram três de seus companheiros e outros dez foram feridos, alguns gravemente.

Daniel Ortega Saavedra explicou-me: "Quando começaram a chegar guardas nacionais de reforço, em grande quantidade, tivemos que iniciar a retirada. Não estamos ainda em condições de manter uma guerra de posições; o ataque teve essa característica, mas não nos foi possível mantê-las."

O plano original da FSLN tinha como objetivo tomar Peña Blanca e avançar até a cidade de Rivas, a 35 Km da fronteira. Numa situação de guerra generalizada, seria muito difícil para Somoza deslocar a maioria de seus homens para a nova frente de luta. O ataque deveria ser rápido, sem dar ao inimigo condições de reorganizar-se. Peña Blanca não era somente um objetivo militar, mas sim e principalmente político. Esta zona liberada, de 35 km de extensão, permitiria às forças democráticas construir um governo provisório em território livre.

NOVE HORAS NUM ACAMPAMENTO GUERRILHEIRO

Chegar ao acampamento sandinista não foi simples. Nove dias de intensas gestões, contactos infrutíferos, até que uma manhã, sem prévio aviso, os guerrilheiros vieram ao meu encontro. Estive no acampamento várias horas. Até pouco antes de saírem para atacar Peña Blanca pela segunda vez. Estavam sorridentes, alegres. Gente que parecia não acreditar na morte. Só vi um rosto melancólico e preocupado. Não me atrevi a perguntar porque.

Um homem mais velho, orgulhoso, me disse: "Na minha casa não deixei nem um gato. Estou aqui junto com todos os meus filhos." Uma jovem me explicou suas carências de um explosivo leve e potente: "Somos obrigados a transportar dinamite e TNT a cavalo, e para fazer voar uma ponte temos que carregar grande quantidade de explosivo. Se tivéssemos um explosivo plástico, seria outra coisa."

"Deixe-me passar, porque estou trazendo gelatina", interrompeu um guerrilheiro que carregava uma caixa, ao que parece muito pesada pelo esforço que fazia. "Esta é a dinamite que falei a você", reafirmou a jovem apontando a caixa. "Se os 'compa' nas cidades tivessem esse armamento..." disse queixoso outro rapaz de 25 anos.

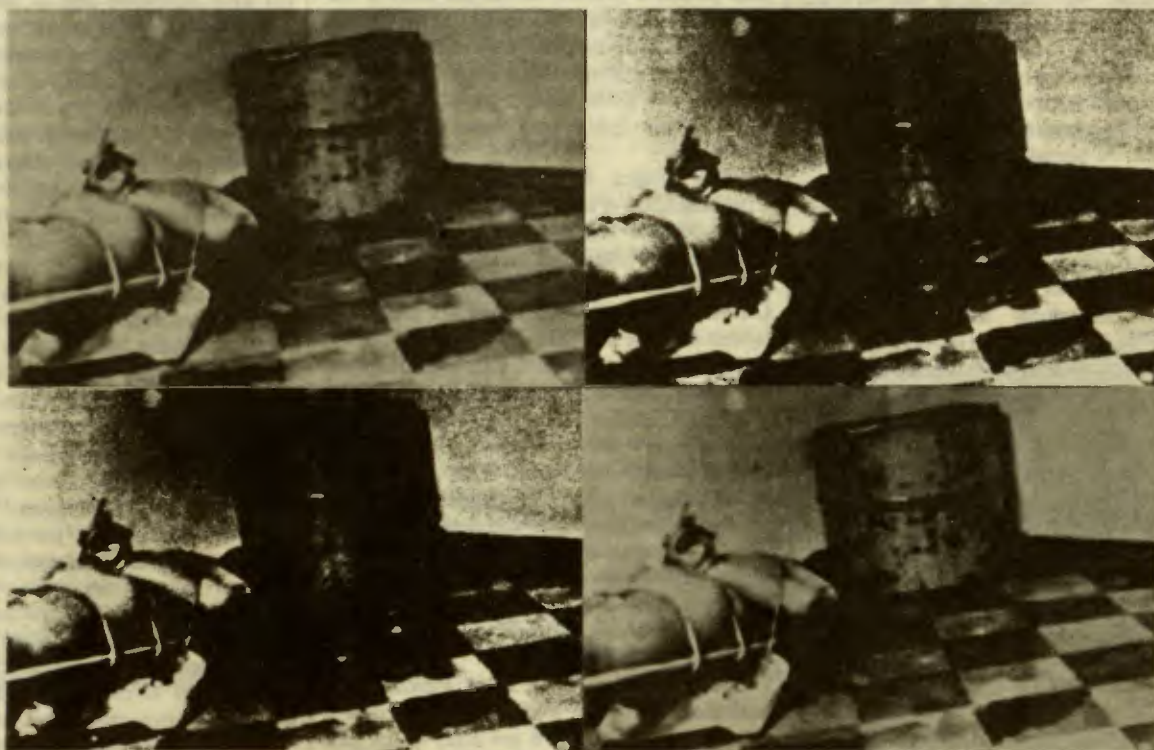
Eram jovens na maioria. Carregavam seus fuzis com imponência. Ao ver uma jovem com um M-1 no ombro, me lembrei da frase de um amigo que me contou suas impressões sobre as milicianas em Cuba: "Carregam suas armas como se fossem sacolas". Um grupo que estava sentado em círculo, disse em tom de graça, em uníssono: "Todos lindos, pois este filme será visto pelo mundo!"

Antes do anoitecer, Daniel Ortega Saavedra reuniu todos os que iriam entrar em combate de madrugada. Parecia um professor diante de seus alunos quando repassava com eles o plano de ataque.

Todos parados formavam um grande círculo, no meio do qual um desenho no chão representava a zona de combate. Daniel indicava com uma vara comprida, escutava, interrogava. Logo se dissolveram e cada qual foi andando para continuar suas tarefas.

EDUARDO GALEANO (de Barcelona)

Não virá o remédio de onde vem a peste



Cena de uma câmara de torturas uruguaia, publicada na imprensa européia. O autor — possivelmente — é um militar descontente com os métodos bárbaros, adotados naquele país, pelos "órgãos de segurança".

Eduardo Galeano. Jornalista e escritor uruguaio.
Dirigiu a importante revista cultural "Crisis",
argentina. Autor de "Velas Abertas da América
Latina" (Paz e Terra), "Vozes & Crônicas"
(Global/Versus)



Acaba de ser publicado, na Espanha, o Diário de la CIA, do espião arrependido Philip Agee. O Livro é uma instrutiva crônica das andanças da CIA no Equador, no Uruguai e no México. Sobre o Uruguai, Agee dá informações de primeira mão ao longo de todo o livro, e em lista alfabética os empregados, agentes e contatos da mal-afamada organização a que prestou serviços. O prontuário inclui uma boa quantidade de nomes de próceres da política, da polícia e das Forças Armadas do meu país. Entre outros, por exemplo, o tenente-coronel Amaury Prantl, que até pouco tempo foi o chefe do aparelho de inteligência da ditadura, figura no livro de Agee como "colaborador de ligação da estação de Montevideu".

Igualmente reveladora é a leitura de um livro publicado em Havana há uns quatro ou cinco meses. Em Pasaporte 11333: ocho anos con la CIA, o ex-agente Manuel Hevia Cosculluela conta como o funcionário norte-americano Dan Mitrione dava aulas de técnica de tortura no sótão de uma casa do bairro de Malvín, em Montevideu. Mitrione ensinava a agir, como ele dizia, "com a eficiência e a limpeza de um cirurgião, e a perfeição de um artista". A tortura bem feita era a que aplicava "a dor precisa, no lugar preciso, na proporção precisa". Nas aulas que Hevia assistiu, Mitrione utilizou como cobaia três mendigos e uma prostituta. Aplicou-lhes descargas elétricas de diversas voltagens em várias partes do corpo, e obrigou-os a engolir diferentes substâncias químicas. Os quatro morreram.

O Uruguai tem um presidente civil. Faz um par de anos, um jornal de Montevideu — oficialista, claro, porque não existe imprensa de oposição — publicou uma reportagem, em que o presidente expunha seu pensamento básico: o Partido Demócrata dos Estados Unidos é um valhacouto de comunistas, como é também enorme a quantidade de comunistas, que se infiltraram nos governos de quase todos os países, e debaixo das camas em geral. O jornal foi punido. Suspenso. Caso único, na história universal, em que um governo suspende um jornal por publicar declarações do presidente da República. Desde então, don Aparicio Méndez não fala sem um militar a seu lado.

Os militares exercem o poder real. Aprenderam a arte de governar e a técnica de reprimir na Escuela de las Américas do Canal do Panamá, e em outros cursos especiais. Nenhuma ditadura latino-americana é autodidata.

Será que quem espalha a doença pode oferecer o hospital, sem ser acusado de cinismo? Debaixo de seus atuais governos terroristas, os três países do Sul — Chile, Uruguai e Argentina — estão sendo melhor

entendidos do que nunca pelo banco internacional e pelos organismos mundiais de crédito. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos limpam sua má consciência puritana suprimindo alguns créditos oficiais, de escasso significado, e cortam o fornecimento oficial de armamentos, enquanto as empresas privadas continuam abastecendo militarmente toda a região, usando outros países como intermediários.

O que vale para fora, acho eu, vale para dentro. Não virá o remédio de onde vem a peste, por muito que se invoquem — olhos postos no céu, mão no peito — os direitos humanos. Acho ainda que também não tem sentido, por motivos semelhantes, sonhar com a restauração do Uruguai nos termos em que o país já existiu. A ditadura não apareceu de um dia para o outro, nem brotou da orelha de uma cabra. Ela surgiu quando a classe dominante já não podia continuar realizando seus negócios por outros meios.

A democracia uruguaia havia perdido sua base de sustentação, e fazia água por todos os lados, quando houve o golpe de estado de 1973. Era necessário exterminar as forças alternativas que ameaçavam perigosamente um sistema esclerosado e inimigo do país. Era necessário perpetuar a sangue e fogo, o reinado de uma classe especializada em evasão de capitais e outras atividades filantrópicas. E a ditadura pôs mãos à obra.

O Uruguai tem, hoje, a maior proporção de presos políticos do mundo. Os que têm mais sorte, recebem uma visita a cada quinze dias, e falam com ela por telefone. Além disso, são obrigados a pagar por seus alojamentos, como se prisão fosse hotel. De cada 500 uruguaios, um está preso. Quarenta morreram sob tortura. Há mais de cem "desaparecidos"; entre eles, várias crianças.

Os cálculos mais conservadores falam em meio bilhão de uruguaios que foram obrigados a se exilar, pela fome ou pela polícia. O governo negou a renovação dos passaportes de aproximadamente dez mil cidadãos (eu sou um deles).

No ano passado, no Dia de Finados, a Faculdade de Arquitetura recebeu um aluvião de coroas de flores, e as autoridades, irritadas, mandaram fechar a escola por um dia. Os programas para a formação de professores incluem pontos como "A Idade Média, paradigma da Civilização", ou "O sistema feudal e suas vantagens". Ao entrar para a universidade, os estudantes se comprometem a não desenvolver nenhuma atividade alheia aos estudos, e juram delatar quem quer que o faça.

O Estado Maior Conjunto das Forças Armadas proibiu a leitura de todos os jornais e revistas editados nos 25 anos

anteriores ao golpe de estado. Toda a imprensa de oposição foi fechada. Até o diário La Paz, que já deixou de sair há um século, foi proibido oficialmente. O Uruguai, membro da UNESCO, confiscou o número do Correo dedicado aos direitos da mulher. Foram proibidos sete tangos de Carlos Gardel. A música de Pepe Veneno também foi proibida. Alfredo Zitarrosa, Daniel Viglietti, os Olimareños, estão proibidos. O teatro El Galpón está proibido. Juan Carlos Onetti e Mario Benedetti estão proibidos. Corín Tellado não está proibida.

Enquanto isso, as vacas pastam

Para conseguir um emprego, ou conservá-lo, é imprescindível o certificado de fé democrática, concedido pela polícia, especializada em Democracia por Mitrione. Ainda assim, com certificado e tudo, conseguir empregos é um milagre. Sobreviver, é assunto para mágicos, faquires, e afins. O valor real dos salários foi cortado pela metade, e as cifras do Banco de Seguros indicam um dramático aumento dos acidentes de trabalho: há um a cada três minutos.

Algumas sedes de sindicatos viraram comissariados ou delegacias. Qualquer atividade sincial é paga com longos anos de prisão; e quem quer que tenha cometido um crime desse tipo, fica incorporado para sempre às "listas negras".

Enquanto isso, as vaquinhas pastam tranquilas nos latifúndios. Em 1973 se dizia que uma das provas de que estávamos vivendo em uma oligarquia improdutiva, era que o campo uruguaio utilizava apenas dez por cento dos fertilizantes empregados pela Nova Zelândia. Hoje as cifras são oficiais — a proporção não chega a um e meio por cento.

Negócios livres, gente presa. Preços europeus, salários africanos. O Uruguai exporta sapatos que os uruguaios não podem comprar, e vende carne que os uruguaios não têm condições de pagar.

No exercício da livre concorrência, os monopólios estrangeiros jogaram o país abismo abaixo. O cérebro econômico do regime, Alejandro Vegh Villegas, celebra o feito assim: "Sobrevivem os mais aptos. É algo parecido com a 'seleção natural' do processo darwiniano da evolução biológica da espécie".

Tradução de Cecilia Thompson

FRASES QUE FAZEM E DESFAZEM A HISTÓRIA



Papa João Paulo II

Não entendo porque o Vaticano mantém na Nicarágua um Núncio Apostólico como mons. Gabriel Montalvo, que defende os interesses de Somoza e do imperialismo, e que ofereceu um coquetel ao ditador no dia em que a Guarda Nacional bombardeou León. Foi uma festa a que nem o embaixador Norte-Americano quis comparecer". Declarações do padre Ernesto Cardenal, líder sandinista, em Roma, ao pedir uma audiência com o papa João Paulo II, com o objetivo de conseguir o apoio do papa à oposição nicaraguense, na luta contra o ditador Anastasio Somoza. (18/11/78).



Por favor, jure também que não irá dizer mais mentiras no futuro". Pedido feito por um deputado do partido janata, no parlamento indiano, no momento em que a ex-primeira-ministra Indira Gandhi, que nas últimas eleições conquistou uma cadeira no Parlamento, se preparava para prestar o tradicional juramento de respeito à Constituição e de cumprimento das normas do Parlamento (21/11/78).

O Exército é o único poder na Espanha capaz de impedir que o país se transforme numa democracia". Advertência feita pelo jornal londrino "Economist", a propósito do frustrado golpe militar contra o governo do primeiro-ministro Adolfo Suárez. (21/11/78)

O Exército é o único setor são que resta à Espanha, e o socialismo é a seção feminina do comunismo". Proclamação de Sanches Covisa, chefe de Organização de extrema-direita "Guerrilheiros de Cristo Rei". (21/11/78).



Jimmy Carter

Liberalismo é um estado de espírito: liberal é quem está disposto a colocar tudo em discussão. Quem se atém a uma posição rígida é meramente conservador. E hoje, a Europa não é nem conservadora, nem marxista, nem socialista. Ela está tomada pela idéia liberal". Opinião do primeiro-ministro de Luxemburgo, Gaston Thorn, presidente da Internacional Liberal. (28/11/78)

É absolutamente necessário pôr fim à escalada contínua dos gastos de armamento no Terceiro Mundo, pois a segurança destas áreas depende fundamentalmente da melhoria das condições de vida e do progresso social, e significa a necessidade de repartir mais igualitariamente a riqueza". Trecho do relatório apresentado na assembléia da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que se realizou em Lisboa, durante o mês de novembro pelo relator geral da assembléia, o holandês Klaas de Vries. (28/11/78).



A penetração brasileira na América Latina é tão prejudicial quanto o expansionismo bélico do Chile". Declaração do secretário executivo da Central Operária Boliviana (COB) e ex-vice-presidente da República Juan Lechin Ocquedo. (28/11/78)

Caso se torne necessário chamar nossas mulheres e filhos para mobilizá-los em defesa de nossa frente de trabalho, não hesitaremos em fazê-lo. Afirmação dos trabalhadores da mina de Schwager presentes à assembléia convocada pelo sindicato dos mineiros do Chile, em protesto contra o fechamento desta mina que representa uma das maiores reservas de carvão do país. (28/11/78)

Seria muito bom se outros governos latino-americanos seguissem o exemplo de Cuba". Comentário feito pelo presidente Fidel Castro ao anunciar a libertação de 3.600 presos políticos cubanos. (23/11/78).



O Governo Militar é ilegal e ilegítimo. O povo não deve pagar impostos ao governo nem fazer nenhum trabalho para ele. Os trabalhadores da Companhia Nacional de Petróleo não devem permitir a exportação deste recurso vital, pois as rendas que ele produz comprem armas para matar nossos homens e mulheres". Mensagem do líder mulçulmano Khomeini, aos seus seguidores no Irã, divulgada em Paris dia 24 de novembro.

A RESPOSTA DO BRASIL

É geral a consciência de que a música brasileira está, há muito tempo, num beco sem saída. São comuns, também, os protestos contra a má qualidade da maioria dos lançamentos e contra a imposição da música estrangeira. A "Copacabana" apresenta uma opção inédita com um projeto comemorativo do seu 30º aniversário, concebido e dirigido por Marcus Pereira, envolvendo três séries de discos, com lançamentos mensais. Estes discos registram, em formas inéditas de gravação, a mais bela música do Brasil. Você tem agora uma forma consequente de protestar, pois depende de Você o sucesso deste projeto.

A GRANDE MÚSICA DO BRASIL



GRANDES AUTORES, GRANDES INTÉRPRETES



TRÊS SÉCULOS DE MÚSICA BRASILEIRA



marcus pereira publicidade



copacabana
30 anos a grande musica do Brasil
VOCÊ É BRASILEIRO? NÓS TAMBÉM!

